



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 136

SÁBADO, 21 DE AGOSTO DE 1993

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 167ª SESSÃO, EM 20 DE AGOSTO DE 1993

1.1 — ABERTURA
1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Presidente da República

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nomes indicados para cargo cujo povimento depende de sua prévia aquiescência:

— Nº 290/93 (nº 513/93, na origem), referente à escolha do nome do Sr. Sebastião do Rego Barros Netto, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Belarus.

— Nº 291/93 (nº 514/93, na origem), referente à escolha do nome do Sr. Luciano Ozorio Rosa, Ministro da Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suazilândia.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Recebimento da Mensagem nº 292/93 (nº 515/93, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República solicita autorização para contratar operação de crédito externo no valor equivalente a US\$60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos), entre a República Federativa do Brasil e o CREDIOP — Credito per le Imprese e le Opere Pubbliche S.P.A., no âmbito do Protocolo Financeiro Brasil-Itália.

1.2.3 — Discurso do Expediente

SENADOR JÚLIO CAMPOS — 1º Simpósio Mato Grosso-Pará, em defesa da conclusão do asfaltamento da BR-163, no trecho Cuiabá-Santarém.

SENADOR MAURO BENEVIDES, como Líder — Apelo ao Ministro da Fazenda, Senador Fernando Henrique Cardoso, no sentido da adoção de medidas mais eficazes no combate à inflação.

SENADOR AFFONSO CAMARGO, como Líder — Comentários acerca do recente pronunciamento do Presidente Itamar Franco aos militares, enfocando a estabilidade democrática no Brasil.

SENADOR NEY MARANHÃO — Justificando requerimento para a instalação de CPI destinada a apurar as contas públicas. Expectativas diante da sabatina do Sr. Pedro Malan a realizar-se na próxima semana, na Comissão de Assuntos Econômicos, por sua indicação para o cargo de Presidente do Banco Central.

1.2.4 — Ofício da Liderança do PRN

— Nº 210/93, de substituição de membros na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas do endividamento do setor agrícola, o elevado custo dos seus financiamentos as condições de importação de alimentos nos exercícios de 1990 a 1993.

1.2.5 — Comunicação da Presidência

Dispensa da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

1.2.6 — Discursos do Expediente (continuação).

SENADOR CARLOS ANTONIO DE'CARLI — A eficiência econômica da Telebrás refletindo no alto preço de suas ações no mercado exterior. Elogios à gestão do Ministro Hugo Napoleão à frente da Pasta das Comunicações.

SENADOR PEDRO SIMON — Interrogações sobre os efeitos da votação da Lei Salarial. O entendimento político no combate à inflação.

SENADOR MARCO MACIEL — Presença de S. Ex^a, em reunião da "Sociedade Brasileira para o Progresso

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semanal

Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

da Ciência — SBPC", de reflexões sobre a contribuição da Ciência e da Tecnologia para o desenvolvimento econômico e social do País.

SENADOR VALMIR CAMPELO — Homenagem à Maçonaria brasileira pelo transcurso do "Dia do Maçom". Comentários sobre o artigo "Sinais de guerra", do jornalista Adolfo Pinheiro, condenando o assassinato do jovem Marco Antônio. Importância do Projeto "Cidade da Criança", coordenado pelo Deputado Distrital Peniel Pacheco.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Necessidade de planejamento governamental com o objetivo de incrementar o desenvolvimento regional equilibrado, reduzindo as disparidades existentes.

1.2.7 — Comunicação da Presidência

Término do prazo para apresentação de emendas aos seguintes projetos:

— Projeto de Lei da Câmara nº 26/90 (nº 3.482/89, na Casa de origem), que introduz modificação no Código de Processo Civil.

— Projeto de Lei da Câmara nº 105/92 (nº 2.227/91, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 56 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 — Lei de Registros Públicos.

1.2.8 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.3 — ENCERRAMENTO
2 — ATO DO DIRETOR-GERAL

— Nº 56, de 1993.

3 — MESA DIRETORA
4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS
5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 167^a Sessão, em 20 de agosto de 19933^a Sessão Legislativa Ordinária, da 49^a Legislatura

Presidência dos Srs. Chagas Rodrigues e Nabor Júnior

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo _ Beni Veras _ Carlos Antonio De'Carli _ Chagas Rodrigues _ Epitácio Cafeteira _ Gilberto Miranda _ Irapuan Costa Júnior _ José Richa _ Júlio Campos _ Pedro Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A lista de presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores. Havia número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Submitendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nomes indicados para cargo juízo provimento depende de sua prévia cujo aquisiçênciaria.

MENSAGEM N° 290, DE 1993
(Nº 513/93, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e de acordo com o disposto no art. 56, § 1º, do

Regulamento aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 39, inciso I, alínea "a", e no art. 40, do Anexo I, do Decreto nº 99.578, de 10 de outubro de 1990, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Sebastião do Rego Barros Netto, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Belarús.

Os méritos do Embaixador Sebastião do Rego Barros Netto, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 19 de agosto de 1993. — **Itamar Franco.**

Sebastião do Rego Barros Netto — Rio de Janeiro/RJ, 27 de janeiro de 1940. Filho de Gil do Rego Barros e Haydea Parodi do Rego Barros. CPCD, IRBr, 1963. Curso de Economia Cafeeira, IBC. Curso de Economia Internacional, Universidade de Georgetown, Washington. Curso de Direito, PUC/RJ. Membro da banca examinadora do CAE (CAE), 1982. Terceiro Secretário, 7 de novembro de 1963.

Segundo Secretário, merecimento, 31 de dezembro de 1966. Primeiro Secretário, merecimento, 1º de janeiro de 1973.

Conselheiro, merecimento, 17 de novembro de 1976.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 2 de março de 1979.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 21 de dezembro de 1983.

Assessor do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos da Europa Ocidental, África e Oriente Próximo, 1965/66.

Subchefe da Divisão de Produtos de Base, 1974/76.

Coordenador de Assuntos Econômicos e Comerciais do Gabinete do Ministro de Estado, 1976/79.

Coordenador de Acompanhamento e Planos Nacionais da SE-RE, 1979.

Coordenador da Coordenadoria de Assuntos Diplomáticos, 1982/84.

Chefe de Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores, 1982/83.

Chefe do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, 1984.

Chefe do Departamento Econômico, 1984/88.

Subsecretário-Geral, Substituto, para Assuntos Econômicos e Comerciais, 1985/87

Subsecretário-Geral para Assuntos Econômicos e Comerciais, 1988/90.

Ministro de Estado, interino, 1988/1989.

Secretário-Geral de Relações Exteriores, Substituto, 1988/1989.

Nomeado Subsecretário-Geral para Assuntos Econômicos e Comerciais do Ministério das Relações Exteriores em 13-1-1988.

Bruxelas, CEE, Terceiro Secretário, 1966.

Bruxelas, CEE, Segundo Secretário, 1967/69.

Bruxelas, CEE, Encarregado de Negócios, 1967.

Lima, Segundo Secretário, 1970/71.

Washington, OEA, Segundo Secretário, 1971/73.

Washington, OEA, Primeiro Secretário, 1973/74.

Washington, OEA, Encarregado de Negócios, 1973.

Moscou, Embaixador, 1990/92.

Negociações de Acordos de Bitributação com a Inglaterra, França, Bélgica, Noruega, Alemanha, Suíça, Áustria e Itália, 1966 (membro).

Reunião dos Embaixadores da Europa Ocidental, Roma, 1966 (coordenador).

III Sessão do Comitê Consultivo sobre o Açúcar, UNCTAD, Genebra, 1967 (participante).

II Sessão da Conferência da UNCTAD, Nova Delhi, 1968 (delegado).

Conferência Negociadora do Açúcar, ONU, Genebra, 1968 (delegado)

X Reunião Extraordinária da CECLA, Bogotá, 1971 (delegado).

VII Reunião Extraordinária Anual do CIES, Panamá, 1971 (delegado).

Reunião Técnica da Comissão Especial de Consulta e Negociação do CIES, Washington, 1972 (chefe).

III Sessão da UNCTAD, Santiago, 1972 (delegado).

I Reunião do Grupo "ad hoc" sobre Transportes Marítimos, CIES/CECON, Washington, 1972 (delegado).

XV Reunião da CECLA, México, 1973 (delegado).

VII Reunião Anual do CIES, Bogotá, 1973 (delegado).

III Período Ordinário de Sessões da OEA, Washington, 1973 (delegado).

Comissão Especial para Estruturação do Sistema Interamericano, Washington e Lima, 1973 (delegado).

Reunião de Chanceleres Latino-Americanos, Bogotá, 1973 (assessor).

Reunião de Chanceleres das Américas, México, 1974 (membro)

Reunião de Técnicos da OLADE, Caracas, 1974 (chefe).

Missão Ministerial Brasileira à Arábia Saudita e ao Kuaita, 1974 (membro).

Reuniões Preparatórias da Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional, Paris e Nova Iorque, 1975 (delegado).

Reunião Ministerial da Conferência sobre a Cooperação Econômica Internacional, Paris, 1975 (delegado).

II a VIII Sessões da Comissão de Energia da Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional, Paris, 1976 (chefe).

Reuniões de Altos Funcionários e Ministerial da Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional, Paris, 1977 (delegado).

Reunião Extraordinária da Subcomissão de Transportes da CEBAC, Buenos Aires, 1977 (subchefe).

Comitê Presidencial à República Federal da Alemanha, 1978 (membro).

II Comissão da XXXIII Assembléia Geral da ONU, Nova Iorque, 1978 (delegado).

Acompanhante Oficial do Chanceler da República Federal da Alemanha, em visita ao Brasil, 1979.

Representante do MRE junto à SEPLAN para a elaboração do documento "Ação Coordenada do Governo", 1980.

Reunião do "Grupo dos 77", Nova Iorque, 1980 (delegado).

II Conferência de Avaliação do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, Genebra, 1980 (chefe).

Acompanhante Oficial do Primeiro-Ministro do Canadá, em visita oficial ao Brasil, 1981.

Reunião da CEPAL sobre Fontes Novas e Renováveis de Energia, México, 1981 (chefe).

II, III e IV Sessões do Comitê Intergovernamental Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Fontes Novas e Renováveis de Energia, Genebra, 1980 e Nova Iorque, 1981 (chefe).

Conferência das Nações Unidas sobre Fontes Novas e Renováveis de Energia, Nairóbi, 1981 (subchefe).

Reuniões do Grupo de Peritos sobre Regime Internacional de Armazenamento de Plutônio, Viena, 1978/80 (chefe), 1981 (presidente interino e presidente), 1982/83 (presidente).

Representante do MRE junto ao Gabinete Civil e à SEPLAN para a elaboração da Mensagem Presidencial a ser remetida ao Congresso Nacional, 1983.

XXXVIII Assembléia Geral da ONU, Nova Iorque, 1983 (delegado).

Reunião da Junta de Governadores da AIEA, Viena, 1984 (delegado).

Membro do Conselho de Ciência e Tecnologia do CNPq, 1984.

Representante do MRE junto à Comissão de Informática, 1984.

VI Sessão do Comitê Intergovernamental sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, Nova Iorque, 1984 (chefe).

XXI do Conselho de Administração do PNUD, Genebra, 1984 (chefe).

Reunião de Negociação do III Programa de Cooperação Técnica Brasil-Canadá, 1984 (chefe).

Negociações sobre exportação de aço para os EUA, 1984 (chefe).

Missão Oficial sobre Dívida Externa, Consenso de Cartagena, Diálogo Político, São Domingos, 1985 (integrante).

II Reunião de Funcionários responsáveis de Comércio Exterior da América Latina, Rio de Janeiro, 1985 (chefe).

Reunião de membros do Grupo de Cartagena com as Comunidades Européias, Bruxelas, 1985 (integrante).

Reuniões dos Comitês Interino e de Desenvolvimento do FMI e do BIRD, Washington, 1985 (integrante).

Grupo de Cartagena de Avaliação das Reuniões dos Comitês, Washington, 1985 (integrante).

Comitiva do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores na visita à Argentina, 1985 (integrante).

Simpósio Internacional sobre Açúcar e Álcool, 1985 (participante).

Reuniões de Técnicos Governamentais de Alto Nível (CEGAN) e do Comitê Plenário da CEPAL da ONU, Buenos Aires, 1985 (participante).

XX Reunião Ordinária Anual do CIES, Washington, 1985 (chefe).

III Sessões de Altos Funcionários do GATT, Genebra, 1985 (integrante).

Reunião sobre Informática Brasil/EUA, Caracas, 1986 (chefe).

II Encontro Informal de Alto Nível entre representantes dos Quatro Grupos Exportadores de Açúcar, Londres, 1986 (chefe).

Reunião de Instalação do Grupo de Trabalho sobre a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, Buenos Aires, 1986 (delegado).

Reunião do Comitê Preparatório às NCM (GATT), Genebra, 1986 (membro).

Reuniões do Comitê Executivo e do Conselho Internacional do Açúcar e à Reunião dos Quatro Grandes Exportadores, Londres 1986 (chefe).

Reunião com os EUA sobre Informática e Sessão do Comitê Preparatório das NCM, Paris e Genebra, 1986 (subchefe).

Comitiva do Presidente José Sarney aos EUA, 1986 (membro).

Reunião Ministerial das Partes Contratantes do GATT, Punta del Este, 1986 (membro).

Reunião com Autoridades Cafeeiras, Manágua, 1987 (chefe).

Conversações sobre Informática com os EUA, México, 1987 (membro).

Comitiva presidencial à Argentina, 1987 (integrante).

IV e V Reuniões do Grupo de Trabalho sobre Política Nuclear Brasil-Argentina, Rio de Janeiro e Bariloche, 1987 (chefe).

Reunião do Grupo Consultivo dos 18 do GATT, Genebra 1987 (representante).

Reunião Especial do Grupo Negociador de Agricultura, Rodada Uruguai, Genebra, 1987 (representante).

XLVIII Reunião do Conselho da OIC, Londres, 1987 (representante).

Reuniões do Grupo de Cairns e do Grupo de Agricultura da Rodada Uruguai — GATT, Genebra, 1987 (chefe).

Encontro Presidencial Brasil-Argentina-Uruguai, Anchorena Uruguai, 1988 (membro).

Comitiva Presidencial à Colômbia e à RPC, 1988 (membro).

I Reunião do Grupo de Trabalho Permanente para Acompanhamento do Intercâmbio Bilateral Brasil-Argentina, Buenos Aires, 1988 (chefe).

Reuniões de Montreux e dos Comitês do GATT sobre Bens e Serviços, Genebra, 1988 (chefe).

XVI Reunião do Conselho Latino-Americano do SELA e representante do Brasil no Diálogo de Chanceleres, Caracas 1988 (chefe).

I e III Reuniões da Comissão Mista de Ciência e Tecnologia Brasil-RPC, Pequim, 1984 e 1988 (chefe).

V Reunião da Comissão Mista Brasil-RPC, Pequim, 1988 (chefe).

Conferencista no Executive Board do World Bank, Baltimore EUA, 1988.

Conferencista no "Woodrow Wilson Center", Smithsonian Institute, Washington, 1988.

Reunião a Nível Ministerial do Comitê de Negociações Comerciais da Rodada Uruguai, Montreal, 1988 (representante).

Reunião de Representantes Governamentais de Alto Nível da ALADI, Montevideu, 1989 (chefe).

Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da Rodada Uruguai, Genebra, 1989 (chefe).

Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador, Brasil.

Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil.

Medalha Mérito Tamandaré, Brasil.

Ordem Francisco de Miranda, Venezuela.

O Embaixador Sebastião do Rego Barros Netto se encontra nesta data no exercício de suas funções de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 19 de agosto de 1993. — (Gilda Maria Ramos Guimarães), Chefe do Departamento do Serviço Exterior.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM N° 291, DE 1993
(N° 514/93, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e de acordo com o disposto no art. 56, § 1º, do

Regulamento aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 39, inciso II, alínea a, e no art. 40, do Anexo I do Decreto nº 99.578, de 10 de outubro de 1990, submeto à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Luciano Ozorio Rosa, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suazilândia.

Os méritos do Embaixador Luciano Ozorio Rosa, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 19 de agosto de 1993. — **Itamar Franco.**

Informação

Curriculum Vitae:

Ministro Luciano Ozorio Rosa.

Rio de Janeiro — RJ, 18 de dezembro de 1939.

Filho de Pedro Advíncula Rosa e Maria Luíza Ozorio Rosa.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Bacharel em Direito, FD/UEG.

Curso Intensivo de Treinamento em Promoção Comercial, 1976.

Curso de Altos Estudos, IRBr, 1979.

Segundo Tenente da Reserva da Marinha, 1961.

Terceiro Secretário, 4 de novembro de 1963.

Segundo Secretário, merecimento, 1º de janeiro de 1967.

Primeiro Secretário, merecimento, 1º de janeiro de 1973.

Conselheiro, merecimento, 21 de junho de 1979.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 27 de dezembro de 1984.

Assistente do Chefe da Divisão de Organização, 1963/66.

Assistente do Chefe da Divisão do Pessoal, 1973.

Subchefe da Divisão do Pessoal, 1973/974.

Chefe da Divisão do Oriente Próximo, 1979/83.

Chefe, substituto, do Departamento do Oriente Próximo, 1983/85.

Chefe da Divisão do Oriente Próximo-I, 1983/85

Roma, Segundo Secretário. 1967/70.

Cairo, Segundo Secretário, 1970/72.

Damasco. Encarregado de Negócios, 1971.

Cairo, Encarregado de Negócios, 1972.

Trípoli, Primeiro Secretário, 1975/77.

Trípoli, Encarregado de Negócios, 1975 e 1976.

Bruxelas, Primeiro Secretário, 1977/79.

Acra, Encarregado de Negócios, 1983.

Haia, Encarregado de Negócios, 1985.

Haia, Ministro-Conselheiro, 1986/87.

Buenos Aires, Ministro-Conselheiro, 1988/92.

Buenos Aires, Encarregado de Negócios, 1988/89/90.

Maputo, Embaixador, 1992/93.

Missão Comercial Brasileira à África Ocidental, 1965 (membro).

Comissão da Tabela de Representação no Exterior, 1966 (membro).

Negociações de Marinha Mercante, Roma, 1969.

Missão Especial às Exéquias do Presidente da República Árabe Unida,

Cairo, 1970 (delegado).

À disposição da Delegação da Líbia, durante as cerimônias de posse do Presidente Ernesto Geisel, 1974.

Missão Comercial ao Golfo Pérsico e Egito, 1975 (delegado).

Missão Especial para representar o Brasil nas cerimônias comemorativas do Vigésimo Quinto Aniversário da Revolução de Primeiro de Novembro, Argel, 1979 (delegado).

À disposição do Ministro das Relações Exteriores da Malásia em visita oficial ao Brasil, 1979.

Missão Especial para representar o Brasil nas cerimônias comemorativas do Décimo Segundo Aniversário da Revolução Iraquiana, 1980 (delegado).

Missão Econômica ao Kuaita, 1980 (delegado).

II Reunião da Comissão Mista Brasil-Líbia, Brasília, 1980 (membro).

Viagem de estudos ao Norte do Brasil, a convite da ESG, 1981.

II Reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque, Brasília, 1981 (membro).

III Reunião da Comissão Mista Brasil-Líbia, Trípoli, 1981 (delegado).

Missão econômica à Argélia e Tunísia, 1982 (membro).

Missão Econômica ao Egito e Iraque, 1982 (membro).

III Reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque, Bagdá, 1982 (relator).

Comitiva do Ministro de Estado das Relações Exteriores em visita oficial à Arábia Saudita, 1982 (membro).

À disposição do Ministro das Relações Exteriores da Bélgica em visita oficial ao Brasil, 1983.

Missão Política ao Irã e ao Líbano, 1984.

IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque, Brasília, 1984 (relator).

À disposição da Missão Especial do Líbano à posse do Presidente da República, Brasília, 1985.

Presidente da Comissão de Licitação para a construção da nova chancelaria da Embaixada do Brasil, Buenos Aires, 1988. Representante Alterno do Brasil junto ao Comitê Intergovernamental Coordenador da Bacia do Prata, 1988.

Grupo de Trabalho Brasil-Argentina sobre Política Nuclear, Rio de Janeiro, 1988 (delegado).

I Reunião do Comitê Permanente Brasil-Argentina sobre Política Nuclear, Córdoba, 1988 (delegado).

II Reunião do Comitê Permanente Brasileiro-Argentino sobre Política Nuclear, São Paulo, 1989.

Conferencista no Seminário Regional das Nações Unidas sobre a questão Palestina, Buenos Aires, 1990.

III Reunião do Comitê Permanente Brasileiro-Argentino sobre Política Nuclear, Buenos Aires, 1990.

IV Reunião do Comitê Permanente Brasileiro-Argentino sobre Política Nuclear, Rio de Janeiro, 1990.

Conferência na Universidade de La Plata (1989) e na Fundação Ricardo Rojas (1990).

Presidente da Associação dos Diplomatas Acreditados na Argentina (ADA) 1988/89.

Medalha Lauro Müller, Brasil.

Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Oficial, Brasil.

Ordem do Rio Branco, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito, Cavaleiro, República Italiana. ..

Ordem do Mérito, Oficial, Egito.

Ordem de Oranje — Nassau, Comendador, Países Baixos.

Ordem do Libertador General San Martin, Grande Oficial, Argentina.

O Ministro Luciano Ozorio Rosa se encontra nesta data no exercício de suas funções de Embaixador do Brasil à República de Moçambique.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 19 de agosto de 1993. — **Gilda Maria Ramos Guimarães**, Chefe do Departamento do Serviço Exterior.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência recebeu a Mensagem nº 292, de 1993 (nº 515/93, na origem), de 19 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V da Constituição, solicita autorização para contratar operação de crédito externo no valor equivalente a US\$ 60.000.000 (sessenta milhões de dólares norte-americanos), entre a República Federativa do Brasil e o **CREDIOP — Crédito per le Imprese e le Opere Pubbliche S.P.A.**, no âmbito do Protocolo Financeiro Brasil-Itália.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos, primeiro orador inscrito.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, expressivas lideranças políticas e empresariais do Estado do Mato Grosso, aliadas a outras do Pará, realizaram no dia 8 de agosto último, no Município de Sinop, o primeiro Simpósio Mato Grosso-Pará Pró-Asfaltamento da BR-163, a Cuiabá-Santarém.

Esse movimento teve por objetivo solicitar providências urgentes do Governo Federal e dos Estados de Mato Grosso e Pará, no sentido de que seja concluído o asfaltamento da BR 163, cujos primeiros 650Km foram executados quando este Senador exercia o Governo de Mato Grosso, de 1983 a 1987.

O Simpósio concluiu com a elaboração de um documento denominado "Carta de Sinop — Via Preferencial", em que demonstra a necessidade deste importante empreendimento, além de apresentar efetivas medidas de caráter eminentemente político, como a inserção no Orçamento da União para 1994 das verbas necessária para a conclusão do asfaltamento.

A bem da verdade, diga-se e reconheça-se que Cuiabá-Santarém nunca mereceu, por parte do Governo, qualquer tipo de obra, tendo em vista sua conservação ou restauração, desde que foi inaugurada em 1976, no Governo do saudoso ex-Presidente Emílio Garrastazu Médici. Aliás, dados do DNER informam que 16.500Km de estradas federais — cerca de 1/3 do total de 50.000Km, onde se inclui a BR 163 — estão comprometidos por falta de manutenção. Abandonada, sem recursos financeiros, a erosão já deu cabo de vários trechos dessa rodovia, situados no Estado paraense, sem nos esquecermos das inúmeras pontes desabadas e destruídas, bem como dos trechos que simplesmente deixaram de existir, porque invadidos e retomados pelo mato, literalmente.

Os recursos federais investidos no setor do transporte rodoviário desceram, de US\$2,5 bilhões por ano até 1976, para cerca de US\$1,5 bilhão no ano de 1992. A situação resulta mais crítica, torna-se mais inquietante, se constatarmos que já é óbvio entre nós o abandono e o desuso do sistema ferroviário, a precariedade da navegação de cabotagem, bem como o não uso do sistema fluvial, ainda que o Brasil disponha de 50 mil km de rios navegáveis. E o lamentável, o fato realmente desalentador e agravante é que o transporte rodoviário, historicamente prioritário entre nós, responsável pela locomoção de 70% da carga geral e por 95% dos passageiros, tornou-

se também setor desprezado e precário, comprometendo irremediavelmente a economia do País, baixando sua produtividade, encarecendo os fretes, contribuindo para que cerca de 30% da produção agrícola se perca pela deficiência do transporte inseguro e inadequado.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, inserida a BR 163 nesse contexto global caótico, de total marginalização e desasco por parte do poder público federal, volta ela, neste instante, a merecer a atenção de prefeitos e vereadores do norte do Mato Grosso e do sudeste do Pará, os quais se engajam, se mobilizam e aglutinam esforços para asfaltar um mil e cem quilômetros do norte do Mato Grosso até Santarém. Se trafegável, essa rodovia tornaria o Porto de Santarém o principal meio de escoamento de toda a grande produção do Centro-Oeste brasileiro.

O Porto de Santarém está modernamente equipado e dispõe de todos os recursos para operar com navios de grande calado, destarte constituindo-se virtual pólo de exportação mundial dos principais produtos dos dois Estados. A localização estratégica do referido porto foi amplamente reconhecida pelos Governos militares do passado, que nele investiram vultosas somas, e foram além quando inseriram o porto de Santarém, segunda principal cidade do Pará, como parte do projeto de ocupação de vasta área que foi sendo colonizada ao longo da rodovia, área esta que atraiu milhares de sem-terra, hoje abandonados à sua própria sorte.

Urge, Srs. Senadores, que se restabeleça o critério de prioridade de recuperação dessa importantíssima via de comunicação, que representa a própria redenção econômica do norte mato-grossense e do sudeste do Pará. Na verdade, os caminhões que saem do Norte em direção ao Sul são obrigados a se valer da Belém—Brasília, rota bem mais dispendiosa, de vez que a BR-163 não oferece condições de ser trafegada.

Asfaltar os um mil e cem quilômetros entre o norte de Mato Grosso e o Porto de Santarém, um dos principais da Amazônia, implicará destinar muitos e elevados recursos para tanto. A importância do empreendimento, contudo, supera a perspectiva dos investimentos, se nos lembrarmos de que o Brasil, infelizmente, é o País do desperdício e que, muitas e repetidas vezes, tem investido somas faraônicas em obras inúteis desnecessárias. Ademais, há outro relevante aspecto a se salientar a respeito: dados técnicos do IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, comprovam que a omissão e o descaso das autoridades com o setor rodoviário federal custaram, na década de 80, 14 bilhões de dólares aos brasileiros. Esta perda de 14 bilhões de dólares refere-se ao excesso de consumo de óleo diesel, aos acidentes nas estradas, ao aumento no tempo das viagens e à depreciação dos veículos. A conclusão é do próprio IPEA: se o Governo não implantar um programa emergencial para recuperação das rodovias, em 1994 estará estabelecido o caos e a calamidade pública nas estradas federais, dentre elas a BR-163.

Diante de tais dados oficiais, resulta inócuo perguntarmos quanto custará a recuperação da Cuiabá—Santarém, tendo em vista que a permanência do *status quo* de abandono é que implica gastos muito mais elevados e dispendiosos ao povo brasileiro.

Afinal, o setor de transporte é fundamental quando se pretende, Srs. Senadores, modernizar a economia. Um sistema de transporte eficiente vem sempre acoplado a um programa governamental de produtividade e competitividade. Estrada em mau estado de conservação significa encarecimento

do frete e, consequentemente, da comercialização dos produtos.

Pelas razões expostas, somamos nossos esforços aos dos Prefeitos dos municípios dos dois Estados, Mato Grosso e Pará, para a consecução dessa obra de asfaltamento de 942 quilômetros de estradas no Estado do Pará e 158 quilômetros em Mato Grosso, integrantes da BR-163. Santarém abrigará, a propósito, no mês em curso, simpósio que discutirá estratégias adequadas para que o projeto efetivamente vingue, sendo meta prioritária a inclusão, no Orçamento da União de 1994, de recursos para asfaltamento do referido trecho.

Aliás, no próximo dia 25, estaremos comandando a Bancada Federal de Mato Grosso com a Bancada Federal do Pará, junto a vários prefeitos dos dois Estados, numa audiência especial com o Ministro Alberto Goldman, a quem iremos levar a decisão prioritária dos dois Estados no sentido da inclusão da pavimentação da BR-163 no Orçamento de 1994.

Dificuldades iniciais, tal como a construção de ponte sobre o Rio Peixoto de Azevedo, já foram contornadas. Com o convênio recentemente assinado entre o Governo Federal e o Governo de Mato Grosso, o Governador Jaime Campos deu início a essa obra, avaliada em mais de 4 milhões de dólares.

Asfaltar a Cuiabá—Santarém, Sr. Presidente e Srs. Senadores, significa resgatar antiga dívida social contraída pelos Governos anteriores, e mais ainda, a reativação de inúmeros projetos de colonização estabelecidos ao longo da rodovia, que foram abandonados, deixando ao desalento um número enorme de brasileiros que hoje morrem indefesos às suas margens — como a mídia tem fartamente denunciado à Nação —, em razão do total abandono em que se encontra a rodovia.

É sempre válido lembrar, a respeito, das palavras do Presidente Washington Luís, nos anos de 1920: "Governar é abrir estradas".

Tenho certeza que o Presidente Itamar Franco deixará a sua marca indelével na história de Mato Grosso e do Pará, mandando pavimentar o trecho da BR-163, que ainda falta receber asfalto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. MAURO BENEVIDES — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides, como Líder.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE) — Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, as Lideranças parlamentares, na Câmara dos Deputados, através de pronunciamento do Líder Genivaldo Correia, que procurou circunscrever sua manifestação ao nosso Partido, o PMDB, reclamaram do Sr. Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Henrique Cardoso, provisões eficazes e imediatas que significassem o combate sistemático à inflação, que, lamentavelmente, já ultrapassou o patamar de 30%.

Foi sempre ressaltado pelos Líderes da Câmara — eu também pretendo fazer, neste instante, manifestação assemelhada — que o Congresso Nacional, desde quando o Presidente Itamar Franco se investiu nas elevadas funções de Presidente da República, tem-se mostrado sensível às imensas dificuldades enfrentadas pela atual Administração Federal.

Digo mais, Sr. Presidente: quando tive o privilégio de exercer a Presidência do Senado e do Congresso, e antes

mesmo de se configurar a destituição definitiva ou a renúncia que ocorreu do Presidente Fernando Collor de Mello, já levantava eu a tese de sustentação da governabilidade, como fórmula de trazer para o apoio à Administração Federal não apenas o Congresso, mas, igualmente, todos os segmentos da sociedade civil brasileira, representada por trabalhadores, empresários, enfim, por entidades que possam, de fato, expressar o pensamento da nacionalidade.

Ainda recordo, Sr. Presidente, que naquele dia 30 de dezembro, quando Itamar Franco, já investido da Primeira Magistratura do País, delineou as metas que deveriam cumprir à frente da Nação, já como titular da própria Presidência, manifestei-me a respeito, instando todas as correntes de pensamento do País para que apoiassem aquelas metas patrioticamente indicadas. A mais importante delas, sem dúvida, era o combate à inflação, para permitir, sem mais delongas, que ultrapassássemos essa quadra recessiva que, lamentavelmente, ainda perdura, e pudéssemos encaminhar-nos na trilha do crescimento econômico.

Houve como que uma manifestação consensual. Todos os partidos resolveram se identificar com aquela proposta do Presidente, já que o anseio maior de toda a Nação era, sem dúvida, o fim da quadra recessiva e o reingresso do País na trilha do desenvolvimento econômico.

Não se pode irrogar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, à face do Congresso Nacional, em nenhum instante, qualquer falta de solidariedade ou de omissão, ou até mesmo uma falta de apoio, de omissão, ou até mesmo uma posição de tibieza ou de tergiversação no apoio ao Presidente Itamar Franco, sobretudo naquelas medidas relacionadas com a área econômica do País.

Eu me permitiria, neste instante, relembrar à Casa que, para exatamente conjurar a crise relacionada com as contas públicas, o Governo propôs ao Congresso, inicialmente, uma emenda constitucional e, posteriormente, um projeto de lei complementar regulamentando a emenda então aprovada, instituindo o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira.

A duras penas, Sr. Presidente, as lideranças partidárias convenceram os integrantes das respectivas bancadas a acolher aquela proposição que representava, sem dúvida, um ônus a mais a incidir sobre a sociedade do País. Mesmo assim, com os votos indispensáveis da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, aprovamos a emenda constitucional instituindo o IPMF e aprovamos, igualmente dentro daquele **quorum** qualificado, exigido pela Constituição Federal e pelo Regimento, a lei complementar que garantiu a aplicabilidade à emenda constitucional que se aprovara poucos antes.

E mais do que isso, aquele mesmo Orçamento, votado pelo Congresso Nacional, consignando importantes dotações para atender ao desenvolvimento do País, essas dotações foram atingidas dentro exatamente dessa concepção idealizada pelo Ministro da Fazenda de que seria indispensável reduzir os gastos do Orçamento para que o País, pudesse, de fato, ajustando as suas contas, permitir que se superasse a quadra inflacionária que se instalou no País.

E aí, Sr. Presidente, o Congresso Nacional aprovou a redução dos gastos orçamentários, totalizando 6 bilhões de dólares, numa demonstração inequívoca do espírito público de Senadores e Deputados que se predispuseram a apoiar aquela iniciativa do Presidente Itamar Franco, por inspiração do seu Ministro da Fazenda, o nosso companheiro Senador Fernando Henrique Cardoso.

Anteontem, Sr. Presidente, todos nós nos mobilizamos, no sentido de garantir ao Governo a aprovação da medida provisória sobre política salarial, utilizando-nos do Projeto de Lei de Conversão, da lavra do nosso colega Senador Beni Veras, portanto, oferecendo ao Governo e ao País mais uma demonstração positiva do nosso desejo de colaborar nesta luta contra a inflação. Uma luta que é de todos nós, é o Governo, é do Congresso Nacional e é de todo o povo brasileiro.

Então, fica, neste instante, diante de todas essas manifestações, indiscutivelmente positivas, o nosso apelo, que é menos um apelo e muito mais uma demonstração de confiança dirigida ao Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, no sentido de que S. Ex^a, num tempo bastante razoável — não queremos delimitar o tempo da ação do Governo, porque acredito que essa deva ser imediata, deva ser pronta, deva ser eficiente — a fim de que o Congresso Nacional e, mais do que o Congresso Nacional, a própria opinião pública brasileira sintam-se recompensados pelo esforço até aqui despendido, no sentido de oferecer ao Governo o apoio, a colaboração e a solidariedade indispensáveis para vencer a inflação que se instalou no País.

O Sr. Epitácio Cafeteira — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Concedo o aparte ao nobre Senador Epitácio Cafeteira, com muito prazer.

O Sr. Epitácio Cafeteira — Nobre Senador Mauro Benevides, ouço V. Ex^a atentamente. Acho que V. Ex^a, nesta hora, fazendo o raciocínio sobre o apoio dado pelo seu Partido à política salarial do Governo, de certa forma, faz a cobrança. V. Ex^a diz do esforço de votar e apresenta a fatura, ou seja, é preciso uma medida urgente para conter a inflação. A minha impressão é a de que esse documento não vai ser aceito. E por quê? Primeiro, estamos a quase 33% de inflação e ainda vamos ter que adicionar o IPMF, que será cobrado brevemente, caso não haja nenhum embaraço no Supremo Tribunal Federal, no que tange ao princípio da anualidade. Então, tenho a impressão de que, muito rapidamente, teremos mais de 33% de inflação, principalmente com a entrada em vigor do IPMF. Temos também de pensar que, na medida em que a inflação cresce de 3 a 4% ao mês, isso vai tornando-se irreversível, e aí está o perigo. Não há por que dizer, em um prazo razoável, a inflação começará a regredir. Para o povo brasileiro essa queda na taxa de inflação teria de começar ontem. O Governo, na realidade, não vai ter nenhuma perda, está tendo até lucro, porque, com essa medida provisória, até com relação ao salário mínimo, o Governo tem a sua situação atenuada. No que diz respeito a impostos, a UFIR aumenta mais do que o dólar. O Governo diz que não dolariza. Ora, não dolariza oficialmente, mas é dolarizado. A gasolina, os combustíveis, o gás, o querosene, os combustíveis de uma maneira geral estão com o preço dolarizado, em função das despesas da Petrobrás. A importação é paga em dólar, a energia elétrica é reajustada tendo em vista a cotação do dólar, e, de repente, há um redutor para o trabalhador. V. Ex^a, na condição de líder, está fazendo esta colocação e, então, eu diria que V. Ex^a tem agora um salvo-conduto para ter votado a favor da política salarial do Governo. Posso dizer a V. Ex^a que no nosso partido abrimos questão. No posicionamento partidário, votei contra, mas não houve policiamento, inclusive a maioria do PPR votou a favor. Mas, a impressão que tenho é que a boa-fé, a boa-vontade, o caráter do nosso companheiro Fernando Henrique Cardoso desaparecem dian-

te da falta de conhecimentos técnicos para tomar medidas que possam segurar essa inflação. Diria até que a "paulada" que S. Ex^a promete dar na inflação não vai ser mais do que uma batida de toalha molhada.

O SR. MAURO BENEVIDES — Nobre Senador Epitácio Cafeteira, creio que V. Ex^a não pode deixar de reconhecer o empenho, o esforço, a boa vontade, o espírito público do Ministro Fernando Henrique Cardoso para a superação desta quadra adversa que tomou conta do País. S. Ex^a mesmo no seu pronunciamento à imprensa, na tarde de ontem — com repercussão em todos os grandes órgãos de comunicação social do País — demonstrou, de forma clara, iniludível e até mesmo peremptória, que "deveria atacar a pauladas a inflação". Nós, do Senado Federal, não poderíamos, de maneira alguma, já agora, expressar uma manifestação de ceticismo àquilo que será, sem dúvida, o posicionamento do Ministro da Fazenda. Daí por que eu entendi do meu dever, utilizando a condição de líder da bancada e, para expressar o pensamento de nossos colegas que compõem a representação peemedebista desta Casa — senti do meu dever, neste instante, sem delimitar prazos, mas fazendo a ressalva de que será um prazo razoável, sem a utilização de pacotes miraculosos, de eficiência efêmera. Nós queremos que esse combate sistemático represente, no menor espaço de tempo possível, já a redução da inflação, para que, com o fim consequente desta, nós assistimos à abertura de oportunidades de empregos para milhares de brasileiros, com a retomada do desenvolvimento econômico.

O Sr. Elcio Alvares — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Elcio Alvares — A exposição de V. Ex^a, Senador Mauro Benevides, está fotografando a realidade do Congresso Nacional, consciente, desde o episódio do impeachment do Presidente Fernando Collor de Mello, de que o apoio ao Governo não pode ser dirigido em razão de pessoas, mas num contexto que nós estamos vivendo. E, tristemente, esse contexto, principalmente ao nível internacional, começa a ganhar tintas fortes, agravado-se dia a dia, em razão dos acontecimentos no País. Como se não bastasse a tragédia da Candelária, agora temos a questão dos ianomamis. O País está passando para o exterior uma imagem muito ruim. Se não tivermos essa compreensão que V. Ex^a está afirmado e não dermos ao Governo condições de governabilidade, será bastante difícil ao Presidente Itamar Franco vencer esse desafio diário que está sendo imposto ao seu Governo. Na verdade, independente das crises que se refletem no panorama internacional e, por via de consequência, também marcam de maneira acentuada a negociação da dívida externa, pois sabemos da intimidade da relação desses fatos com a credibilidade do País no exterior, neste momento, todos nós do Congresso deveríamos ter um alvo específico: somar esforços e tentar ajudar o Governo. Quando percebemos que alguns elementos estão tentando fazer propaganda eleitoral, de forma bastante antecipada, com a política salarial, confrange. Porque nenhum político brasileiro, que tenha a noção exata dos nossos problemas, poderá tirar proveito do problema salarial ou de qualquer outro nesse grande contexto que é o combate à inflação. O Ministro Fernando Henrique Cardoso, já no início, teve o apoio de todos os órgãos de imprensa brasileiros, da sociedade e, inclusive, o nosso. Naturalmente, o tempo está passando, e essa inquietação que V. Ex^a reflete em suas palavras é a mesma dos brasileiros que hoje estão vendo o índice da inflação ultrapassar os 33%. Esse percentual já começa a ser realmente

stante inquietante, não bastassem esses dias em que temos vivido problemas e mais problemas. É importante frisar — proveito inclusive a presença do Líder Pedro Simon para azê-lo — que o Governo obteve um resultado além do esforço que fez para a votação da medida provisória. Falo isso com maior tranquilidade. O Governo não trabalhou diretamente para obter esse resultado na Câmara, nem no Senado. Diria que esta Casa, Casa de profunda lucidez política, ficou muito sensibilizada com essa série de problemas que o Governo está enfrentando e, por isso, o apoiou na votação do projeto e lei de conversão da medida provisória, cujo resultado considero magnífico. Mas não deveria o Governo viver a euforia desse placar que obteve na votação da Medida Provisória. Presidente Itamar Franco, a quem tenho dado apoio em nome da governabilidade do País, assim como V. Ex^a também

faz, em nome do destino que este País merece ter — ainda é tempo para isso —, tem de intensificar muito mais o seu diálogo com o Poder Legislativo. A hora que vivemos é grave, sob todos os pontos de vista, seja no que se refere à imagem do País no exterior, seja no que se refere aos problemas internos, onde a inflação avulta, e o Presidente da República não pode fazer um governo inteiramente dissociado do Poder Legislativo. Os contatos entre o Governo e o Poder Legislativo são manifestados quando temos votação de emendas que uase sempre refletem, aos olhos da opinião pública, o desaste do Congresso Nacional. Senador Mauro Benevides, o artido da Frente Liberal tem adotado uma posição suprapartidária nessas votações que envolvem as questões maiores a sociedade brasileira. O Partido da Frente Liberal não apóia o Governo. O Partido da Frente Liberal, oficialmente, está ora do Governo porque o Presidente Itamar Franco tem reiterado que as indicações dos Ministros Alexandre Costa e Hugo Lapoleão foram pessoais. Mas, mesmo na primeira votação o parecer do Senador Beni Veras ao projeto do Deputado Júlio Paim, o Partido que deu maior contribuição percentual, m termos de votos, ao Governo, depois do PSDB que é

Governo, foi o Partido da Frente Liberal. E, agora, na votação do projeto de lei de conversão da medida provisória, ve a oportunidade de examinar os nomes dos meus colegas que integram e nos honram na Bancada do Partido da Frente Liberal. Mais uma vez, o Partido da Frente Liberal deu ao Governo, praticamente, mais de dois terços dos votos de sua bancada. Portanto, temos uma credencial perante o Governo para concitá-lo nesse momento, dentro da esteira do discurso de V. Ex^a, como sempre, feito de maneira muito judiciosa, aumentar o diálogo com o Poder Legislativo. Ninguém pode resolver uma crise nacional como essa, ninguém pode tentar encontrar uma imagem que cada vez mais se inflita no exterior como positiva, sem a participação do Congresso. Portanto, aço votos, assim como V. Ex^a, que o Ministro Fernando Henrique Cardoso encontre um caminho que conduza o Brasil uma faixa mais tranquila principalmente na área econômica. Mas, para chegarmos a esse ponto, não basta somente o esforço do Ministro Fernando Henrique Cardoso; é preciso que Presidente da República, todos os Ministros e, principalmente, o Congresso Nacional, conjuguem seus esforços para encontrarmos um bem-estar comum para não deixar o povo brasileiro tão sobressaltado como se encontra no momento.

O SR. MAURO BENEVIDES — Muito grato a V. Ex^a, sobre Líder Elcio Alvares, pela interpretação absolutamente correta que pretendeu dar ao meu pronunciamento, na manhã e hoje, no Senado Federal, apreciando aquilo que tem sido posicionamento do Senado e do Congresso Nacional no

apoio à governabilidade, um apoio que esteve representado sobretudo na aprovação do IPMF e da respectiva lei regulamentadora; no acolhimento da mensagem relacionada com os cortes orçamentários de 6 bilhões de dólares; e, recentemente, com votação da medida provisória estabelecendo novas normas da política salarial do País.

Diria, ainda, sobre Senador Elcio Alvares, sobre a colocação de V. Ex^a, que os resultados alcançados ultrapassaram a expectativa das próprias lideranças do Governo. Os nobres Líderes Pedro Simon e Roberto Freire entenderam que o que ocorreu, de fato, foi uma manifestação suprapartidária, de responsabilidade de Senadores e Deputados que, diante daquela quadra emergencial, não poderiam fugir do imperativo de garantir o acolhimento do Projeto de Lei de Conversão Beni Veras.

Alguns partidos que se posicionaram contra abriram questão aos seus integrantes, a fim de que eles pudessem exercitar o direito de voto com absoluta consciência, sem nenhuma pressão partidária.

Dessa forma, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados ofereceram ao Presidente Itamar Franco aquele apoio indispensável para Sua Excelência, realmente, alcançar aquilo que deseja a sociedade; a redução da inflação com o banimento do quadro recessivo que se instalou no País; o surgimento de oportunidades de empregos, enfim, a retomada do desenvolvimento econômico em todo o País.

Muito obrigado, sobre Líder Elcio Alvares. A ressalva que faz de que o seu partido tem contribuído de forma absolutamente superior no apoio ao Presidente Itamar Franco, ofereço o meu testemunho para reconhecer, também, essa correta atitude dos que integram o Partido da Frente Liberal.

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite-me V. Ex^a um aparte, sobre Senador Mauro Benevides?

O SR. MAURO BENEVIDES — Com prazer, sobre Ministro e Senador Jarbas Passarinho.

O Sr. Jarbas Passarinho — Ouço, também, até embevecido, o discurso de V. Ex^a. Primeiro, pela correção da linguagem, escorreita — V. Ex^a é um cultor da Língua Portuguesa — e, ao mesmo tempo, isso me faz uma espécie de chamaamento para que V. Ex^a me permita fazer algumas reflexões, que são consequentes ao seu discurso. Por que o Presidente Castello Branco, ilustre conterrâneo de V. Ex^a, foi tão bem-sucedido no Governo? Porque ele não buscava a popularidade, Senador Mauro Benevides. Ele plantou umas sementes, ele fez uma sementeira da qual, depois, nós nos beneficiamos. Ele não procurou a qualquer custo as palmas, pelo contrário, foi vaiado, foi tido como ditador, mantendo a imprensa livre durante todo o seu governo. O que vejo, hoje — e essa resposta foi muito bem caracterizada por V. Ex^a e pelo Senador Elcio Alvares — é que temos a responsabilidade de votar com a nossa consciência. Quando Ministro do Trabalho do Presidente Costa e Silva, por exemplo, a composição da renda nacional derivava de 72% da massa salarial. Então, qualquer problema de política salarial era extremamente delicado. E houve uma prefixação não legal. O PAEG, Programa de Ação Econômica do Governo, mandava dar o resíduo inflacionário pleno na correção do dissídio próximo, e ainda díavamos a produtividade, o que era até uma generosidade, porque a produtividade, como V. Ex^a sabe — de cultura polimorfa que é —, não dependeria apenas de trabalho, mas também de estoque de capital, de ciência, de tecnologia, de terra etc.

E o que fazíamos? Tomávamos, por exemplo, o crescimento do PIB brasileiro, 9%; dele subtraímos o crescimento demográfico, 3%, e 6%, a diferença, eram integralmente levados ao aumento do salário. E se conseguiu baixar inflação. O Ministro Roberto Campos foi atacado, inclusive — V. Ex^a viu neste plenário —, pelo Ministro Funaro, que disse ao Senador Roberto Campos, na época, que ele era o responsável por uma grande recessão. Recessão muito maior se deu depois e continua até agora, em grande parte, devido ao esforço da área privada. Felizmente, parece-me que vamos crescer. Por isso, a meu ver, a primeira questão seria esta: o Governo Itamar deveria espelhar-se no modelo que foi o Governo do Presidente Figueiredo, ter a certeza que não pode ser popular, a partir do momento que a ordenação econômica do País exige medidas impopulares. Como disse o Senador Elcio Alvares, não se pode combater a inflação com medidas populares. Por que votamos, por exemplo, apoiando o Senador Beni Veras? Porque não acredito em aumento nominal de salário; é uma ilusão do trabalhador, é uma ilusão do assalariado. Sabemos que todas as vezes — já mostrei isto no Plenário do Congresso, uma série histórica — em que fizemos aumento nominal de salário, a inflação ganhou do aumento; ficou cada vez maior! Então, penso que o Governo está certo na maneira pela qual o nosso Ministro Fernando Henrique Cardoso, apesar de ser sociólogo, está conduzindo o problema da economia. Mas não pára aí. O aparte do Senador Elcio Alvares completa esse trabalho. Nós, agora, temos autoridade, Senador, de ir a V. Ex^a, que lidera o partido nesta Casa — que é a maior força de apoio ao Governo, embora o Líder, seu correspondente, seu homólogo na Câmara, tenha dito que talvez tenha sido a última vez que o PMDB deu apoio ao Governo, parece-me que S. Ex^a está um pouco arrependido —, e perguntar: vamos agora ficar apenas caracterizando a redução salarial, essa diminuição dos valores, esse redutor dos salários e não faremos mais nada? E o Governo vai poder gastar mais do que arrecada? Vai poder socorrer a Previdência, gastando mais do que pode? Eu não gostaria nem de usar esta expressão, mas o nosso querido Ministro Fernando Henrique Cardoso, que é uma figura das mais querida no nosso meio, está concorrendo com o Magri! S. Ex^a está inventando no léxico alguns vocábulos: é "convivível", etc. e no discurso S. Ex^a está ganhando. Porém, estamos torcendo para que o Governo tenha apoio e vá adiante. Mas cuidado com o apoio que o Governo está recebendo. Já "desembarcaram desse trem" pelo menos o Dr. Arraes e o Partido Socialista. A eleição está próxima. Então, é preciso pensar nisso. Veja V. Ex^a por que falo contra o populismo: conheço V. Ex^a, Senador Mauro Benevides; é uma das minhas figuras de eleição nesta Casa há muito tempo. Sei que V. Ex^a tem uma tradição familiar de homens da inteligência brasileira, professores renomados. Como é possível baixar essa medida provisória, feita pelo Presidente da República, sentado com o garoto Presidente da UNE, que virou uma das grandes lideranças nacionais, e antes de o Ministro da Educação saber? O menino da UNE foi quem expôs à imprensa qual era a medida provisória que levaria a redução das mensalidades escolares. Há escolas e escolas, como há parlamentos e parlamentos. Mas sabemos, por outro lado, que não é possível que um Governo que não pode proporcionar — não culpo o Governo imediato; essa é uma questão de longo tempo — um ensino público eficiente e qualificado — o ensino público está agravado violentamente pelas greves sucessivas que se fazem e por longo em com a escola particular. Então, surge uma medida provisória

ria, primeiro, que reduz as mensalidades, que faz com que nenhum estudante inadimplente possa sofrer qualquer tipo de limitação. Isso vai ser um convite para a inadimplência geral. Senador Mauro Benevides, porque quem paga vai ter o mesmo tipo de tratamento de quem não paga; será um convite ao calote generalizado. Eu gostaria de colocar um emenda nessa medida; se fosse possível, um projeto de conversão, fazendo a mesma coisa em relação aos supermercados e aos açougues. Quem sair sem pagar não pode ser cobrado porque quem não pagar tem o direito de não ser limitado. Sei que V. Ex^a faz um esforço intelectual — e nisto é brilhante como sempre — para defender o Governo. Mas cuidado nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Agora, estamos em condições de cobrar. Votei com V. Ex^a e espero agora ter a autoridade para cobrar que o Governo proceda com a austeridade que deve ter, com a correção que deve ser. Quando saudei Mário Soares aqui, escandalizei muita gente, na hora que citei uma entrevista sua com Oriana Falacci, quando disse "Fui ao FMI duas vezes; perdi as eleições, mas salvei Portugal!" V. Ex^a sabe, inclusive, que para o seu Partido o FMI é um espantalho; o FMI é a grande desgraça de todo mundo. Espero que o Partido de V. Ex^a salve o Brasil, com ou sem o FMI.

O SR. MAURO BENEVIDES — Agradeço a intervenção de V. Ex^a, nobre Senador Jarbas Passarinho, que ministra a todos nós, seus colegas desta Casa, uma lição admirável da problemática brasileira, remontando a fatos de um passado recente, a começar pela administração de Humberto Castello Branco, que tive também o privilégio de conhecer de perte como conterrâneo, e a quem nunca neguei, nem naqueles momentos mais difíceis da vida político-institucional, o meu respeito e a minha admiração, porque a sua formação democrática e a de Castello Branco são proclamadas indistintamente até por aqueles que, em determinado momento, se contrapuseram ao seu Governo e à sua atuação naquele momento delicado da vida política nacional. Agora, eu diria a V. Ex^a da mesma forma como pretendo fazer o nobre Líder Elcio Alvares, que o Presidente Itamar Franco deve, através da sua Liderança, dos seus Ministros ou dele próprio, garantir ao Congresso essa participação nas grandes decisões de governo, a fim de que, ao editar uma medida provisória com a que V. Ex^a agora se reportou, referente às mensalidades escolares, não se registrem essas distorções agora lucidamente apontadas, já agora, com a necessidade de transformar o texto num projeto de conversão.

O que desejo — e com muita clareza deixo enfatizado no início do pronunciamento —, e sobretudo depois da decisão de anteontem do Congresso Nacional, é expressar a nossa confiança em que o Ministro Fernando Henrique Cardoso adote efetivamente aquelas medidas que estão sendo aguardadas há tanto tempo e que, até agora, não se efetivaram porque se os índices de inflação continuam a crescer, isso é uma prova inequívoca da ineficácia das medidas postas em prática pelo Governo Itamar, seja pelo Ministro Paulo Haddad, seja pelo Ministro Eliseu Resende, seja pelo Ministro Fernando Henrique Cardoso. Nós, do Congresso, estamos absolutamente conscientes de que cumprimos o nosso dever. As proposições submetidas à nossa deliberação obtiveram consenso da Casa; e o próprio Senado Federal, quando votou anteontem o Projeto Beni Veras, o fez guardando uma linha de coerência com a decisão anterior, com aquela mesma decisão que teve como grande objetivo chamar a Câmara à refle-

xão, diante daquela explosão de euforia democrática, ou que alguns que não entenderam a decisão pretendiam caracterizá-la como de conotação político-eleitoral. O Senado Federal, portanto, guardando uma coerência com a decisão anterior, superou em muito aquela expectativa em termos de voto para garantir a aprovação do Projeto Beni Veras, da mesma forma como ocorreu na apreciação do Projeto Paulo Paim há cerca de 20 dias.

Portanto, Sr. Presidente, o que desço neste instante é transmitir ao Ministro Fernando Henrique Cardoso, ao próprio Presidente da República aquele apelo. Se todos nós, no Senado Federal, temos apoiado decididamente as medidas do Governo, é preciso que haja sensibilidade daqueles que são responsáveis pela área econômica no sentido de debelar a crise inflacionária, permitindo, portanto, que, no menor espaço possível, assistamos ao reingresso do País na trilha da retomada do desenvolvimento econômico.

O Sr. Ney Maranhão Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Pois não, nobre Líder Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Mauro Benevides, cheguei um pouco atrasado, mas acompanhei parte do seu pronunciamento. Quero dizer a V. Ex^a, que é Líder do maior partido desta Casa, — partido que tem uma responsabilidade muito grande no apoio ao Governo — que o partido que lidero neste Senado dá apoio ao Governo Itamar Franco, independente de qualquer vínculo, exclusivamente porque Sua Excelência está tentando continuar — e venha quem vier para este Governo, tem que continuar — o trabalho do ex-Presidente Fernando Collor, ou seja, a privatização, a competitividade, a quebra dos cartéis, tudo isto que está aí, trabalho para o qual estamos dando uma grande colaboração. Veja V. Ex^a o problema do salário. Aqui mesmo, numa madrugada, fizemos esse acordo de 60%. Por quê? Porque tínhamos quase certeza, nobre Senador Mauro Benevides, de que a Câmara não aceitaria e manteria o aumento de 100%, de acordo com o Projeto do Deputado Paulo Paim, e ficaríamos numa difícil situação. E o que aconteceu? O equilíbrio do Senado prevaleceu — foi um pouco mais de 60% — mas nós, Senadores, ficamos com a coerência do que havíamos votado anteriormente. Queremos o bem para o País. Através da Liderança do PRN, aqui, no Senado, conseguimos um fato inédito, o apoio para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito — que precisaria de 27 Senadores, estamos criando com quase 70 Senadores — para investigar as contas públicas do Governo, Senador Mauro Benevides. E isto para ajudar a quem? Para ajudar o Sr. Ministro Fernando Henrique Cardoso nas caixas-pretas que existem — a má aplicação dos dinheiros, os fundos. V. Ex^a muito bem sabe que os fundos do Nordeste e da Amazônia chegam a 21 trilhões de cruzeiros; o fundo do café, Senador Mauro Benevides, chega a quase 30 bilhões de cruzeiros reais; o fundo agropecuário, Senador, de um País agrícola e agropecuário como é o nosso, é o menor que existe no orçamento — o fundo do cacau é maior ainda. Então, essas contas públicas, na realidade, não são culpa do Presidente Itamar, nem de alguns governos que passaram. Se fosse particular já teria quebrado, porque não sabe o que tem a receber e nem o que tem a pagar. Temos o exemplo da dívida de São Paulo. O Governo Federal diz que São Paulo tem um débito com a União de treze bilhões e meio de dólares, e o Governador de São Paulo diz que deve apenas um bilhão. Então, chamam-se os doze bilhões e meio, Senador Mauro

Benevides, o equivalente a dois anos da arrecadação de IPMF. Então, nós, do PRN, estamos dando essa contribuição ao Governo Itamar, estamos trabalhando, porque queremos que este País acerte. Ao próprio cartel interessa, hoje, o aumento do salário. Por quê? Porque se se aumenta em 20%, ele aumentará 30% o valor da mercadoria. E não sei aonde essa bola de neve vai parar, Senador. E é por isso que estou formalizando ao Senado — e hoje estou dando entrada no requerimento — a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Vamos arregimentar 11 Senadores bem entendidos nessa área. Vamos esperar essa laranja, Senador, porque sobre essa Comissão Parlamentar de Inquérito eu disse uma coisa, e é certa: o Congresso é que está levando “cipoadas”, como dizemos no Nordeste. Mandamos apenas 3%, manuseamos somente 3% do orçamento, mas a impressão geral do País é de que somos irresponsáveis. E quando se corta, corta-se linearmente esses 3%. Somos hoje, Senador, simplesmente o marido traído. Estamos votando aqui coisas do Executivo que não sabemos, que não temos consciência, porque não dispomos dos números nas nossas mãos. Portanto, caberá aos homens de cabelos brancos, de experiência, que compõem o Senado Federal, examinar essas caixas pretas e auxiliar o Governo Itamar Franco e o companheiro Fernando Henrique Cardoso na saída dessa enrascada, porque do contrário, Senador, não sei o que poderá acontecer. Parabéns a V. Ex^a pela sua experiência e pelo alerta que está dando, neste momento, nesta manhã, na tribuna do Senado, em função do bem-estar do País.

O SR. MAURO BENEVIDES — Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Ney Maranhão, as colocações que faz, deixando realmente muito precisa a posição do seu Partido, o PRN, na apreciação dessa matéria. Tanto naquela votação, há cerca de vinte dias, do projeto do Deputado Paulo Paim, como anteontem, no plenário do Congresso Nacional, quando, ao apreciar o Projeto de Conversão Beni Veras, o seu Partido, numa demonstração elogiável de inequívoco senso de responsabilidade, garantiu alguns votos àquela proposição de indiscutível importância para a política econômica-financeira do País.

Não posso deixar de aplaudir também a sua iniciativa relacionada com a constituição dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, porque V. Ex^a sabe que as CPI se inserem naquele contexto dos institutos de fiscalização e controle do Poder Executivo por parte do Poder Legislativo.

Queira Deus que essa comissão, constituída por 11 Srs. Senadores, que V. Ex^a acaba de propor e que será certamente constituída na próxima semana, atinja os seus objetivos e possa contribuir, não apenas em relação ao Governo Itamar Franco, mas, também e até, aos Governos subsequentes, para que as contas públicas sejam suficientemente conhecidas, e aquilo que se arrecada ao povo seja aplicado com absoluto critério.

O Sr. Magno Bacelar — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Concedo o aparte ao nobre Senador Magno Bacelar, com a concordância do nobre Presidente Chagas Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues. Fazendo soar a campainha) — Eu pediria a V. Ex^a que não concedesse outros apartes além deste, tendo em vista que há outros oradores inscritos e que o prazo de V. Ex^a já está esgotado.

O Sr. Magno Bacelar — Agradecendo à Mesa e a V. Ex^a a oportunidade, quero saudá-lo como líder do partido

que apóia o Governo. Surpreendo-me quando o nobre Senador Elcio Alvarés diz que o PFL não é um partido que apóia o Governo. Eu gostaria, também, de saudar o Ministro Fernando Henrique Cardoso pela expressão: "Acabar a inflação a pauladas". Na realidade, o que sinto, nobre Senador, é que a população brasileira espera, a longo tempo, medidas eficazes, não choques condenáveis. Creio que é tempo de terminar as reuniões intermináveis, os atos e os banquetes, porque não sei quando é que o Ministro tem tempo de examinar os assuntos, tal a "solidariedade" da classe empresarial. Tudo isso vem frustrando a população. Quando o Ministro diz que vai tomar atitudes, é o significado da expressão "acabar com a inflação a pauladas" — penso que a população recebeu isso muito bem. Chega de conversas, da tentativa de uma transparéncia que não se alcança, porque, na realidade, esse diálogo entre classes antagônicas, como trabalhadores e empresários, não leva a nada, e o Governo tem que se arriscar; mesmo errando, terá de tomar medidas mais duras no combate à inflação. Quero participar do discurso de V. Ex^a no que tange à esperança de que agora se encontrem os caminhos que o povo deseja para a economia brasileira.

O SR. MAURO BENEVIDES — Nobre Senador Magno Bacelar, V. Ex^a participa, sim, do meu discurso, com aquela dignidade de homem que, pertencendo a um Partido de Oposição ao Governo, não se recusa a oferecer também a sua demonstração de confiança na ação do Ministro Fernando Henrique Cardoso. Todos nós, realmente, assistimos a essa declaração incisiva e peremptória do Ministro de que deseja combater a inflação "a pauladas". Ainda fazemos a ressalva de que não queremos que isso seja feito **paulatinamente**, e sim que S. Ex^a faça celeremente, com a maior rapidez possível, porque não temos mais condições de conviver com uma inflação de 32% ao mês.

Sr. Presidente, agradeço a compreensão de V. Ex^a, assegurando-me os apertos oferecidos.

Concluindo, desejo expressar ao Ministro Fernando Henrique Cardoso a nossa confiança em que, no menor espaço de tempo possível, consigamos a implementação daquelas medidas de combate à inflação, a fim de que se assista ao término do quadro recessivo e ao imediato encaminhamento do País para a trilha do desenvolvimento econômico.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Mauro Benevides o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, 2º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Mauro Benevides, o Sr. Nabor Júnior, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente.

O Sr. Affonso Camargo — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PPR.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Ex^a tem a palavra, na forma regimental.

O SR. AFFONSO CAMARGO (PPR — PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apresento o meu pedido de desculpas ao Senador Ney Maranhão, que estava inscrito, e a quem prometo ser breve.

Gostaria de fazer um pronunciamento que, até certo ponto, é uma continuação do discurso do Senador Mauro Benevides, para mais uma vez trazer à Casa as preocupações que temos, com relação a essa dificuldade em se definir os rumos para se chegar à estabilidade política, a partir, evidentemente, da estabilidade econômica do País.

Sr. Presidente, sou um homem de absoluta fé nos destinos do Brasil. Várias vezes tenho afirmado, inclusive aqui da tribuna, que se fizéssemos tudo certo e o Brasil estivesse nesta crise, então não haveria solução para os nossos problemas. Como fazemos quase tudo errado, na hora em que começarmos a acertar, não tenho qualquer dúvida de que o País sairá da crise num tempo muito mais rápido do que se possa imaginar.

Nenhum de nós temos dúvida de que o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, quer acertar. E creio que, pelas notícias que se leem, pelas declarações que se ouvem do Ministro, S. Ex^a está no caminho para o acerto, que é exatamente o momento em que o Ministério da Fazenda tivera coragem de desindexar a economia brasileira. Apenas percebemos que há um receio, que é a famosa resistência às mudanças — que alguns têm de boa-fé e, outros, de má-fé —, que faz com que essa providência não se tome num prazo mais curto do que se está programando. Mas imagino que se está tentando, agora, modificar o perfil da dívida interna, para se fazer essa desindexação.

Porém, alguns trabalham — como é o caso do Ministro Fernando Henrique Cardoso —, e outros atrapalam. Porque, na verdade, para se conseguir uma estabilidade econômica, devemos ter, em primeiro lugar, credibilidade do governo — e o Ministro da Fazenda tem —, e também estabilidade política.

O que me preocupa — e pretendia ter abordado esse tema ontem — são essas profecias de caos que existem em relação à estabilidade democrática do País.

Não creio que o Presidente da República precisasse ter feito as declarações que fez, quando se dirigiu aos generais promovidos, as quais foram, naturalmente, objeto de títulos de primeira página em jornais do País, quando Sua Excelência disse:

"Senhores Oficiais-Generais:

Rumores perversos, vindos de fontes obscuras, a propósito de golpe contra a democracia, em nosso País, só podem servir aos empreiteiros do caos, de cujas consequências nefastas esperam nutrir os seus interesses."

Esse tipo de afirmação gera mais intranquilidade, especialmente partindo do Presidente da República, numa reunião com militares, ao dizer que há "rumores perversos", direcionados, inclusive, a pessoas, como o Senador José Sarney.

Ninguém melhor que o Senador Jarbas Passarinho, que inclusive já fez observações a respeito e que naturalmente convive com seus colegas, para saber que não há idéias nesse sentido. Não existe chefe militar responsável no País que esteja hoje admitindo a possibilidade de uma intervenção militar.

Gostaria de citar uma outra afirmação, que me surpreendeu ainda mais, para que o nobre Senador Jarbas Passarinho possa, com a sua experiência, proceder a uma análise sobre ela.

O Presidente da República, infelizmente, com a sua instabilidade, é vezeiro em dizer o que não deve.

Vou ler uma outra declaração, não sei se V. Ex^a já tomaram conhecimento dela:

"Afif vê risco para democracia.

O candidato derrotado do PL, na última eleição presidencial, em 1989, Guilherme Afif Domingos, disse ontem acreditar que o próximo Presidente da República poderá "atropelar" a democracia e governar sem o Congresso, na tentativa de baixar a inflação."

Trata-se do próximo Presidente. É o profeta do caos para os próximos anos.

O Sr. Pedro Simon — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. AFFONSO CAMARGO — Terei o maior prazer em conceder-lhe o aparte, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon — Senador Affonso Camargo, V. Ex^a ainda pergunta por que o Presidente Itamar Franco fez esse pronunciamento? V. Ex^a mesmo está respondendo a sua pergunta. São declarações como essa, que V. Ex^a está está levando ao conhecimento da Casa, que têm que ser respondidas.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Senador Pedro Simon, V. Ex^a sabe que não estou aqui irresponsavelmente, estou preocupado com o País, assim como V. Ex^a

O Sr. Pedro Simon — Na TV Manchete, há dez dias, o Sr. Armando Falcão, durante quinze minutos, fez uma exposição aberta e franca do golpe neste País, afirmando que este deve ser dado. Escreveu inclusive um artigo, num jornal do Rio de Janeiro, pregando: "O golpe, quando virá?" Sabemos que há pessoas, ridiculamente fazendo essa exposição. O que o Presidente da República fez, na frente dos militares, com o respeito dos militares, foi dizer exatamente isso que V. Ex^a está dizendo, ou seja, que não existe esse perigo, embora há quem diga o contrário. E V. Ex^a está acabando de citar um pensamento de um cidadão que foi candidato a Presidente da República e que fez essa afirmativa absurda: o próximo Presidente talvez tenha que atropelar o Congresso para debelar a inflação. Repare V. Ex^a que a afirmativa do Presidente foi necessária e oportuna, quando disse, na frente dos militares, com o apoio dos militares que neste País, se Deus quiser, a democracia veio para ficar. Respeito V. Ex^a pelo seu espírito público, sinceridade e dignidade, mas, ao mesmo tempo em que pergunta por que o Presidente fez aquele pronunciamento, traz, na declaração do Dr. Afif, em Porto Alegre, essa resposta.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Na minha opinião, Senador Pedro Simon, o Sr. Armando Falcão não tem nenhuma condição de dar golpe no País.

Continuo a leitura do artigo de jornal que reproduz palavras do Dr. Guilherme Afif Domingos, S. Ex^a prevê, nas eleições para o Congresso, um número muito grande de abstenções.

Segundo ele, isso fortalecerá a eleição do próximo Presidente da República, que tomará posse "com força suficiente para empolgar a Nação e fazer as reformas com ou sem o Congresso, mas com o apoio popular". Afif disse que a classe política "não está tendo capacidade de equacionar os problemas do País".

Ele, que preside a Confederação das Associações Comerciais do Brasil, declarou que a permanência da inflação no patamar de 30% ao mês será "fatal" para a democracia. "A história mostra que inflação, neste século, gerou totalitarismo."

Afif disse também que não disputará a Presidência da República em 94.

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Affonso Camargo?

O SR. AFFONSO CAMARGO — Ouço V. Ex^a, nobre Senador Jarbas Passarinho.

O Sr. Jarbas Passarinho — Nobre Senador Afonso Camargo, ouvi o aparte do nobre Líder do Governo, mas, infelizmente, S. Ex^a parece que já passou como bólido pelo plenário, satisfez-se em apartear V. Ex^a e foi embora. Eu sustentaria a posição de V. Ex^a, porque, afinal de contas, quem é que pode ser o arauto do golpe? Primeiro, o ex-Ministro Armando Falcão foi absolutamente ambíguo no seu artigo. Era costumeiro S. Ex^a dizer assim: "Nada tenho a declarar", e fez essa declaração. Não comanda tropa, não tem qualquer tipo de relacionamento nem até mesmo com o Clube Militar. É um homem respeitado, evidentemente, pelo seu passado. Mas Afif Domingos, nosso ex-colega de Congresso Nacional! Foi candidato porque pensou que seria o modelo daquela vidente de Minas Gerais, a Sr^a Leila Alkimim, quando previu que o Presidente da República seria um homem novo. Ele pensou que seria ele e se candidatou. Quem é o nosso amigo também para poder dizer que o golpe vai ser dado? Já participei de quatro movimentos dessa natureza na minha vida militar: ganhei dois e perdi dois; não estou ávido de desempatar. Sei que um golpe de Estado não se dá apenas com manifestações de pessoas que não têm responsabilidade de liderança sobre aqueles que podem fazer o golpe. Não há por que o Sr. Itamar Franco alçar a discussão ao nível de Presidente da República. V. Ex^a tem razão. É preciso parar de falar. Segundo o nobre Senador Pedro Simon, agora houve uma resposta do Sr. Itamar Franco a Afif Domingos, mas antes não havia Afif Domingos e Sua Excelência já tinha falado duas vezes sobre o assunto. Quando o Senhor Presidente fala pela terceira vez, e agora para uma platéia só de militares, de generais que acabaram de ser promovidos, é evidente que Sua Excelência eleva ao nível da preocupação o que ainda não inquieta a grande maioria do povo brasileiro. Hoje, pela manhã, nobre Senador Affonso Camargo, padeci por não aceitar aquele conselho de Oscar Wilde. De manhã, Oscar Wilde pode ser citado. Ele dizia que um pouco de sinceridade é perigosa e muita sinceridade é definitivamente fatal. Entrei na definitivamente fatal. Em entrevista à CBN, afirmavam: "O General Euclides Figueiredo", esse é general — "disse que se o Lula for eleito vai ser derrubado em seguida, porque não toma posse". E aí me fizeram a pergunta de supetão, de súbito, de chofre, e eu respondi: "Eu não vejo no General Euclides Figueiredo também a responsabilidade de poder responder pelo que acabou de dizer." Lembro-me — e V. Ex^a também deve se recordar — do que ele declarou em relação ao engenheiro Brizola: "Este é um sapo que vamos ter que engolir para expeli-lo na hora oportuna". Está lá o Brizola como Governador e o nosso General salvou-se, agora, milagrosamente, de um acidente de automóvel. Então, veja V. Ex^a que, quando pessoas anunciam o golpe, nós temos que perquirir primeiro, antes de levar o assunto adiante, qual a possibilidade de haver uma consequência, a partir dessa declaração. Mas, quando o Presidente da República se pronuncia diante de generais, em vez de estar exorcizando, no meu entender, está exacerbando essa possibilidade. Não vamos ter golpe. A conduta, dos Chefes Militares, dos quatro que estão em Ministérios, dá-me absoluta tranquilidade de que eles têm o comando da tropa. Quando aparece um Deputado nosso que foi capitão, ou é capitão da reserva, e diz isso também, acho que o erro

será fazer dele um bode expiatório, fazer dele imediatamente uma vítima, iniciando um processo para sua cassação. Esse seria o erro. Vamos deixá-lo falando isoladamente e nós vamos provar que isso não é verdade. Ora, Senador Affonso Camargo, V. Ex^a e eu já vivemos o suficiente, eu mais do que V. Ex^a, para compreender que esse tipo de especulação não merece chegar ao nível sequer do Congresso, quanto mais da Presidência da República.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Agradeço o aparte de V. Ex^a, que entendeu bem a preocupação que me trouxe ao plenário. Também não vejo no Ministro Armando Falcão, ou em qualquer dos outros citados por V. Ex^a, condição alguma de promover intervenção militar ou golpe no País.

O que me inquieta é essa instabilidade gerada pelo fato de o Presidente considerar oportuno — o que nós vemos como um erro — incluir no texto do seu discurso aos Generais da ativa, no momento em que foram promovidos, um assunto como esse. Não me preocupa a possibilidade de haver um golpe, V. Ex^a e eu sabemos que não há essa possibilidade.

Mas no cidadão brasileiro, no empresário que tem de decidir se investe mais ou não na produção, que gera empregos, que gera crescimento econômico — é essa nossa real preocupação —, aumentam-se as expectativas, pois o brasileiro vive dessa expectativa. Ele quer estabilidade para poder aumentar o seu negócio, para produzir, para gerar emprego.

Foi essa preocupação que realmente me trouxe à tribuna hoje.

Também creio que todos estamos interessados em que o Governo afinal tenha sucesso, mas, não creio, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que a melhor forma de colaborarmos seja silenciar com relação à questão.

O Sr. Jarbas Passarinho — Eu só me preocuparia, Senador Affonso Camargo, a partir do momento em que eu visse a indumentária do ex-Deputado Affif Domingos, porque ele é impecável, traja-se muito bem, a gravata sempre combinando com o lenço. O dia em que não houver o lenço com a gravata, aí ficarei receoso.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Gostaria de registrar mais um fato que me causou estranheza. Refiro-me à substituição do Ministério da Saúde. Lê-se em jornal: "Interino assume com festa, mas garante que só fica uma semana".

Quando estamos pensando em estabilidade para o País, em continuidade administrativa, em governo com eficiência, registro mais um problema, mas sem nenhuma intenção de polemizar. Não creio que seja essa a melhor forma de se alcançar os objetivos que acima mencionei. O Presidente poderia delegar a Pasta da Saúde ao Secretário Executivo, que não conheço, e, daqui a uma semana, nomear o substituto definitivo para o Ministério da Saúde. Ao contrário, Sua Exceléncia nomeia, por uma semana, alguém que vai fazer festa lá. Não se pode entender. Enquanto uns trabalham, outros atrapalham. Espero que os que estão trabalhando consigam resolver os problemas do País.

Mais uma vez deixo a minha expectativa de que alcancemos uma vitória sobre a inflação, para o que o Ministro Fernando Henrique Cardoso necessita ter a coragem de desinflar a economia o quanto antes. Enquanto isso não acontecer, não conseguiremos vencer a inflação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente Srs. Senadores, falarei hoje, neste plenário, sobre dois assuntos graves. O primeiro é o seguinte:

Nos termos do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, reecaminho à Mesa, para os devidos fins, o Requerimento anexo, assinado por 64 Srs. Senadores, objetivando a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para levantamento dos reais números das contas públicas nos últimos cinco exercícios, provenientes dos desencontros dos números apresentados pelos Governos Federal e Estaduais.

Adianto que submeterei à decisão da Presidência o destino relativo ao supracitado requerimento.

No entanto, gostaria de enfatizar que o Congresso Nacional não poderá ficar à mercê de informações não confiáveis da burocracia do Executivo.

Encaminho o documento assinado pelos 64 Srs. Senadores e o porquê da CPI das Contas Públicas, qual seja, um trabalho à justificação desse requerimento. Peço que essa documentação seja transcrita nos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, na próxima quarta-feira a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal estará sabatinando o Dr. Pedro Malan, nome indicado pelo Presidente da República para ocupar o importante cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

É do conhecimento público que o Banco Central do Brasil, como instituição, e principalmente no desempenho de suas atribuições constitucionais, previstas no art. 164 da Carta Magna, vem sendo questionado até pelo Presidente da República.

Como o Senado Federal tem a responsabilidade de aprovar os nomes do Presidente e dos Diretores do Banco Central, ficando, portanto, co-responsável pela política monetária a ser implementada, julgo oportuno e de toda a conveniência abrir discussão sobre a matéria, a fim de que os indicados possam esclarecer à Câmara Alta do Parlamento Nacional sobre as "caixas pretas", políticas de juros, reservas cambiais e outros, contestados pela imprensa.

Segundo alguns economistas, a política monetária é cruel e dirigida, talvez para beneficiar os oligopólios, os cartéis e a própria tecnoburocracia, diretamente ou através de informações privilegiadas, se não, vejamos:

Primeiro, o Banco Central aumenta a taxa de juros a patamares quase 20 vezes superiores ao praticado no Mercado Internacional — em torno da inflação, mais 50% ao ano. Enquanto lá fora, é dólar mais 2 a 3% ao ano.

Com isso, o próprio Banco Central, em provável parceria com os banqueiros, incentiva as empresas, notadamente as estatais, comandadas também por burocratas, a lançarem bônus no exterior a uma taxa de dólar mais 18%, quase dez vezes superior à taxa do mercado internacional.

Notem, nem precisamos apontar a inconstitucionalidade dos juros reais cobrados acima de 12% ao ano, conforme prevê o art. 192, § 2º, da Constituição Federal.

Simplesmente analisaremos, adiante, os efeitos danosos da política criminosa da tecnoburocracia do Banco Central que causa uma "sangria" nos recursos públicos, que daria para transformar o meu Nordeste na Califórnia brasileira, tornando-o no maior produtor de alimentos do mundo, acarretando com a fome e a miséria no País.

Os Bônus ou Notas do Tesouro Nacional, indexados ao dólar, mais 18% ao ano, são comprados pelos bancos brasileiros, que o fariam mesmo que os juros fossem mais favoráveis ao Banco Central. Qual o motivo de o Banco Central consa-

grar essa prática de sangria nos recursos públicos? É de fácil visualização.

Com a venda dos bônus no exterior, entram dólares no Caixa do Banco Central e saem cruzeiros para as empresas. Os dólares são mantidos como reservas cambiais do Brasil. Com esse mecanismo, as reservas saltaram de 8 bilhões para 24 bilhões de dólares, no conceito da liquidez. O Banco Central toma os dólares comprados a 18% ao ano, emprestando-os aos banqueiros internacionais a 3% ao ano. Há algo de absurdo, de estranho!

O Tesouro Nacional arca com a responsabilidade dessa diferença de 15% ao ano, um prejuízo de 3 bilhões de dólares no nosso minguado orçamento fiscal.

Não é só isso. Os cruzeiros colocados no mercado, em função da entrada dos dólares, são trocados por títulos da dívida pública interna, com uma taxa de inflação, mais 50%, acarretando outro prejuízo ao Tesouro, em torno de 10 bilhões de dólares. Tudo isso sem gerar nenhum emprego, somente rendimento para os banqueiros tecnocratas e seus clientes. Isso não pode continuar.

O Congresso precisa intervir, pois terá o apoio do Presidente da República. O Presidente Itamar Franco tem razão ao afirmar que o Banco Central está levando o País à miséria e à fome, ele é uma "caixa preta" que precisamos abrir e colocar à disposição da sociedade.

A dívida mobiliária subiu de 7 bilhões de dólares para 35 bilhões de dólares, num período inferior a dois anos. Ela emperrou o desenvolvimento do País, não contribuiu para matar a fome de nossa gente, apenas tornou mais ricos os banqueiros e a tecnocracia mais imperativa.

Gostaria de entender o conceito de independência do Banco Central, defendido por eminentes economistas e até pelo atual Ministro da Fazenda.

Se sem "independência" o Banco Central é livre para implementar — ao meu juízo — uma criminosa política monetária e cambial, imaginem com independência, o que os burocratas não irão fazer para beneficiar os oligopólios e cartéis, em detrimento da sofrida população brasileira.

Finalizando, Sr. Presidente, adianto que farei as seguintes indagações ao indicado para assumir a direção do Banco Central:

1 — Qual o atual custo mensal para o Banco Central ou Tesouro Nacional com a política de manutenção de reservas cambiais do montante de 24 bilhões de dólares?

2 — O que justifica a manutenção do atual nível de reservas cambiais?

3 — Por que o Banco Central tem ditado, diariamente, o nível da taxa de juros? Por que não é deixado a critério do mercado?

4 — Qual é a remuneração dos recursos do Tesouro depositados no Banco Central? V. S^a acredita ser correta tal remuneração?

5 — Quem toma a decisão sobre o nível de taxa de juros e quais os critérios levados em conta?

6 — Quem audita o Banco Central?

7 — Como se explica a política de títulos do Banco Central — compra e venda —, com um resultado líquido não comprehensível?

8 — Com o atual nível de juros internacionais num patamar de dólar de mais 2 a 3%, como se explica a política do Banco Central de pagar dólar com juros acima de 18%?

9 — Mesmo levando em conta o risco, o País não teria outra alternativa para o patamar da taxa de juros?

10 — A dolarização da dívida interna não faria baixar a taxa de juros?

11 — V. S^a saberia informar se a dolarização acarretaria prejuízo aos banqueiros?

12 — Por que não abrir o bônus cambial para a classe média brasileira o dólar menos 8%?

13 — Qual é a avaliação de V. S^a sobre o Banco Central, relativamente a custos e benefícios — já que o mesmo importa para a Nação mais do que o Congresso Nacional e Tribunal de Contas juntos?

14 — Por que o Banco Central não contingencia recursos para serem aplicados no Nordeste, como manda a Constituição Federal, em seu art. 174, que prevê diretrizes e bases no planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado?

15 — Qual é a sua opinião a respeito da remuneração dos Fundos dos trabalhadores (PIS/PASEP e FGTS), que recebem apenas 3% ao ano e os bancos repassam em torno de 10% ao ano, auferindo lucros imorais?

16 — E sobre os recursos da poupança?

17 — O que o Banco Central poderia fazer para impedir a transferência de rendas para os segmentos mais ricos da população?

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Albano Franco _ Aureo Mello _ Bello Parga _ César Dias _ Dario Pereira _ Dirceu Carneiro _ Elcio Alvares _ Flaviano Melo _ Henrique Almeida _ Hydekel Freitas _ Iram Saraiva _ Jarbas Passarinho _ João França _ João Rocha _ Jonas Pinheiro _ José Paulo Bisol _ Jutahy Magalhães _ Magno Bacelar _ Marco Maciel _ Marluce Pinto _ Mauro Benevides _ Nabor Júnior _ Ney Maranhão _ Pedro Simon _ Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Ofício nº 210/93

Brasília, 18 de agosto de 1993.

Exmº Sr.

Senador Humberto Lucena

DD. Presidente do Congresso Nacional

Nesta

Senhor Presidente,

Solicito a V. Ex^a seja autorizada a seguinte substituição na composição da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "investigar as causas do endividamento do setor agrícola, o elevado custo dos seus financiamentos e as condições de importação de alimentos nos exercícios de 1990 a 1993".

Titular — Deputado Wagner do Nascimento — substituir pelo Deputado Odelmo Leão.

Atenciosamente, — Deputado José Carlos Vasconcellos, Líder do PRN.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O expediente lido vai à publicação.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 174 do Regimento Interno, será dispensado, hoje, o período correspondente à Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Antônio De'Carli.

O SR. CARLOS ANTONIO DE'CARLI (PTB — AM.) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, nada melhor do que o mercado para dimensionar a importância de uma organização empresarial. O preço das ações posta em Bolsa representam a exata medida do interesse despertado pelas atividades econômicas dentro de um contexto global de credibilidade. Nesta linha de pensamento, nada melhor do que os preços internacionais das ações de empresas brasileiras à venda no exterior para se avaliar o interesse externo na economia brasileira como um todo e naquelas empresas em particular.

Ninguém, em sã consciência, pagaria mais pelas ações de empresas brasileiras no exterior, se não houvesse um misto de confiança e interesse, credibilidade e perspectivas nas empresas em operação neste País. Isso, referendado pelos filtros técnicos do mercado, que reflete com presteza a realidade.

Isso é bom para as empresas, melhor ainda para o País, quando sabemos que uma dessas empresas é a Telebrás, cujas ações tiveram os preços ampliados de 5 dólares por lote de mil, em junho de 1991, para cerca, de 30 dólares hoje.

O que está havendo com a Telebrás, que tem o preço de suas ações no exterior multiplicado por seis em dois anos?

Apenas uma grande razão se nos apresenta: eficiência. Com efeito, o Ministro Hugo Napoleão, político saído desta Casa, ao implementar as diretrizes traçadas pelo Presidente Itamar Franco, conseguiu o "milagre" de mostrar ao mundo a importância dos negócios de telecomunicações no Brasil. É verdade que muito ainda está por ser feito, mas também é cristalina e comprovada verdade que o que foi feito e o que se está fazendo percorre o caminho certo.

Na arrumação da Casa, etapa indispensável ao bom andamento dos planos, o Ministro das Comunicações conseguiu o feito de ver o Tribunal de Contas da União recomendar o sistema de gerência de material da Telebrás como padrão a ser aplicado a todas as empresas brasileiras. O Ministro Hugo Napoleão pavimentou assim o caminho para instalar, como pretende e já está fazendo, 2 milhões e 200 mil terminais telefônicos até 1994. Destes, serão 580 mil terminais celulares.

Implementado o plano de instalações de terminais telefônicos até 1994, o total de telefones no País alcançará 12 milhões e 800 mil unidades, o que fará com que estejam disponíveis 8,5 telefones para cada 100 habitantes, quando essa relação era de 6,7 no início da década.

Mas o que é mais importante é que a sensibilidade política do Presidente Itamar Franco e a do Ministro Hugo Napoleão não permitiram esquecer o aspecto social da telefonia. O crescimento econômico do sistema Telebrás de nada interessaria ao País se não revertesse em benefício de sua própria população e, dentro disso, das populações mais carentes. Daí terem sido adotadas duas medidas: a primeira que garante às assinaturas residenciais um critério privilegiado de reajustes, fazendo com que as tarifas mínimas sejam bastante reduzidas quando confrontadas com os preços praticados para os terminais de uso comercial; a segunda foi a expansão do número e da qualidade dos terminais públicos, com uma política que mantém o preço da ficha telefônica ao alcance do bolso do brasileiro. O Ministério das Comunicações pretende instalar mais 100 mil telefones públicos, ampliando a disponibilidade desse serviço para cerca de 350 mil terminais em todo o País.

A política de recuperação do valor das tarifas, que em maio indicava um ganho real de 30,81%, concentrou-se em

cima de quem pode pagar mais, beneficiando aqueles que só podem pagar pouco. Mesmo assim a Telebrás consegue recursos próprios, que não oneram o Orçamento Geral da União, para tocar seus investimentos que, no ano passado, atingiram 3 bilhões de dólares.

Mas a fonte para esses investimentos não se restringiu apenas às tarifas. Ao lado da boa administração, que, como já disse, virou modelo para o Tribunal de Contas da União, foi realizado um programa de controle efetivo do quadro de pessoal. Com isso, o sistema Telebrás passou de 89 mil 593 empregados, em dezembro de 1992, para 89 mil 449 em março de 1993. Isso, relacionado com o acréscimo de terminais, permitiu um aumento da produtividade de 8,42 empregados para cada mil terminais, em dezembro de 1992, para 8,27, em março desta ano. É bom que se ressalte, para que não se dé margem a dúvidas, que isso não significa desemprego, mas melhoria nos padrões de eficiência das companhias telefônicas, pois o número de empregados praticamente continuou estável diante do crescimento do serviço.

Essa expansão do serviço contribui também — e muito — no desenvolvimento da pesquisa e da tecnologia nacionais. O simples fato de o sistema telefônico atender hoje a 15.400 localidades brasileiras já possibilita a diversos pontos do País a indispensável integração moderna das telecomunicações. Essa ampliação da base territorial do serviço vem evoluindo em saltos de cerca de mil por ano. É quando o telefone chega a um determinado lugar, leva consigo os avanços tecnológicos possibilitados pelos satélites de comunicação, pelo sistema de fibra ótica, pela transmissão de dados, muitos deles desenvolvidos em pranchetas e por técnicos da própria Telebrás.

O brasileiro gosta e precisa do telefone. Só em 1992 foram quase 50 bilhões de impulsos no tráfego local e mais de três bilhões de chamadas interurbanas. São números consideráveis e em crescimento. O Ministério das Comunicações já está implementando um novo processo que visa a integrar as comunidades do País que estão distantes do serviço de telefonia moderna, através da implementação dos Centros de Telecomunicações Comunitários (CTC), que deverão propiciar, além do atendimento telefônico de voz, a disponibilidade de serviço de teleinformática, que certamente promoverão maior produtividade e desenvolvimento a essas comunidades. Cinco projetos pilotos estão em andamento e o Ministro Hugo Napoleão espera, em breve, a disseminação desses centros por todo o País.

Todo esse trabalho visa, segundo o que foi definido pelo Presidente Itamar Franco, a:

— buscar fontes alternativas para os investimentos em telecomunicações, inclusive através de associações e parcerias com a iniciativa privada, de modo a atingir, a médio prazo, níveis de investimentos iguais ou superiores a 1,5% do Produto Interno Bruto — PIB;

O Sr. Aureo Mello — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS ANTÔNIO DE'CARLI — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Aureo Mello — Quero felicitar V. Ex^a pelo brilhante e excelente discurso-aula que nos está proporcionando. V. Ex^a está, realmente, conduzindo o assunto com muita proficiência, com muita capacidade, e revelando profundo conhecimento de causa no concernente às telecomunicações. E, neste ensejo, quando V. Ex^a faz referência ao Ministro Hugo Napoleão, é bom que se ressalte que a administração do Ministro das Comunicações, discreta, sóbria, porém eficiente, quase

mineira — no que se refere ao seu trabalho quase silencioso, mas eficaz —, merece todos os aplausos. Repete, inclusive, sua demonstração de capacidade quando S. Ex^a foi Governador do Piauí e se revelou um dos melhores gestores da administração brasileira. De maneira que desejo me congratular com V. Ex^a e elogiar a oportunidade do seu discurso e, também, sublinhar e ratificar as palavras referentes a Hugo Napoleão, inegavelmente um Ministro de primeira categoria. Muito obrigado.

O SR. CARLOS ANTÔNIO DE'CARLI — Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Aureo Mello, pelo seu aparte. Suas palavras só vêm confirmar o que estou dizendo aqui sobre o Ministro Hugo Napoleão e a Telebrás.

Continuando, Sr. Presidente, todo esse trabalho visa, segundo definido pelo Presidente Itamar Franco, a:

— ampliar a plataforma de serviços públicos de telecomunicações, através de redes de dados locais, objetivo de atender à demanda do setor produtivo, dinamizando economia como um todo;

— reduzir os custos de expansão, de forma contínua e gradativa;

— incrementar ações que visam a disseminar o acesso aos serviços de telecomunicações, inclusive através da introdução de novas tecnologias na planta de telefones públicos e na utilização de tecnologia celular e redes via satélite para a expansão da oferta de serviços nas áreas rurais;

— definir estruturas e níveis tarifários que assegurem um adequado grau do financiamento do setor e que contemple também as diversidades regionais.

Não é, portanto, um movimento especulativo que se verifica com as ações da Telebrás. É o resultado de um trabalho que já começa a produzir efeitos. Hoje, a sociedade brasileira já pode contar com o telefone como um aliado, sempre pronto a atender, a encontrar pessoas, a fechar negócios, a transmitir dados e a tantas outras utilidades. É este Brasil moderno e integrado que o Ministro Hugo Napoleão, com o apoio de sua equipe e seguindo as diretrizes do Presidente Itamar Franco, contribui para construir. E tão bem vem se saindo em suas tarefas que já recebe o reconhecimento do mercado internacional, onde se vê aumentado o preço e a procura pelas ações da Telebrás. Nada mais incisivo. Nada mais realista.

Desta forma, Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, congratulo-me com o Ministro Hugo Napoleão, administrador e político, que procura viabilizar definitivamente as telecomunicações no País, sem esquecer de seus efeitos sociais, de acordo com as diretrizes gerais traçadas pelo Presidente Itamar Franco.

Parabéns, Ministro Hugo Napoleão. Continue seu trabalho. V. Ex^a está no rumo certo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, estava inscrito para falar desde a primeira hora, mas tivemos um debate muito importante, iniciado pelo Líder do meu partido, o extraordinário Senador Mauro Benevides. Todavia, achei que devia vir ainda à tribuna porque me parece que o assunto deve ser tratado hoje e não na semana que vem.

Votamos a lei salarial. Houve muitos debates, muita discussão, muita polêmica e posições divergentes a respeito do assunto, com o Congresso lotado e com interrogações sobre os efeitos da lei aprovada.

Volto a esta tribuna, Sr. Presidente, embora a lei salarial já tenha sido votada, para repetir — e, agora, com mais ênfase — o que disse aqui antes de a lei ser votada. Repito: lei salarial, tivemos muitas neste País, talvez mais de vinte ou trinta. Leis boas, ruins, democráticas, autoritárias; leis salariais votadas por decretos-lei, que passaram pelo decurso de prazo; leis salariais ultra-autoritárias, numa época de arrocho real e evidente; e leis salariais que deram aumento pleno de 100% da inflação, e, apesar disso, a inflação terminou em 80%.

Não me parece, Sr. Presidente, que querer equacionar o problema do povo brasileiro numa hora tão grave e tão difícil como esta seja o mais adequado. Inclusive quando o próprio Governo e a própria sociedade estão numa campanha fantástica, a Campanha de Combate à Fome, que tem Betinho e o Bispo de Caxias à frente, num grande debate e numa grande discussão em torno de 30 milhões de brasileiros que passam fome; quando vemos na televisão uma propaganda, que me parece institucionalmente muito bonita, em que o Pai Nossa é rezado convocando cada um para que faça sua parte no sentido de melhorar essa realidade dramática, cruel, injusta e desumana que atinge milhões de pessoas no nosso Brasil, país de grande extensão territorial e que tem condições de, praticamente, alimentar o mundo.

Numa hora como essa, Sr. Presidente, temos que debater. Votamos a lei salarial? Sim, votamos a lei salarial. Eu mesmo me questionei desta tribuna: Eu, Pedro Simon, que sempre defendi os interesses da gente mais simples, da gente mais humilde, será que mudei? Quando vi certas lideranças, certos nomes, certas pessoas defendendo a lei salarial, pensei: Será que, de repente, ocasional ou institucionalmente, por eu estar na representatividade de um governo, venho aqui para mudar minha maneira de pensar?

Sr. Presidente, repito aqui o que já disse antes: votamos uma medida de emergência. Estamos dando 120 dias ao Governo para que, nesse espaço de tempo, possamos discutir o problema da política econômica brasileira.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna para dizer que eu não defendia a aprovação da lei sobre a política salarial, em nome do Governo, antes da votação; e, agora, depois da votação, não preciso falar mais sobre o assunto. Volto a esta tribuna para concluir a sociedade a assumir a responsabilidade conjunta que temos com relação a essa questão. Venho aqui para dizer que o problema não é apenas o salário; é o salário e mais uma série de argumentos injustos e cruéis que influenciam o salário.

Falar-se em pacto, em acordo, em entendimento, em mesa de negociação é algo que já está ridicularizado no Brasil. Dizemos que agora vamos acertar, vamos convocar a sociedade, etc., acabará por nos fazer cair no ridículo.

De certa forma, isso tem lógica, porque o povo se cansou e a sociedade também. Foram tantas as vezes em que se falou em conversar, em se sentar à mesa, em se fazer um entendimento e, infelizmente, tudo caiu no vazio, no ridículo.

Hoje, há uma descrença, de certa forma compreensível, por parte do conjunto da sociedade e, principalmente, por parte da imprensa. A imprensa leva até para o lado do deboche, para não dizer da ironia, quando falamos nessas questões.

Eu respeito essa conduta da imprensa porque, na verdade, há um cansaço de se esperar e nada acontecer.

Todavia, Sr. Presidente, parece que chegamos a um determinado momento em que a coisa avançou mais do que tinha avançado até aqui. O Presidente da Câmara, o Presidente do Senado, os Ministros da Fazenda, do Planejamento, da Indústria, do Comércio e do Turismo, da Previdência Social, do Trabalho e da Administração, o Presidente da CUT, o Presidente da Força Sindical, os dois Presidentes das CGT, as lideranças empresariais, as lideranças do Congresso sentaram à mesa e debateram. Fizeram três reuniões e determinaram que elas continuassem, em nível de assessoria, para que, a cada momento em que se chegasse a conclusões, se voltasse à reunião com o Presidente da República.

Eu, por exemplo, sei de uma grande decisão que foi tomada. Diria até que, como resultado desse grande entendimento, já chegamos a uma conclusão. Há uma unanimidade entre empresários, lideranças sindicais, lideranças do Congresso e Governo em se votar, em regime de urgência urgentíssima, o projeto que, desde a Constituição de 1946 — há quase 50 anos, portanto —, anda por este Congresso, que é o projeto referente à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Parece-me que esse é um projeto importante.

Quando eu ainda era guri, lembro-me de o Pasqualini dizer que esse era um projeto significativo sob dois ângulos: primeiro, porque democratizava, socializava o capital com a presença do trabalhador; segundo, porque o trabalhador ali estava presente e poderia fazer a fiscalização, o que possibilitaria uma interpenetração mais real entre trabalhadores e empresários, resultando na participação desses trabalhadores nos lucros das empresas.

Ao que se sabe, o projeto chegou a uma média de entendimento e está na Câmara, em condições de ser votado em caráter de urgência urgentíssima para, depois, vir ao Senado, onde, pelas informações que tenho, poderá e deverá ser aprovado.

Repare, Sr. Presidente, que essa reunião da qual participamos e sobre a qual estou falando já teve uma alta decisão. Depois de quase 50 anos, quando dezenas de projetos, de emendas constitucionais tramitaram nesta Casa, quando dezenas de candidatos fizeram disso a plataforma de suas candidaturas, estamos às vésperas de alcançarmos o objetivo esperado. No bom sentido, o candidato a Governador do Rio Grande do Sul e Senador por várias vezes, Alberto Pasqualini, apesar de tudo, não conseguiu chegar a bom termo em relação a esse ponto.

As pessoas a que me referi, Sr. Presidente, foram adiante, e as assessorias se reuniram elaborando um texto que se chamou Agenda Brasil. Era um documento singelo. Deliberadamente, tanto as lideranças sindicais, quanto as lideranças empresariais, político-partidárias e as do Governo entenderam que deveria ser um termo modesto, singelo, nada de pompa, de importância ou de significado que semeasse uma expectativa maior do que aquela a que pudéssemos chegar. Assim, a agenda foi aprovada.

Tenho aqui, Sr. Presidente, essa primeira agenda, aprovada em termos de um grande debate sobre a sociedade brasileira, a qual gostaria de transcrever nos Anais da Casa.

“Proposta de agenda mínima para entendimento

1. Princípios e diretrizes básicas

Entendemos que a questão salarial deve ser em um contexto mais amplo. Sua discussão deve englobar não só outros aspectos associados ao mercado de trabalho — como o empre-

go e o arcabouço institucional que regula as relações de trabalho — como também a inserção da política salarial na estratégia maior de recuperação do crescimento sustentado e estabilidade da economia.

O Governo apresentou à sociedade um plano econômico — o Plano de Ação Imediata — que incorpora vários, mas não todos os temas acima aludidos. O Governo entende que a negociação deve oferecer a oportunidade de aprofundar as propostas do PAI e, em particular, a ele incorporar uma política salarial que favoreça a queda da inflação, ao mesmo tempo em que preserve o salário real e o emprego, bem como medidas adicionais nos termos abaixo.

O Governo se propõe a negociar, mas descarta por inteiro esquemas confessadamente fracassados de combate à inflação, como congelamentos e pré-fixação, assim como outras modalidades de choques econômicos que venham a agridir o livre curso das relações econômicas.

À luz dessas diretrizes, dois grandes grupos de temas devem ser objeto de negociação: (i) salário, emprego e relações de trabalho; e (ii) Políticas de Rendas.

2. Temas associados ao mercado de trabalho

1. Uma política salarial que defende o salário real e o emprego e que favoreça a queda da inflação.

2. A manutenção do crescimento do emprego, mediante a continuidade da recuperação da economia e o abandono de estratégias recessivas de combate à inflação.

3. Implementação do projeto de lei regulando a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

4. Aprimoramento das relações capital e trabalho.

3. Temas associados às políticas de rendas

1. Políticas e fomento à agricultura de modo a favorecer a produção de alimentos e aumentar o poder de compra dos salários, reduzir a tributação sobre itens da cesta básica em colaboração com os Estados. O Governo se propõe, inclusive, a igualar o esforço fiscal dos Estados, oferecendo contrapartidas, por exemplo, doações para o programa da fome.

2. Redesenho da política de tarifas públicas, de modo a reduzir o custo de vida das classes populares. Sugere-se a suspensão de recuperações reais em itens sensíveis à implementação de esquemas do tipo “vale-gás”, “carta social” e programas objetivando a recuperação das frotas de transporte urbanos com o apoio financeiro oficial.

3. Combate à sonegação e à fraude fiscal, bem como a discussão de um sistema tributário progressivo e mais simples.

4. Política de defesa da concorrência, combate aos cartéis e oligopólios e desregulamentação de mercados.

5. Redesenho no financiamento da seguridade social. Entre outras medidas, deve-se buscar definir uma contribuição viável para o setor rural e o engajamento da sociedade civil na liberação das contribuições sociais (PIS-Pasep e Cofins).

6. Aumento de eficiência na provisão de bens e serviços públicos de consumo popular, através de reformas envolvendo privatização, implementação da Lei de Concessões de Serviços Públicos, bem como a adoção de contratos de gestão nas empresas estatais.

7. Queda da taxa de juros de modo a atingir, após recuperação o equilíbrio fiscal, níveis semelhantes aos praticados no mercado internacional.

Repare, Sr. Presidente, que essa é uma agenda real. Quando ouvi o discurso do meu Líder, Mauro Benevides, e os apartes de praticamente todos os Parlamentares dizendo

que o Congresso havia feito a sua parte, votando a medida provisória solicitada pelo Governo, e que agora caberia ao Sr. Fernando Henrique Cardoso fazer a sua parte, acredito que estejam certos. Endosso essa posição. Realmente, houve pedido e resposta.

Sr. Presidente, parece-me, entretanto, que não cabe dizermos isso e, daqui a dois meses, retornarmos para afirmarmos novamente que o Congresso votou, e que resta ao Governo fazer a sua parte. A meu ver, mais do que cobrar, temos que fiscalizar e oferecer as propostas através das quais o Governo possa interferir nessa dramaticidade, que é o problema da inflação.

Essa foi a pauta. Baseados nela, Sr. Presidente, já houve reuniões. Há, inclusive, a manchete de um jornal insuspeito, que é a **Folha de S. Paulo**, que diz:

“Forum negocia acordo em sete medidas. Reunião técnica, sem a participação da CUT, define os primeiros pontos da tentativa do entendimento.”

São singelos, é verdade, mas já se chegou a um entendimento de unanimidade, Sr. Presidente. E mais:

“Abertura de espaço para a pequena e a microempresa na lista de fornecedores de bens e serviços às empresas estatais federais. O objetivo é aumentar emprego.”

Sabemos que, a começar pela merenda escola, além de outras realidades, eram os grandes oligopólios os únicos a vender para o Governo, Sr. Presidente. As pequenas e microempresas não tinham condições de participar, de dar uma contribuição, pois os oligopólios estabeleceram os grandes preços. Foi estabelecida uma forma — a começar pela merenda escolar —, através da qual a pequena empresa terá condições de participar e ser um fornecedor do Governo. O objetivo principal é gerar emprego.

“Realização de ampla campanha pela exigência da nota fiscal.”

Essa é uma campanha da qual temos que participar todos, Sr. Presidente. Essa campanha agora está ocorrendo a nível estadual. Justiça seja feita, reconheço inclusive que, no meu Estado, o Rio Grande do Sul, com o Governador Collares, empresário e sonegador têm ido para a cadeia.

Se, a nível federal, sentimos que há uma movimentação nesse sentido, esta tem que ser da sociedade. Tem que haver uma participação do conjunto da sociedade, que deve se mobilizar para cobrar, para exigir. Hoje, isso é um escândalo neste País. Em São Paulo, em Porto Alegre, aqui em Brasília, por onde se for, estão aí os importados, os contrabandos do Paraguai, que são vendidos à luz do dia, sem cópia, sem nota fiscal, sem absolutamente nada. Está havendo, a cada dia, o aumento dramático da economia informal, e, aos poucos, vemos que não se trata apenas da economia informal, do jogo de bicho ou dos camelôs, mas da economia informal do “caixas dois” das empresas, que também funciona. Isso tem que ser mudado através de uma campanha, da qual deve participar o conjunto da sociedade.

3º envio de projeto de lei que obrigue as empresas a fornecer aos sindicatos de trabalhadores as guias de recolhimentos em favor da Previdência Social;

O trabalhador paga a contribuição, mas, muitas vezes, a empresa não recolhe à Previdência Social essa quantia. Se as guias de recolhimento forem entregues periodicamente aos trabalhadores, estes poderão fiscalizar o pagamento da contri-

buição. É uma forma de combater a sonegação, o roubo e a vigarice.

4º envio de extratos trimestrais do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço à casa do trabalhador;

5º criação de guias de recolhimento da Receita Federal, específicas para depósitos judiciais;

6º dobrar o número de empresas no plano de alimentação do trabalhador — hoje são 42 mil;

7º fixação de normas para reajuste de tarifas e preços públicos, sem atrelar à inflação, levando em conta o aumento de custo.

Diariamente questionamos a autoridade de o Governo controlar a inflação com medidas severas em relação ao salário, se ele próprio aumenta seus preços, suas tarifas — energia, gasolina — em índices superiores aos da inflação. O Presidente Itamar já caiu no grotesco, por parte de certos jornais, quando avocou a si a decisão sobre essas tarifas. Todos sabemos que as estatais são praticamente um mundo à parte, um mundo cujas decisões nem o próprio Presidente da República, nem o Ministro responsável pelo setor podem tomar.

Sugiro: vamos debater sobre as tarifas; vamos fazê-lo em uma reunião à qual se façam presentes o Congresso, os trabalhadores, os empresários e os Ministros. Estes precisam saber explicar esses reajustes, às vezes, exagerados.

Alguns parlamentares podem argumentar que decidir sobre tarifas é atribuição do Presidente e que a nossa responsabilidade refere-se à fiscalização, à análise, à denúncia. Não é verdade, Sr. Presidente. A questão das estatais é complexa, vem de longe. De um lado, há os antiestatais — não é o meu caso —, que aproveitam qualquer pretexto para extinguí-las. Por outro lado, há os que — incluo-me entre eles — querem normalizar a situação, fazer com que volte ao seu nível. As estatais são empresas do povo; devem, portanto, colaborar para o povo, e não para um grupo de privilegiados, de corporações fechadas.

O Governo está tendo a humildade de reconhecer que o assunto das estatais e suas tarifas é tão profundo, tão sério, que merece ser objeto de amplo debate entre diversos segmentos. Precisamos saber por que a gasolina, por exemplo, é reajustada duas vezes ao mês.

Esse assunto e outros, tais como o da participação dos empregados no lucro das empresas, devem ser debatidos. Por exemplo, a manchete de o “Estadão”: “Câmara decide destino do projeto sobre lucro”. Sabe-se que a participação nos lucros já vem ocorrendo, já é realidade.

Recebi do Ministro Alexis Stepanenko, com data de ontem:

“Sr. Senador, encaminho, anexo, sumário da Agenda Brasil realizada em 10 de agosto último.

Conforme sabe V. Exº, o evento contou com a participação das assessorias das mais importantes centrais sindicais do País, à exceção da CUT, das confederações que representam o empresariado nacional e do Conselho Federal de Contabilidade. Contou, também, com a participação dos técnicos do Governo, dos diversos Ministérios, da Administração Indireta, cujos assuntos estão relacionados com a pauta da Agenda.

Na reunião, foi apresentado pelo Governo o relato sobre o andamento de algumas das ações acordadas nos encontros anteriores. Ficou marcada uma reunião técnica para o próximo dia 26 de agosto, às 10 horas, quando será apresentada nova versão do documento Agenda Brasil, para aprovação.”

Faço, desta tribuna, um apelo dramático ao meu querido amigo Jair Meneguelli: a CUT não pode deixar de participar dessa reunião, como fez em relação às anteriores. Posso até entender o porquê de a CUT não ter participado dos outros encontros. Creio que foi uma decisão política, uma vez que a Central Única dos Trabalhadores sempre se posicionou pelo reajuste de 100% da inflação, tese do Deputado Paulo Paim. Participar das reuniões poderia, segundo a CUT, enfraquecer essa posição. Entendo a respeito essa linha de pensamento. Entretanto, o momento é outro. Não comparecer à reunião do dia 26 é algo incomprensível e inaceitável. Faço um apelo — repito — ao meu amigo Jair Meneguelli: a CUT precisa participar dessa reunião, na qual será debatida a Agenda Brasil. Esse debate poderá ensejar um novo encontro com o Presidente da República, com a classe política, com os empresários, com as lideranças sindicais, com a Presidência da Câmara e do Senado e com os Ministros, oportunidade em que se poderá cobrar — as Lideranças dos Partidos sugeriram — do Ministro da Fazenda as providências devidas, uma vez que já votamos e aprovamos o Projeto de Conversão sobre o reajuste dos salários. Concordo em que se sobre o Governo que, agora, avance, que tome decisões. Não obstante, não podemos fugir ao chamamento.

Atitudes como essa não são — digamos — normais. Normal é o pacote; normal é o Plano Collor I; normal é o Plano Collor II; normal é o congelamento, que vem sendo praticado desde 1964 — eu diria até que nós nos acostumamos a eles.

Não estamos acostumados com o debate democrático; não estamos acostumados com a experiência de sentarmos à mesa com um Ministro da Fazenda disposto a ouvir, discutir, responder, analisar e aceitar críticas; não estamos acostumados a ver medidas salvadoras e definitivas partirem de um líder sindical, de um líder empresarial, de um Deputado. Tendemos a acreditar que apenas um gênio da Economia, um professor da Universidade de São Paulo, um pós-graduado, um especialista em Economia podem decidir sobre esse tema. Quem somos nós, quem é a CUT, quem é a CGT, quem é a Força Sindical, quem é o Congresso Nacional para sugerir soluções verdadeiras e definitivas?

Sr. Presidente, acredito que esses estão equivocados. Acredito mais em reuniões como essa que vai debater a Agenda Brasil do que nas que contam apenas com os gênios formados e pós-graduados no exterior.

A meu ver, o dia 26 será um dia histórico da maior importância, do maior significado. Nessa data, sobretudo se a CUT estiver presente, poderemos debater, analisar, discutir uma Agenda Brasil mais profunda. A partir dessa discussão, poderemos reunir-nos com o Presidente da República, para falarmos sobre questões singelas.

A grande tese dos trabalhadores é que aumento de salário não é causa da inflação, é consequência. Na História do Brasil, a única vez em que houve congelamento de preços com aumento de 20% dos salários foi no Plano Cruzado. Fomos ao supermercado e constatamos que os produtos estavam congelados e os salários, 20% mais caros. Foi a única vez. Em todo o resto da nossa História, as atualizações — falar em aumento é ridículo — salariais sempre foram, em tese, inferiores à inflação. Em tese, porque a CUT, a Força Sindical, a CGT reconhecem que a maioria das empresas já paga 100% da inflação. A lei salarial, hoje, atinge apenas 25% dos trabalhadores da sociedade.

Então, por que a inflação tem esses aumentos tão intensos na realidade brasileira? Porque nunca debatemos, Sr. Presi-

dente. Porque, se aumento de salário não é causa de inflação — e digo que não é —, muitas vezes é pretexto para aumentos abusivos da inflação. É por essa razão que a Agenda Brasil está convocada. Vamos discutir a inflação, vamos discutir os aumentos.

A pretexto da retirada dos três zeros da nossa moeda, os preços subiram; o pessoal ficou meio tonto. Um produto que era vendido no supermercado por 480 mil cruzeiros passou para 920 cruzeiros reais. Sabemos que isso aconteceu e está acontecendo; vamos sentar à mesa.

Disse o ex-Ministro e Senador Jarbas Passarinho que o equívoco do Presidente Castello Branco foi não ser popular, porque um governo tem de ser popular, tem de tomar medidas populares. Concordo com isso.

Fui Governador do Estado do Rio Grande do Sul e gastei praticamente zero em publicidade. Das minhas realizações, algumas singelas, quase não se tomou conhecimento, porque nunca fiz inauguração de obra no meu governo. Não lancei edital, de maneira solene, em nenhum momento do meu governo. Mas não podemos deixar de reconhecer um aspecto: se o Governo — o Presidente Itamar Franco — quisesse bancar o populista e pedisse que se fiscalizasse em seu nome, isso não daria certo, porque, como nada foi resolvido anteriormente, o povo perdeu a credibilidade e cansou. Sabemos que a situação está difícil, mas será diferente se resultar de um entendimento em que à mesa estejam trabalhadores e empresários, e os próprios trabalhadores organizem um esquema de fiscalização: primeiro, combatendo a sonegação; segundo, combatendo o aumento de preços fora da realidade; e, terceiro, fiscalizando o Governo, a começar pelas tarifas públicas. Creio que é por aí que se tem de começar.

Sei que há um problema, quase um drama, um obstáculo ao que estou afirmado aqui sobre a eleição presidencial. Os candidatos estão nas ruas: o Maluf, o Dr. Brizola e o Lula com as suas candidaturas e, embora não seja e não se diga candidato, o ex-Presidente e Senador José Sarney, com um número expressivo de brasileiros que lembram o seu nome. E está aí o PMDB, com as suas divergências, inclusive através do Dr. José Sarney e outros nomes, pensando em candidatura. Sabemos que no ano que vem não teremos apenas eleição para presidente da República, mas também para 2/3 do Senado, toda Câmara dos Deputados e os governadores.

Sr. Presidente, não temos dois caminhos. Um deles já me preocupa. Tenho o maior respeito por todos, e disse, desta tribuna, quando da CPI, que não a faríamos para cassar o mandato ou fazer o impeachment do Sr. Collor, e depois arquivar o nosso trabalho.

Não quero passar para a História como um homem que participou da CPI, que teve responsabilidade no impeachment de um presidente, e que, quando assumiu no seu lugar o Vice-Presidente, beneficiou-se dessa atuação. Essa foi inclusive uma das razões pelas quais não cogitei ser ministro, para que não dissessem: o Simon participou, coordenou; no seu gabinete foram praticamente realizadas as reuniões da CPI e, de repente, ele enlouqueceu.

Quero mais, não apenas isso, pois isso só não resguarda a minha consciência. Entendo que se afastamos um presidente por corrupção, sendo que uma série de corrupções foram apontadas na CPI, e outras à margem da CPI — que sabemos que existem —, temos que buscar e apurar responsabilidades, para não ficar na História que fizemos tudo aquilo para derrubar o presidente da República, como inventaram no tempo do Dr. Getúlio — e V. Ex^o sabe mais sobre isso do que

eu —, embora fosse mentira. Conspiraram, deram um golpe, em 1954, para afastar o Dr. Getúlio Vargas. No entanto, não tinham uma palavra sequer contra S. Ex^a E, no dia em que ele foi afastado, nunca mais se falou nada. Assim também fizeram com o Dr. João Goulart. Deram um golpe, tirando-o da Presidência, em 1964 e, na verdade, depois que S. Ex^a deixou o Governo, ninguém buscou apurar nada, porque não havia nada para se apurar, era tudo falsidade. Agora, não! Agora temos fatos, e não demos o golpe em ninguém; o Presidente Itamar Franco, como Vice-Presidente, não participou de absolutamente nada — sabemos disso —, mas temos que apurar.

Mas, entre apurar os fatos e começar-se a criar comissões, vai uma grande diferença. Daqui a pouco teremos uma contra o PT e a CUT, outra contra o Dr. Maluf e a Pau Brasil, outra com relação a um fulano de tal e à Linha Vermelha, ou ao beltrano de tal e a VASP, e assim por diante.

Em pouco tempo estaremos todos nos acusando, sem haver a seriedade necessária para isso. Sei que o Presidente Itamar Franco tem a credibilidade necessária, mas a campanha presidencial corre o risco de tomar um rumo em que se ataca o Governo, porque isso rende votos; em que se procura denegrir a imagem do Presidente Itamar Franco, destruir a economia, não deixar que o Governo cresça, e destruir os adversários. É um ambiente horrível para o Brasil, para o Governo, para a economia, para a sociedade, e — por que não dizer? — é um ambiente horrível para os candidatos.

Está hoje nas manchetes o discurso do Presidente Itamar Franco feito aos generais, um chamamento para o qual peço a transcrição. O próprio Senador Affonso Camargo disse: "Eu estranho que um Presidente da República faça isso"; e logo depois S. Ex^a disse: "O Sr. Afif, em Porto Alegre, disse que é melhor o Congresso fechado para combater a inflação".

O chamamento do Presidente foi nesse sentido: "Vamos parar com essas coisas". As Forças Armadas estão cumprindo o seu dever, o Congresso está cumprindo o seu dever, o Poder Judiciário está cumprindo o seu dever, a imprensa está cumprindo o seu dever. Vamos parar com essa imoralidade, essa indecência, essa estupidez! Isso devia ser proibido. O Sr. Armando Falcão, na TV *Manchete*, durante quinze minutos, pregou o golpe. O outro cidadão disse que o melhor seria fechar o Congresso Nacional. Sabemos que essas viandeiras existem, à espera do caos, do que é pior. É natural que num país, numa sociedade, haja uns 3% de birutas, de pessoas excepcionais, que vivem essa realidade. A imensa maioria é democrata, a imensa maioria defende um regime de paz, respeito e concórdia. Mas se não nos preparamos, se a imensa maioria dos democratas for desorganizada, irresponsável, uma minoria desorganizada terminará avançando.

Então, Sr. Presidente, se o clima for esse, não se pode deixar o Ministro Fernando Henrique, porque, se a economia tiver força, vai acontecer alguma coisa a favor dele. O mesmo em relação ao Presidente Itamar.

Dizem as pesquisas que o Lula está em primeiro lugar; consequentemente, agride-se o Lula e a CUT. Daqui a pouco, o Maluf estará em primeiro lugar; agredir-se-á o Maluf. Não sabemos no que vai dar, Sr. Presidente.

O que estou propondo é diferente: não um movimento a favor do Presidente Itamar Franco nem a favor do Sr. Fernando Henrique Cardoso. O que estou propondo é uma pauta Brasil, essa agenda que, se der certo, será mérito de todos que estiverem lá, via Congresso Nacional: da Força Sindical,

da CGT, da CUT, dos empresários da indústria, do comércio e da agricultura. Será mérito da sociedade. E se isso der certo, Sr. Presidente, não irão acontecer milagres. Não se iludam, não se assustem, não se preocupem. Repito o que tenho dito: nem o Doutor Itamar Franco nem o Sr. Fernando Henrique Cardoso têm como sair heróis desse processo. A situação é tão complexa, difícil e dramática, que a única alternativa é semear, plantar, construir o alicerce, pacificar, preparar o caminho para que o Brizola, o Lula, Maluf, o PMDB, quem vier depois, possa construir.

Creio que podemos unir-nos nessa semeadura, na construção desse alicerce, desse início, dizendo: "por que não poderei — Brizola, Lula, Maluf, Sarney, ou o candidato do PMDB — ser aquele que irá colher? O que não podemos é, a pretexto do que vai ou não acontecer, semear a desgraça, porque assim a tempestade cairá em nossas cabeças e, futuramente, na de nossos filhos. Parece-me tão singelo, real, claro e transparente esse princípio que não consigo entender que alguém pense diferente.

Por isso, Sr. Presidente, trago a cópia do ofício que recebi do Ministro do Planejamento, com o sumário da próxima reunião para a Agenda Brasil, que se realizará no dia 26, às 10h, convidando todos a participar, na certeza de que estarão presentes. E daqui, publicamente, convido meus amigos da CUT.

A imprensa e a televisão publicaram um trecho do pronunciamento que fiz aqui. Poderia parecer que eu tivesse me manifestado sobre a CUT de maneira menos elegante do que deveria. Não, Sr. Presidente. Falei o que estou reafirmando hoje. Naquela oportunidade, fiz um apelo à CUT para que, junto com a CGT e a Força Sindical, participasse. A propósito, tenho muito carinho pelo Vicentinho. Certa vez, houve uma reunião, em Porto Alegre, convocada pela Prefeitura do PT. Tenho muito respeito pelo PT de Porto Alegre, por Olívio Dutra, que foi um prefeito competente, e por Tarso Genro, que está sendo um grande prefeito. Minha admiração se deve ao fato de eles estarem forjando uma realidade, realizando uma importante transformação. Vejo com carinho e até com muita simpatia o trabalho que desenvolvem. Dessa vez, fizeram em Porto Alegre uma caminhada de protesto contra uma série de fatos, saindo da Prefeitura, indo até o Parque Farroupilha. Eu fui um dos convidados, para honra minha. Nessa oportunidade, eu falei e também o Vicentinho, de quem sou admirador, pois é um homem de algo gabarito. Nas reuniões da câmara setorial da indústria automobilística, Vicentinho e Mercadante tiveram uma posição muito importante, de significado, porque ali estiveram reunidos empresários, trabalhadores e Governo. E chegaram a uma solução. Não é à toa que, em meio à crise que vivemos, estamos produzindo um número recorde de automóveis. Nem na época de maior desenvolvimento, na época do milagre brasileiro se produziu tanto automóvel como agora. Isso se deve às câmaras setoriais. As multinacionais, os trabalhadores — tendo à frente Vicentinho — e o Governo tomaram decisões: os empresários fizeram concessões; os trabalhadores também fizeram concessões a nível de salário, e o Governo fez concessão, diminuindo impostos. Falei isso desta tribuna. Não critiquei, elogiei. Mas se isso foi feito — e é correto — para a produção de automóveis, em que as empresas são multinacionais, os trabalhadores do ABC são os principais dos trabalhadores, são os que ganham mais, e os consumidores são aqueles que têm dinheiro, por que não se faz uma câmara setorial para discutir a agricultura, para discutir o preço do pão, do leite, do feijão, área em

que as empresas são brasileiras, pequenas e aos milhares? Os trabalhadores são os milhares de brasileiros que vivem de salário e o consumidor é todo o povo.

Repto: faz-se uma reunião, que é correta, que está dando certo, que é positiva para a empresa multinacional, cujos trabalhadores ganham altos salários — altos no sentido de mais justos — para produzir automóveis utilizados apenas por uma elite. Por que não fazemos uma câmara setorial para discutir assuntos que devem fazer parte da Agenda Brasil, como inflação, custo dos produtos básicos da alimentação? Foi o que perguntei desta tribuna.

Em seguida o meu amigo Vicentinho foi notícia em **O Globo**, onde consta que:

“O Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e diretor da Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores, Vicente Paulo da Silva, disse ontem que o Presidente da CUT, Jair Meneguelli, deveria ter dado um ‘croque’ no líder do Governo no Senado, Pedro Simon, por ser ele contra a reposição salarial de 100% e culpar os salários pela inflação. Na definição de Vicentinho, ‘croque’ ou cascudo é como se chama a pancada aplicada pelos professores de antigamente, com o nó dos dedos, nas cabeças dos alunos desatentos.

— O senador não percebeu que as montadoras, por conta do acordo setorial e de reposição de 100% das perdas salariais dos metalúrgicos, aumentaram sua produção em 44,1% só no primeiro semestre de 93, o melhor semestre em produção e vendas da história da indústria automobilística brasileira — rebateu Vicentinho, acusando o Governo de elevar o custo de vida ao aumentar o preço da gasolina 13 pontos percentuais acima da inflação.

— Em vez disso, eles ficam namorando soluções medianas feitas em cima do arrocho salarial, enquanto os cartéis aumentam os preços — afirmou o líder sindical.

Quero dizer ao meu amigo Vicentinho que concordo com ele. Não critiquei a câmara setorial que discute o preço do automóvel. Ao contrário, cobro da CUT que venha participar da câmara setorial para discutir o custo de vida e da alimentação.

Ele mesmo diz: “Temos que saber por que a gasolina está subindo mais que a inflação”. Por isso convocamos a CUT para sentar à mesa e discutir por que a gasolina aumenta mais que a inflação.

Ele afirma que os trustes estão aumentando e enriquecendo à custa do povo; pois ele está sendo convidado a sentar à mesa e discutir por que isso está acontecendo, Sr. Presidente. Creio que meu amigo Vicentinho está cometendo um pequeno equívoco. Não estamos criticando a câmara automobilística, que, como ele diz, é verdade, atingiu recordes de produção. Estamos apenas convidando o Vicentinho, o Mercadante e as lideranças trabalhadoras para se sentarem conosco. Se deu certo na produção de automóvel, se deu certo para um bem que é importante mas não tanto, por que não dará certo quanto à produção de alimentos e no barateamento do seu custo?

Eu confio que essa reunião do dia 26 contará com a presença de todos. Digo isso porque ontem conversei longamente com o Presidente Itamar Franco e com o Ministro da Fazenda, Senador Fernando Henrique Cardoso; ambos declararam que estão por demais interessados em que a Agen-

da Brasil seja um sucesso e que esse grande entendimento aconteça.

Sr. Presidente, eu poderia encerrar aqui, mas peço licença para ler um dos artigos que a mim muito emocionou.

Tenho muito carinho pelo ex-Ministro João Sayad; fui Ministro na mesma época que S. Ex^a, ambos indicados pelo Presidente Tancredo Neves; governamos com o Presidente José Sarney. Pelo ex-Ministro sempre tive muito respeito, mas só o conhecia como um grande economista, homem de números, até ler esse artigo por ele publicado na **Folha de São Paulo**.

Peço sejam distribuídas cópias a cada um dos Srs. Senadores, assim como a transcrição nos Anais da Casa.

Passo a ler o artigo:

HIPOCRISIA

“De repente o diretor americano, que se sentava ao meu lado, na mesma sala, levantou seus 100kg de peso e do alto de seu metro e noventa gritou: “Que diabo de país é este? Aqui nunca é sim, não. A resposta é sempre cheia de senões, dúvidas, talvez!” A brilhantina, o ar de banqueiro da Wall Street me fizeram olhar com desprezo e ira a observação.

Será que somos um País de hipócritas? Hipocrisia vem de **hypocrites**, do grego, e quer dizer ator. Para La Rochefoucauld, hipocrisia é a homenagem que o vício presta à virtude”. “É bom de repetir: a hipocrisia é a homenagem que o vício presta à virtude”. “A vergonha do rico frente ao pobre, do branco face ao negro discriminado, do ditador que se apresenta como democrata, do Nixon, defendendo a **law and order**, do Kennedy, falando de paz, da revolução ‘democrática’ de 1964, do político corrupto na passeata anticorrupção, do empresário míope e sovina falando da modernização.

Não precisamos discutir hipocrisia cheios de ira e clamando por justiça. Afinal de contas, é um reconhecimento da virtude e do vício. Muito diferente do nazista que se orgulha e fala em voz alta sobre seu ódio aos judeus, do branco da África do Sul que justifica o **apartheid**, do rico que se acredita ‘mais competente’ do que o pobre, do branco que se considera superior ao negro, do machista que proclama a inferioridade da mulher.

Então, talvez sejamos mesmo hipócritas. No sentido de que aderimos rapidamente ao lado do bem, da liberdade, da democracia, da modernidade. Adesão racional, retórica, e unânime. Homenageamos imediatamente o bem. E combatemos o vício gradualmente, do jeito que conseguimos. Sem abrir mão de fato do vício.

O Brasil foi o último país a abolir a escravatura. Começamos com a proibição do tráfico em 1935, a lei só pegou em 1850. Depois a Lei do Ventre Livre libertando os nascituros. Depois que atingissem a maioridade, é claro. Só em 1988, cinqüenta e três anos depois, a Princesa Isabel assina, cheia de magnanimidade, a Lei Áurea. E cai a Monarquia, entre outras coisas, por causa disso. Para que serviu o Imperador, se não mantinha sequer a escravatura? E cem anos depois, os monarquistas listam entre os seus feitos a libertação dos escravos! Hipócritas? Sim, mas no bom

sentido. Conhecíamos o lado da luz, da liberdade. Tínhamos a vergonha do lado escuro.

E a democratização do país? Começamos em 1974. Acabamos (acabamos?) em 1985, com a eleição de Tancredo Neves. E em 1985 não havia sobrado ninguém do lado de lá. Éramos todos democratas — os políticos que apoiaram a revolução e viveram dela e com ela por tanto tempo. Os empresários que apoiaram a Revolução e depois, junto com todos, abominavam a revolução; e até os militares, que fizeram a revolução. A Revolução de 1964, em 1985, parecia ter sido apoiada por uma nação estrangeira, que se retirou silenciosamente e desapareceu do mapa!

Inflação. Um país de 146 milhões de habitantes. Metade tem uma renda média razoável; outra metade recebe um salário de fome ou se vira em bicos e trabalhos menores, de tempo parcial, nas ruas e nas favelas das grandes cidades. Que vergonha sentimos todos nós, brasileiros.

Quando vemos um filme brasileiro, 'Pixote' ou qualquer outro relacionado a crime, pobreza, favelas, cangaceiros, a vergonha aumenta. 'O que os estrangeiros vão pensar de nós? Isto não é o Brasil das fábricas, da avenida Paulista, da agricultura pujante. Temos vergonha de nosso fracasso incorporar tantos irmãos de tantas cores'.

E a inflação resolve. Nada mais hipócrita do que a inflação. É injusto que o salário mínimo seja de 60 dólares por mês. Todos nós brasileiros sabemos disso. Pagamos então 60 dólares vezes 60 mil cruzeiros, ou seja, 3 milhões e 600 mil cruzeiros. E todos os meses reajustamos o salário em 30%. No fim do ano, o assalariado estará ganhando 17 milhões, trezentos e setenta e seis mil, quinhentos e doze cruzeiros e quarenta centavos, se o Presidente não cortar o zero. Uma homenagem do rico ao pobre.

Pagamos o que o pobre 'deveria receber' e reajustamos os preços do produto. É como se os cruzeiros que pagássemos aos assalariados estivessem amarrados num barbante invisível — ele está no bolso do pobre, mas conforme ele anda, sai do seu bolso e volta para as nossas mãos. Reconhecemos que ele ganha pouco. Pagamos. E pegamos sorrateiramente de volta... Esta é a inflação brasileira. Filha da hipocrisia. Hipocrisia no bom sentido — devo não nego, mas não consigo pagar. Talvez a democracia, num país de hipócritas, com tanta desigualdade e tantas aspirações de justiça e prosperidade, só possa viver com inflação. Quero dizer isso mesmo, sem hipocrisia...

Quarenta anos para abolir a escravatura. Vinte anos para redemocratizar o País. Cinquenta anos de inflação.

Essas reflexões não são um desabafo irritado contra a inflação, a ditadura ou a escravatura. São reflexões sinceras e pacientes sobre o nosso jeito de ser. Hipócritas, no bom sentido. A hipocrisia pode ser considerada detestável quando nos compararmos aos EUA ou a qualquer outro país de quem os brasileiros tenham inveja, ou usem como paradigma. Mas somos nós. Melhores do que os defensores do **apartheid**. Sem guerras. O País do 'jeitinho'. E não adianta reclamar. Somos nós... A hipocrisia, desculpem a palavra, é o que nós

temos e somos. É a partir dela que temos que discutir as reformas.

Até os assuntos mais triviais. O salário do Presidente da CVRD ou do BNDES tem que ser baixo, 3 mil ou 4 mil dólares. Mas os salários de presidentes de empresas menores e menos eficiente do setor privado é muito maior, duas ou três vezes maior. Por quê? Respeito ao pobres.

Somos todos contra a pobreza, a inflação, o déficit público, a desigualdade na distribuição de renda e da ditadura. Todos. É o país da unanimidade. Abominamos a escuridão e o atraso, onde vivemos há muitos anos. Reconhecendo que somos hipócritas, sem hipocrisia, talvez chegemos ao fim do túnel. Desconhecendo, vamos pensar que a vela que temos na mão é tão forte quanto a luz do sol."

Será que é isso, Sr. Presidente? Será que o PMDB numa tribuna, o PT, o PDT, o PPR, o PSDB na outra — o Governo numa tribuna, Oposição na outra — os trabalhadores num tribuna, os empresários na outra, os estudantes aqui, os intelectuais ali adiante; será que podemos conviver com isso? E não temos coragem de tomar uma decisão, Sr. Presidente? Será que queremos fazer justiça social, equacionar o problema da inflação, resolver os erros, os equívocos salariais e tudo que está aí, na casa dos outros, esquecendo a nossa, Sr. Presidente? Será que é isso? Será que as elites deste País, as elites políticas, intelectuais, empresariais, sindicais, é tão irresponsável, tão incompreensível, que o povo tem que se aquietar e esperar algo que venha de fora, Sr. Presidente?

Este reunião do dia 26, Sr. Presidente, pode ser singela. Sei que falar em Agenda Brasil, em entendimento é algo até grotesco, Sr. Presidente, mas entendo que vale mais a pena fazer isso do que nada.

Os discursos que fizeram desta tribuna, os respeitos, a começar pelo do meu próprio Partido. Ele agiu correto. A Bancada do PMDB salientou que votava com o Governo, com todo o desgaste que isso requeria, mas exige medidas do Governo. Penso que está certo. O Presidente Itamar — e ainda ontem Sua Excelência disse isso, o Ministro Fernando Henrique Cardoso, ainda hoje disse isso — tem que tomar decisões. No entanto, todos nós temos que participar delas, Sr. Presidente.

Quem é este Brasil, Sr. Presidente? O Brasil é o país do "jeitinho". Lamentavelmente o parlamentarismo foi derrotado. E por que foi derrotado o parlamentarismo? Porque o Brasil quer um "salvador da pátria". O Brasil se acostumou com isso, vem fazendo isso ao longo de sua História. O Brasil coloca alguém lá e fica esperando que ele resolva. Emposaram o Dr. Getúlio Vargas e ficaram esperando. O Getúlio vai salvar! Terminou cometendo suicídio. Elegeram o Dr. João Goulart esperando que ele salvasse e terminou sendo derrubado. Colocaram o Sr. Jânio Quadros, alegaram que era um revolucionário, a vassoura varreria tudo quanto fosse desgraça sobre este País, terminou renunciando. Todos nós, neste Congresso, empolgamos o Brasil e elegemos Tancredo Neves, ele morreu no dia da posse. Todos nós, no Brasil — 35 milhões — pensávamos que o Sr. Collor era um grande nome que solucionaria e terminou como terminou. Chega de esperar um "salvador da pátria".

O Ministro Fernando Henrique Cardoso é um homem competente. O Brasil recebeu o Ministro Fernando Henrique Cardoso com aplausos. Reconheço que S. Ex^a é um homem

de bem, sério e responsável e que quer acertar. Vamos ficar aqui, agora, Sr Presidente — nós, Senadores e Deputados, as lideranças empresariais e os trabalhadores — esperando que o Ministro Fernando Henrique faça um milagre ou um outro pacote, ou sei lá o quê, ou vamos nos dar as mãos para, juntos, equacionar essa questão? Será que não está na hora de entendermos que não existe “salvador da pátria”? País múltiplo como este, com uma Federação complexa do norte a sul, com problemas tão disparecidos, com duas nações ao mesmo tempo: nós uma Pérsia em índices de prosperidade e temos uma Índia morrendo de fome, essa convivência. Imaginar que alguém vai salvar e vai resolver. Se não sentarmos e dermos a nossa colaboração, Sr. Presidente... Este é o chamamento.

Quando houve o **impeachment**, vim a esta tribuna dizer que era a grande hora. Se tinhemos tido a coragem de unir o Brasil para pedir o afastamento, se este Congresso e, principalmente, este Senado, quase que por unanimidade, afastou o Presidente, teríamos que ter a mesma grandeza para construir, somar, esforçarmo-nos no sentido de traçar o caminho.

Este é o sentido do meu pronunciamento, Sr. Presidente. Pode parecer estranho, mas fiz de propósito, não falei na hora da votação. Alguns poderiam achamar: “Viva o Governo!”. O tradicional é isso, porque o Governo obteve uma grande vitória com relação à nova lei salarial. Porém, fiz questão de falar. E falo porque sei que é o pensamento do Presidente Itamar Franco e da área econômica do Governo.

Vamos, então, nos juntar, e precisar os objetivos da Agenda Brasil. Sabemos que há pessoas que estão enriquecendo. Nos próximos dias, o Governo vai abrir a caixa preta do Banco Central para sabermos qual é o seu relacionamento com o Tesouro Nacional. Ninguém conseguiu saber até hoje.

Sempre soube, Sr. Presidente, e me perguntava porque o juro é tão alto. A culpa é do Governo — respondia eu — porque ele rola no **over** 40 bilhões de dólares/diário e tem que cobrar um juro alto. Se não cobrar um juro alto, essas pessoas não compram os títulos do Governo. Isso foi o que eu ouvi a vida inteira. Pois saibam que desde que assumiu o Governo o Presidente Itamar Franco, até ontem, os juros baixaram de mais de 30% para 17%. Então, por que o Governo está rolando a 17% e nós estamos rolando a 40%? Por que o juro proibitivo de 40%? Trata-se de um desafio. Agora vamos cobrar do Governo... Será que alguém tem dúvida do Dr. Itamar Franco, quando demitiu o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central ano passado, porque Sua Excelência dizia e dizia exatamente isto: “Quero baixar os juros!”. Agora, qual é a força que tem um Presidente da República sozinho para baixar os juros? Por isso, o Governo se propõe sentar à mesa. Porém a CUT se nega a sentar à mesa. Juro que não entendo, Sr. Presidente. O normal seria o contrário. O normal seria: “Bom, o Governo nos chamou para sentar porque queria derrotar a emenda do Deputado Paulo Paim, agora terminou e não quer mais nada”. Digo não, agora é que vamos começar. Mas a CUT não quer se sentar à mesa para discutir por que os juros estão tão altos, por que o preço da gasolina é elevado, por que os gêneros alimentícios estão aumentando tanto, por que há certos preços no supermercado que subiram demais... Se ela não se sentar para discutir não terá autoridade para fiscalizar depois, a não ser que seja apenas um pretexto.

Vamos nos sentar à mesa. Neste momento, faço um apelo ao Presidente do Senado, o Senador Humberto Lucena, para

que faça uma reunião com os Senadores para discutirmos essas questões tão relevantes. Espero que o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Inocêncio Oliveira, faça o mesmo naquela Casa.

Esperamos que haja um caminho de entendimento entre as diversas correntes políticas: PT, comunista, direita, esquerda. Não vamos fazer nessa reunião uma revolução social, não vamos discutir aquilo que nos divida.

Será que há alguém que não reconhece que a inflação tenha baixado? Será que há alguém, sentado à mesa, que não entende que tem que se fazer um plano imediato com relação aos 30 milhões de brasileiros que passam fome? Nós não vamos discutir como vamos fazer a reforma agrária nesta reunião, porque quem ganhar a eleição e tiver maioria no Congresso vai discutir depois. Nós estamos fazendo uma pauta daquela média de entendimento que praticamente é a unanimidade, Sr. Presidente. Vamos fazer essa travessia, em torno dessa pauta, deixando que as grandes teses transformadoras, as grandes modificações, a profundidade das grandes transformações, seja feita por quem ganhar a próxima eleição, no novo Congresso Nacional.

O Presidente Itamar Franco não está fazendo uma convocação para fazer uma revolução social ou econômica, está fazendo uma convocação para fazer uma transição no necessário, no fundamental que todos nós estamos de acordo. Negar-se sentar à mesa é uma atitude que não dá para compreender.

Reconheço que o Brasil é incompetente para discutir os problemas sociais. O Brasil é um país, já temos dito isso, de Primeiro Mundo. Vejam a Ponte Rio-Niterói, a Hidrelétrica de Itaipu, não há nada mais moderno no mundo. O Brasil na sua indústria, nas suas obras materiais, é um país fantástico. No social nós somos um fracasso, não conseguimos fazer um plano que dê certo. É BNH, é BNCC, é Plano de Habitação, é distribuição de leite, é LBA, são várias entidades e órgãos e nada disso dá certo. Nós somos incompetentes na hora de sentar para equacionar as questões sociais deste país. Mas, um dia teremos de começar, Sr. Presidente. Acho que essa Agenda Brasil está começando com singeleza, com humildade.

O nobre Senador José Sarney, com muita grandeza, disse uma coisa que considero muito importante. “Lamento não ter tentado mais na busca do entendimento”.

Sou testemunha disso. S. Ex^a poderia vir aqui e dizer que tentou o entendimento, mas não obteve êxito, e que isso não adiantaria. Pelo contrário. S. Ex^a, com toda sua experiência, diz que tentou e não conseguiu e que lamentava não ter tentado mais. Acho que isso deve ser feito. V. Ex^a já imaginou, Sr. Presidente, que coisa fantástica se, de repente, no ano que vem, tivermos de um lado a Agenda Brasil e daqui a pouco se convoca: fulano é candidato à Presidência da República, números 1, 2, 3, 4 ou 5, cada um com sua plataforma, Sr. Presidente? Não vamos imaginar que, se sair a Agenda Brasil, se sair esse entendimento, aí não há mais candidatura, porque o que dirá o Lula, o Brizola? Pelo amor de Deus! Há um milhão de coisas para se dizer, milhões de propostas e de idéias para serem mostradas. Só que aí serão viáveis, aí ninguém vai dizer se vai ou não haver eleição, como vai ser ou não. Então, V. Ex^a já imaginou que coisa fantástica se, de repente, o Presidente da República puder convidar os candidatos à Presidência e apresentar-lhes a pauta do Governo, e dizer-lhes que as bancadas desses candidatos, no Congresso, isso vamos votar. Isso é uma conquista de

todos nós e não apenas do Itamar, nem do MDB, não é do PSDB, não é do Sr. Fernando Henrique Cardoso. Isso aqui, que vamos fazer juntos, é conquista nossa. Passado isso, o resto vamos brigar. Aí o PT, o Maluf, o Brizola, o MDB vão dizer qual é a sua bandeira. Será que isso é inviável, Sr. Presidente? Será que, de repente, e os jornais já disseram que eu estou sonhando ou delirando? O que que esse Senador está fazendo? O que o Simon está pensando? Esses princípios éticos que ele tem, ele está num outro mundo, ele tem que acordar, vir para a terra, colocar os pés no chão.

Será que é isso? Será que imaginar, debater, analisar essas coisas é sonhar com o irrealizável? Já estamos avançando tanto, Sr. Presidente, tivemos três reuniões do Presidente da República com essa equipe, que ficou a tarde inteira lidando com isso e a última vez ele disse: "Bom, agora vamos reunir as assessorias técnicas e quando elas chegarem a denominadores comuns vamos voltar as nos reunir".

A legislação com relação à participação dos empregados nos lucros das empresas já está em tramitação, vai ser votada na Câmara dos Deputados e no Senado. Será que não vale a pena procurarmos soluções viáveis, Sr. Presidente? Nós do Governo, que votamos o projeto da lei salarial, poderíamos estar pensando: "Bom, já ganhamos, a emenda foi aprovada, obtivemos vitória, podemos ir para casa". E os homens da oposição: "Já demos o que eles queriam, ganharam o que queriam, podemos ir para casa e esperar para no fim do ano falar."

Ora, pelo amor de Deus, Sr. Presidente, vamos continuar colaborando todos os dias para que estas questões tenham solução.

Este, com muita humildade, é o sentido do meu pronunciamento neste final de sessão. Agradeço a V. Ex^a e aos colegas a tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin. (Pausa.)

S. Ex^a não se encontra no plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ronaldo Aragão. (Pausa.)

S. Ex^a não se encontra no plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocorreu, com grande êxito, no Recife, no mês passado, a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC —, durante a qual foi empossada sua nova diretoria, que tem à frente, em substituição ao Professor Enio Candotti, o cientista Aziz Abbsaber.

O tema que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência elegeu este ano, para ser objeto do encontro, foi "Ciência e Qualidade de Vida", o que demonstra a preocupação da instituição com a contribuição que a ciência e tecnologia podem oferecer para o desenvolvimento social.

Parece-me sintomático, Sr. Presidente, que, num país com graves e desafiadores problemas, como o Brasil, não haja uma consciência mais aguda da importância que o desenvolvimento científico e tecnológico tem para o desenvolvimento do País.

Dai por que, Sr. Presidente, o encontro da SBPC — ao qual tive oportunidade de comparecer — fez-me refletir sobre a importância de tentarmos estabelecer uma interação entre ciência, pesquisa e tecnologia e política.

Diria que os profissionais que trabalham com ciência, pesquisa e tecnologia possuem um certo preconceito com relação a uma maior proximidade com os políticos e partidos.

A esse respeito, poderíamos dizer que esse preconceito acontece no mundo todo. Mesmo assim esse preconceito é observado de forma mais aguda no Brasil.

Geralmente os segmentos científicos e tecnológicos, as pessoas que se voltam para o desenvolvimento da ciência, da pesquisa e da tecnologia ficam de um lado, e de outro, fica o segmento político. Não há, o que a meu ver é extremamente desejável, uma certa interação entre ciência, tecnologia e política.

O Congresso que a SBPC realizou no Brasil serviu para que pudéssemos fazer uma reflexão sobre essa questão. Eu diria que há um preconceito, um fosso, um hiato que precisa ser eliminado. Isso será importante para as duas áreas, tanto para a área da política, de modo particular para aqueles que se encontram no Congresso Nacional, quanto para a área científica e tecnológica.

Eu diria até que — não sei se minha observação é correta — na última reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência houve uma redução do espaço destinado à análise das questões políticas. Por outro lado, poderia dizer, também, que a questão científica e tecnológica se transformou numa pauta quase esquecida da vida brasileira.

As razões disso são tão óbvias que seguramente nos dispensariam de uma reflexão, por mais supérflua que seja, sobre o assunto, a respeito da sua relevância. Creio que seria mais útil empregar o tempo que me foi cedido a analisar em que medida essa falta de interação tem deixado de produzir resultados em ambas as direções.

No que tange ao desenvolvimento científico brasileiro, suponho que a indagação cabível é a seguinte: em que medida há uma consciência generalizada nas instituições políticas de que o processo de desenvolvimento do País não pode ser encarado e resolvido com sucesso, independentemente do processo específico do desenvolvimento científico e tecnológico? Em outras palavras, em que medida estão as instituições políticas brasileiras conscientes da incontestável e inseparável interdependência entre o conceito de desenvolvimento, encarado globalmente, e o componente específico desse processo que é o desenvolvimento científico e tecnológico de cada nação?

No que se refere à política — e me refiro aqui a um aspecto essencial dela — a pergunta pertinente, no meu entender, é: em que medida o desenvolvimento científico do País tem sido objeto deliberado do processo político?

Não posso dar outras respostas que não sejam de caráter pessoal, fruto, sobretudo, de minha experiência como político, Governador, Deputado, Senador, Ministro de Estado, Presidente de Câmara, etc.

A primeira resposta que exprimo com toda a convicção é a de que as instituições políticas brasileiras não possuem, a não ser em casos muito específicos, a noção do caráter de interdependência entre o desenvolvimento global do País e o desenvolvimento científico da sociedade brasileira.

Dou aqui, ainda que resumidamente, as razões da minha crença. A pauta da política brasileira, no que se refere ao desenvolvimento científico, cinge-se, via de regra, a questões como a discussão e a aprovação periódica dos sucessivos planos básicos de desenvolvimento científico e tecnológico. Como eu dizia, a discussão e aprovação periódica desses planos básicos de desenvolvimento científico e tecnológico são assuntos

que nos preocupam conjunturalmente por seus aspectos de projetos extremamente limitados no tempo.

Além disso, a nossa pauta científica e tecnológica às vezes se reduz, aqui, à discussão sobre a criação ou não do Ministério de Ciência e Tecnologia ou de colocar na estrutura do Poder Executivo uma agência política que se dedique ao desenvolvimento da pesquisa e do progresso da ciência. É uma pauta, a meu ver, extremamente pobre para a magnitude dos desafios nessa área.

Cito, aqui, alguns pormenores que podem ser ilustrativos.

Não me recordo, por exemplo, de nenhum Presidente da República que tenha tido, em qualquer época, um assessor específico na área de Ciência e Tecnologia ou, como é comum em outros países, um conselheiro científico.

A visão dessa matéria no mais alto escalão de poder, no Brasil, é, historicamente, por via de consequência, uma visão meramente pessoal ou, quando muito, aquela que lhe chega pela via burocrática usual, sobre aspectos específicos que dizem respeito à atuação do Executivo nas diversas áreas de atuação do Poder Público Federal.

Não vou me referir ao Poder Judiciário, que, conceitual e juridicamente, é, por sua própria natureza, imune às influências externas, por isso não posso aludir a esse ramo do Poder. No entanto, posso aludir, com maior conhecimento, ao Legislativo que histórica e politicamente só pode existir e funcionar com eficácia na medida em que esteja submetido às influências e pressões da sociedade que representa.

O único vínculo institucional entre as duas Casas do Congresso e a comunidade científica é o que se estabelece através de suas Comissões Técnicas.

Se me indagarem quais as causas de tais deficiências, eu não hesitaria em atribuí-las a uma série de circunstâncias, tanto estruturais, quanto conjunturais, que não teria sentido discutir aqui. Mas não quero deixar de assinalar a minha profunda convicção de que o estamento político brasileiro não dispõe da suficiente, nem da adequada informação sobre a necessária e indissociável correlação entre desenvolvimento global e desenvolvimento científico.

Já não me refiro às instituições políticas virtuais do Estado, como é o caso do Executivo e do Legislativo, mas às da própria sociedade, como os partidos, por exemplo, em que a situação é exatamente a mesma.

Sobre esse aspecto, portanto, não faço só críticas, mas também auto-criticas, posto que fui dirigente partidário, fundador e presidente de instituição de estudos políticos sociais.

Outra questão que eu gostaria de levantar é a seguinte: em que medida instituições como a SBPC podem contribuir para suprir essa deficiência? A outra face da moeda é: em que medida o desenvolvimento científico brasileiro é o resultado direto de uma diretriz política deliberada? Em outras palavras: qual o grau de institucionalização política da busca consciente do desenvolvimento científico? Poderíamos aludir a alguns êxitos e conquistas que têm caráter permanente. E me permitiria citar aqui instituições como o Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, — CNPq; a CAPES, órgão do Ministério da Educação — que inclusive concede bolsas de estudo também para o exterior, criando condições para a formação de cientistas e pesquisadores de alto nível; a Comissão Nacional de Energia Nuclear; o INPA — Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia; o Museu Nacional, que também tem excelentes quadros; o Instituto Oswaldo Cruz, que tanto tem concorrido para o desenvolvimento de pesquisas no campo do combate a endemias e

as doenças tropicais, de um modo geral; e o Museu Emílio Goeldi, que tem sede no Pará e que tantos estudos tem feito com relação, inclusive, às questões mais especificamente ligadas à porção setentrional do País.

Cito essas instituições, porque reconhecidamente estão consolidadas na vida nacional. Podemos acrescentar os casos do INPE — Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; a EMBRAPA; o IBICT, — Instituto Nacional de Informação, Ciência e Tecnologia.

Não pretendo, Sr. Presidente, ser exaustivo, mas apenas exemplificar. Não podemos esquecer a contribuição dos institutos de pesquisas universitários, os vinculados a instituições especializadas — como a Aeronáutica — nem as instituições de âmbito estadual, que tiveram agora grande desenvolvimento.

É claro que podemos relacionar nossas carências nessa área com as fragilidades brasileiras no campo social, no âmbito econômico ou no próprio marco político-institucional do País. Em outras palavras, mesmo essas áreas, a que eu chamaria de constitucionais na área científica, estão sujeitas a contingências políticas do País. É claro que o mesmo ocorre no sistema educacional, na área da saúde ou na política de investimentos em infra-estrutura. A meu ver, a diferença é que, para usar uma expressão da linguagem econômica, a política de infra-estrutura, em matéria de transportes rodoviários, por exemplo, é elástica, em face da inelasticidade do desenvolvimento científico; ou seja, a deterioração da malha rodoviária brasileira, por exemplo, pode ser sanada na medida em que haja prosperidade econômica. Não se pode dizer o mesmo, na minha opinião, do desenvolvimento científico. Os atrasos, as perdas de oportunidade são progressivas e, em inúmeros casos, irrecuperáveis.

Não sei se afirmo uma heterodoxia ao dizer que, nas demais áreas, o econômico é uma correlação direta. No desenvolvimento científico, o econômico é uma correlação indireta, cumulativa e, portanto, das mais graves consequências.

Pode-se contestar, dizendo que, na área da saúde, as perdas provocadas por falta de suporte econômico também são irreversíveis. Um paciente que morre, uma vida que se perde por falta de vacina adequada ou de nutrição são recursos humanos que não se recuperam. Suponho, porém, que em nenhum outro campo do conhecimento humano as consequências da falta de pesquisas ou, se quisermos, o atraso científico, são mais nefastos do que na saúde.

A epidemia do século, como assim está sendo chamada a AIDS, apenas para ilustrar, talvez seja o melhor exemplo disso. Se o mundo inteiro parasse as pesquisas em busca de um antídoto para a AIDS, o número de vítimas seria desastroso para a humanidade, pois o horizonte de uma terapia eficaz poderia se multiplicar muitas vezes mais do que se toda a comunidade científica voltasse parte dos seus recursos e dos seus esforços para superá-la.

Isso põe a questão do desenvolvimento científico, nos países em vias de desenvolvimento, como é o nosso, em termos inquestionavelmente políticos. De que maneira e em que medida? Na medida em que a Ciência tem um compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar; na mesma proporção em que a política tem um compromisso com a segurança jurídica, com a estabilidade institucional, com a eficiência econômica e com a justiça social.

É claro que não podemos esperar que haja apoio à pesquisa, suporte estável para as instituições científicas e desenvol-

imento científico progressivo, num quadro geral de deterioração econômica, de agravamento das condições sociais e de instabilidade institucional. Mas também é certo que não podemos esperar que o País atinja a plenitude de suas possibilidades para só então realizarmos um projeto eficaz de desenvolvimento, com base no conhecimento científico que sejamos capazes de desenvolver. Nesse sentido, creio que seria crucial e pudéssemos fazer um balanço das oportunidades perdidas a última década pelas repercussões, na área científica, do gravamento de nossas condições econômicas.

Estou convencido de que falta ao Brasil, neste fim de século — como de resto vem ocorrendo nas últimas décadas — um projeto político que possa fazer assentar o desenvolvimento nacional em nossas possibilidades efetivas de progresso nas áreas de Ciência e Tecnologia. E nesse sentido que me parece nefasta a falta de uma interação mais intensa, uradoura e profícua entre cientistas e políticos, entre pesquisadores e homens de Estado, entre pessoas que desenvolvem tecnologias e cidadãos que fazem vida pública ou, se quiserem, alta de interação entre ciência e política, entre pesquisa e política, entre desenvolvimento tecnológico e prática da política brasileira.

O desenvolvimento científico de um país que aspire àquele protagonismo mundial ou que, pelo menos, disponha de condições potenciais para tal, como é o caso do Brasil, não pode se assentar nas incertezas das contingências para conseguir seus objetivos. Ou fazemos um esforço consciente e deliberado de empregar os instrumentos da ciência para a transformação, progresso e desenvolvimento, ou vamos ficar, décadas mais irrecuperáveis em face do progresso da humanidade, como passivos espectadores da nossa própria impotência.

A sociedade brasileira, de um modo geral, tem demonstrado que está progressivamente se emancipando da tutela o setor público ou do poder político, que historicamente foi dominante em nosso processo de evolução histórica.

Temos que acreditar — como afirmou certa feita Capistrano de Abreu — que nenhum presidente vai salvar ou destruir o Brasil, por mais poder que tenha. O que fazer, em face da perda do poder do Estado em ser o principal protagonista do desenvolvimento, o responsável político pela estabilidade da pesquisa científica, ou o promotor do progresso social, a justiça e da igualdade de oportunidade para todos?

Penso que, em face dessa realidade, o exemplo do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho — com quem tive oportunidade de conviver nos meus tempos de vida universitária — é inspirador. Não se pode, em virtude da fome endêmica que assola boa parte da população brasileira, esperar o sucesso e um progresso econômico ou a garantia da estabilidade político-institucional do País para abrandar as diferenças sozais. A capacidade de mobilização brasileira tem operado sucessos impensáveis há alguns anos.

É incontestável que a sociedade brasileira está cada vez mais “vertebrada” — uso a expressão “vertebrada” no sentido em que a usou Ortega y Gasset, para traduzir exatamente capacidade de organização e de articulação em face do Estado. O que, aliás, é um princípio que informa o moderno liberalismo, cujas idéias tenho buscado defender, como membro que sou de um Partido que tem como base programática social-liberalismo.

Nessas condições, nem podemos esperar milagres, nem emos condições de aguardar que o Estado brasileiro se recomponha, para tentar recuperar o centro perdido em matéria

de desenvolvimento científico. A persistência da crise brasileira serviu, entre outras coisas, para demonstrar que o País, mesmo que a duras penas, pode manter o dinamismo de algumas áreas vitais, como na competitividade econômica, a sustentação de um sistema educacional, ainda que degradado em muitos aspectos, a vitalidade da organização dos agentes sociais e econômicos e o aumento sensível do grau de solidariedade social de nossa sociedade. Para um leigo como eu, a conquista de excelência em algumas áreas, como a da eletrônica, ressaltada no boletim do fim do ano passado, dezembro de 1992, do Conselho Econômico e Social da ONU, é para todos nós uma revelação auspíciosa.

Creio que, no estágio em que nos encontramos, Sr. Presidente, a legitimidade da comunidade científica brasileira já não se esgota apenas na denúncia das péssimas condições das instituições de pesquisa, ou na luta pela destinação de um percentual mínimo do PIB para esse fim. Esta tem sido uma questão recorrente. Nos sucessivos governos, a comunidade científica e tecnológica tem reivindicado que seja alocado um “x” do PIB especificamente para o atendimento das atividades científicas e tecnológicas. E, de fato, isso é procedente, porque no mundo todo é cada vez maior o volume de recursos que as agências governamentais têm posto à disposição do desenvolvimento científico e tecnológico. Se não estou equivocado, o Japão já está investindo mais de 7% do PIB nesse setor. Os Estados Unidos — o chamado Primeiro Mundo de modo geral — investem, e com grande intensidade nessa área.

No meu entendimento — e, aí, uma proposta que faria neste fim de manhã — é preciso criar um foro permanente de articulação com o Congresso Nacional, não apenas para informá-lo permanentemente da potencialidade brasileira em matéria de desenvolvimento científico mas sobretudo para a assessorá-lo, de forma contínua, e não meramente ocasional, como ocorre, na necessidade de se elaborar um projeto viável de desenvolvimento que possa superar as vicissitudes das mudanças políticas. Na realidade, esse mecanismo de articulação permanente — e friso permanente — deve ser entendido do mais alto escalão do poder político do Estado. Não podemos ficar esperando que o Estado seja o único responsável por um projeto permanente de desenvolvimento da ciência e da tecnologia. O que se tem tentado, até agora, é uma legitimidade pela cooptação. Temos que investir nesse processo e fazer com que o Congresso Nacional e o Poder Executivo aceitem um programa definido de desenvolvimento que tenha por base a transformação, a partir das conquistas da pesquisa científica e dos resultados que de sua aplicação se pode obter.

Como uma conquista vital para o País, é preferível perder um, dois ou três anos na busca de uma definição e de um consenso para um projeto desta natureza, a partir da sociedade, com o aval do Estado, do que esperarmos por definições não “consensuadas,” partidas do Estado, que jamais se concretizam por motivos alheios ao esforço e à contribuição que todos esperamos dos cientistas brasileiros.

É claro que não basta definir um programa a partir da sociedade e cooptar os poderes políticos para que o adotem como objetivo político nacional. Será indispensável, para que possa ter êxito, que entre seus mecanismos institucionais de execução se adote um sistema permanente de avaliação de seu desempenho, composto de representantes da própria comunidade científica e, pelo menos, dos Poderes Executivo e Legislativo.

Será imprescindível que um projeto dessa natureza conte com o apoio, o compromisso e a adesão dos partidos políticos, para que a rotatividade do poder não o desfigure. Porque uma característica que todos nós sabemos que marca, de modo especial, o nosso País é a descontinuidade das políticas governamentais. Muda-se o governo, e, com a mudança de governo, mudam-se às vezes radicalmente, as políticas.

Essa descontinuidade, Sr. Presidente, uma das formas de superá-la será justamente fazer com que os projetos não brotem do Governo para a sociedade, mas que a sociedade, como agente ativo, leve ao Governo seus programas e que o Governo, independentemente da rotatividade do poder e das mudanças dos quadros partidários, garanta a continuidade desses programas. Enfim, é preciso que a sociedade brasileira os adote como seus e acredite que da sua materialização vai depender, em grande parte, o próprio futuro do País.

Exprimindo essa mesma idéia em outras palavras, eu diria que temos que autonomizar o desenvolvimento científico nacional, emancipando-o das ingerências indevidas e descaracterizadoras do Estado. Não se trata de substituí-lo, pois seria a negação da política, mas de suprir suas carências em matéria de capacidade de planejamento do nosso próprio destino. O que poderíamos chamar, para usar uma linguagem própria dos sociólogos, de legitimação pela base.

Não sei em que medida pode uma nação deixar entregue apenas a seus governos a defesa dos interesses nacionais, muito embora seja essa sua finalidade principal. Quando esses governos têm a precariedade demonstrada historicamente entre nós, é um risco para o futuro do País esperar do estamento do poder a tutela de nosso próprio destino. Daí a responsabilidade social, moral e política de que se reveste a atuação da comunidade científica brasileira.

Tenho muito receio, como leigo — friso — pois posso estar equivocado em muitas das minhas observações, de apontar cifras, mostrar exemplos ou indicar modelos. Todos sabemos que, recentemente, o atual Presidente dos Estados Unidos acusou a indústria farmacêutica do seu país, em termos duros e indignados, de ameaçar inviabilizar o programa de reforma do sistema sanitário americano. Sei que esse problema não é particularmente americano, mas universal. Todos acompanhamos o que representou, em termos de energia perdida, a polêmica das autoridades sanitárias brasileiras com essa indústria multinacional.

Quando falo em mecanismo de interação permanente entre a ciência, representada pela comunidade científica — cientistas, professores, pesquisadores, investigadores, tecnólogos, nos diferentes níveis —, e a política, representada pelos poderes do Estado e pelos partidos, tenho a vista voltada para casos nos quais temos responsabilidade morais, sociais e políticas, comuns a ambos os setores.

Enfim, gostaria de dizer que é fundamental quebrarmos, cada vez mais, os preconceitos que, a meu ver, separam os dois territórios: o território da ciência, da pesquisa e da tecnologia, e o território da atividade político-partidária.

Somos uma sociedade, até certo ponto, muito preconceituosa. E o que é significativo é que esses preconceitos existam nas chamadas elites brasileiras que, por sua própria formação, poderiam ser capazes de superar esses hiatos, esses fossos, esses gaps que existem e que, de alguma forma, dificultam uma tomada de consciência dos nossos problemas e uma adequada solução dos mesmos.

Certa feita disse José Bonifácio, o Patriarca da Independência, esse grande vulto da história do Brasil, que "a sá

política era produto da moral e da razão". Eu diria hoje, acrescentando, tentando fazer uma leitura atual dessa definição de política, que "a sá política é filha da moral e da razão e da informação e do conhecimento, porque no século que estamos vendo se acabar, iniciando um novo milênio, o que notamos é que a grande marca que move o progresso da humanidade é a marca do desenvolvimento científico e tecnológico.

Na hora em que a grande marca deste final de milênio é essa revolução científica e tecnológica, é fundamental que tenhamos consciência de que a atividade política passa não apenas pela moral e pela razão, mas também pela informação e pelo conhecimento. Ou seja, qualquer projeto de desenvolvimento para o País passa por nós, políticos; que estejamos conscientes de que a variável científica e tecnológica é fundamental para que o País encontre o seu rumo e o seu destino.

É lógico, Sr. Presidente, que a ciência enquanto tal é uma atividade neutra. Houve certa feita um prêmio Nobel de Física que disse, com muita propriedade, citando um provérbio budista, que a chave da ciência tanto serve para abrir as portas do céu quanto serve para abrir as portas do inferno. O que ele queria dizer — friso — com isso, certamente, é que a ciência, em si, é neutra. O trabalho do pesquisador, em si, é um trabalho que pode ser exercitado para o bem, mas pode, também, ser exercitado para o mal. Vimos o desenvolvimento da indústria bélica, a fabricação de artefatos nucleares, altamente mortíferos, o desenvolvimento de substâncias químicas altamente lesivas à humanidade etc. A ciência pode ser usada para o mal.

Mas, de modo geral, o que eu gostaria de salientar é que a ciência é usada para o bem. E, consequentemente, será através do desenvolvimento científico-tecnológico que poderemos fazer do mundo não somente uma sociedade mais justa, mas também fazermos, de modo especial do Brasil, uma sociedade que possa melhor conhecer a solução dos seus problemas e contribuir, assim, para um desenvolvimento que seja sinônimo de bem-estar social.

Gostaria, Sr. Presidente, portanto, de concluir as minhas palavras dizendo o quanto considero importante, neste estágio da vida nacional, que se pense, cada vez mais, na importância da ciência e tecnologia.

A propósito, Sr. Presidente, ainda recentemente lendo um artigo do atual Ministro da Ciência e Tecnologia, Professor José Israel Vargas — a quem conheço de longa data, e que é irmão de um colega nosso aqui, do Congresso, o falecido Deputado Jorge Vargas —, verifiquei que S. Ex^a dizia algo com o que concordo integralmente. Lerei um pequeno trecho de suas manifestações:

"Temos que formular a política de ciência e tecnologia de forma integrada com a política de desenvolvimento de longo prazo e com a participação dos próprios usuários da ciência e tecnologia."

Mais adiante; S. Ex^a falava algo também evidente para todos nós, mas é sempre atual repetir:

"Também não pode o País deixar de se integrar na aventura mundial para o avanço do conhecimento, honra do espírito humano, bem como das tecnologias portadoras do futuro..."

Mencionava a supercomputação, a exploração do espaço exterior, a supercondutividade, novos materiais, a biotecnologia.

“...sob pena de, não o fazendo, abdicar definitivamente de participar dos desafios do grande esforço intelectual dos povos, que se joga, infelizmente, quase que somente nos países desenvolvidos.”

Por isso, Sr. Presidente, concluo as minhas palavras dizendo que considero que a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada recentemente no Recife, e que teve como coordenador-geral o Professor Luiz Antônio Marcuschi, foi um êxito. Espero que a nova diretoria possa concorrer também para uma maior aproximação com os segmentos políticos da sociedade brasileira. E que haja também, por parte do segmento político, de modo especial do Congresso Nacional, disponibilidade para se associar com o setor científico e tecnológico, como forma de construirmos um processo de desenvolvimento mais adequado ao País e às suas aspirações.

Faço votos de que o novo Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência seja bem-sucedido nessa sua tarefa. O Encontro do Recife, um dos maiores já realizados pela SBPC — foi bem maior do que a última reunião que se realizou em São Paulo. Um grande número de pesquisadores para lá acorreu: as inscrições foram mais de seis mil, entre cientistas, tecnólogos e pesquisadores.

Desejaria também, Sr. Presidente, ao encerrar as minhas palavras, aproveitar a ocasião para solicitar que sejam apensadas ao meu pronunciamento as palavras proferidas pelo Professor José Israel Vargas, Ministro de Ciência e Tecnologia do Governo, por ocasião da abertura da conferência científica, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável da Ibero-América, realizada em Salvador, Bahia, entre 4 e 7 de julho de 1993.

Em seu depoimento, o Ministro José Israel Vargas chama a atenção para questões que, de alguma forma, procurei, de maneira desalinhavada, suscitar em meu pronunciamento. Ou seja, chamar a atenção para a importância da integração maior entre atividade política e atividade científico-tecnológica.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR MARCO MACIEL EM SEU DISCURSO:

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E O FUTURO

Conferência Inaugural pronunciada pelo Senhor Professor José Israel Vargas, Ministro da Ciência e Tecnologia, por ocasião da abertura da Conferência Científica Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável da Ibero-América, em Salvador (Bahia), de 4 a 7 de julho de 1993

Os Desafios Atuais

Falar, hoje, de futuro, para nós ibero-americanos, mais do que simples retórica, é referir-se ao nosso manifesto e imponente desejo atual de mudança, de progresso, de movida.

As chaves da ciência, como ressalta o físico norte-americano Richard Feynman, podem abrir tanto as portas do paraíso quanto as do inferno. Estamos ao final de um século que obviamente sepultou, a golpes de ameaças nucleares, de desastres ecológicos e de mau planejamento pretensamente científico, a crença positivista no progresso automático, graças à ciência e à tecnologia. Toda a retórica em torno dos conceitos de desenvolvimento e modernidade está sendo revista, pois sabemos o quanto cara pode ser a obediência cega ao irrefletido crescimento ou ao raso mimetismo de terceiros.

Não é o caso de se fazer aqui, entretanto, a mínima moralia da ciência e da tecnologia, no momento em que o conceito de desenvolvimento sustentável, na esteira da histórica Conferência do Rio em 1992, começa a se impor em escala mundial. Devemos lembrar apenas que, após quatro séculos de progresso científico e tecnológico, subsistem alguns paradoxos cruciais para o futuro da humanidade e da própria natureza que nos obriga e sustenta.

O primeiro paradoxo fundamental de nosso tempo decorre de nossa teimosia, apesar de evidente e espantosa erudição científica contemporânea, no desconhecer sistemáticamente as leis de natureza, em uma postura em que “a humanidade flerta com a extinção de sua própria espécie”, nas palavras do pai da sociobiologia Edward O. Wilson. Mais uma vez fica clara a grave advertência que os principais cientistas do mundo fazem, com vistas a que se evite a rota da colisão em que estamos engajados com o mundo natural. Relembro, aqui, a pertinência e o alcance do chamamento assinado nesse sentido, em fevereiro último, por cerca de 1.700 membros de academias de ciências nacionais e internacionais, entre os quais 104 Prêmios Nobel, representando 70 países.

O segundo paradoxo fundamental de nossa era é assim comentado por Francisco Sagasti: “Estamos no meio de uma explosão do conhecimento que está dividindo o mundo entre sociedades ricas, de transformação rápida, que usam o conhecimento eficazmente, e sociedades pobres, de transformação lenta, que não o usam com eficácia”.

Não é uma tarefa trivial, portanto, falar-se em ciência, tecnologia e futuro. Pode-se dizer que, em comparação com cem anos atrás, ciência e tecnologia são mais insubstanciais e herméticas. A atividade científica e tecnológica, igualmente, tornou-se mais burocrática, institucional, bem como, às vezes, corporativista e cúmplice do jogo político em nossas sociedades. Em consequência, o espaço reservado à ciência e à tecnologia, tanto na percepção das elites e governos, quanto no imaginário popular, pode variar consideravelmente e ser sujeito a contestações. Variam, aliás, as manifestações e graus de racionalidade (pressuposto essencial para o exercício da ciência) presentes na sociedade. Pode-se mesmo dizer que parece existir, inclusive, uma crise contemporânea da racionalidade, manifestada através da ressurgência de obscurantismo, supostamente já sepultados pelo avanço do progresso, fenômenos que, no entanto, não são particulares aos países ditos culturalmente atrasados porque também vigem nas sociedades do Primeiríssimo Mundo.

Vivemos, de fato, ao final deste século, em uma fase de transição política, econômica e social profundamente desestabilizadora, na qual ciência e tecnologia tiveram, têm e terão enorme parte ativa no processo de mutação.

Mas, se crise há, talvez seja apenas uma crise de mutação, generalizada, do Estado como gestor do poder, do Estado tecnocrático. Valeria talvez acrescentar que um dos pontos a serem ressaltados, entre outros, sobre as várias tentativas contemporâneas, falidas, de dar-se caráter “científico” ao ato de governar ou de explicar a história corrente, residiu na evidente incapacidade de percepção de sinais precursores de grandes mudanças, a curto prazo. A pedra de toque de toda teoria científica é sua capacidade de previsão e, sob este aspecto, o campo dos estudos prospectivos foi particularmente pouco perspicaz, por exemplo, quanto às profundas e importâncias alterações da ordem internacional que viriam a ocorrer desde o surgimento do fundamentalismo no Irã, até a

queda do Muro de Berlim. Apesar da falência evidente desse exercício, acréscimo, entretanto, que existam ainda outras avenidas de prospecção. Penso, em particular, no estudo dos elementos mais físicos e quantitativos dos ciclos econômicos e de inovação tecnológica, o qual parece abrir novas perspectivas de avaliação do porvir.

A Nossa Situação

Para nós, países ibero-americanos, falar de ciência, tecnologia e futuro, significa buscar entender o quanto valemos e valeremos no novo contexto mundial, pois não podemos esquecer que, lamentavelmente, a Península Ibérica e a América Latina foram palco e principal trincheira da Contra-Reforma, o que teve consequências marcantes para a dormência secular, em nossos países, do ensino e da livre investigação, sem a qual não há ciência...

No caso deste Continente, entretanto, é chegada a hora da verdade, após uma década perdida, com ausência de crescimento e grande sofrimento de nossas populações.

Vivem, com efeito, atualmente, os países latino-americanos, um verdadeiro questionamento de identidade e de vocação e são vários os desafios com que se defrontam. Ao sentimento de distanciamento geográfico, estratégico, cultural e econômico que sempre nos aconteceu, agora se soma a possibilidade de uma eventual acrescida marginalização, em termos de vantagens comparativas.

Isto ocorre, infelizmente, em um momento de vazio conceitual, pois a chamada teoria do desenvolvimento, como disciplina acadêmica, praxis governamental ou discurso normativo multilateral, morreu de morte morrida.

A nossa própria percepção da chamada Nova Ordem Internacional que se delineia é cheia de perplexidade já que, claramente, em seu conjunto, a América Latina não se beneficiou da Guerra Fria ou de seu fim, nos mesmos termos do que ocorrido em outras áreas.

A década perdida dos anos 80 foi, aliás, em larga medida, causada por nossa crença em um modelo de estabilidade determinado pelo Norte e frustrado por fatores completamente externos à nossa vontade: a exploração dos preços do petróleo e das taxas internacionais de juros.

A globalização da economia mundial agora encerra, em seu bojo, mudanças que poderão nos ser igualmente desfavoráveis: a formulação de blocos econômicos, cuja lógica é a exclusão de terceiros; o exercício incontrastado do poder pelos mais fortes; novas relações transnacionais, que afetam Estados mais fracos o aparecimento de novos foros decisórios internacionais não submetidos a uma total transparência e sem o necessário embasamento jurídico universal; o crescimento da concentração econômica e do poder de decisão financeira mundiais. São, estes, fatores que dominam o novo cenário internacional.

Nos deparamos, finalmente, no plano interno de nossos países, em contraponto à nossa perplexidade com relação ao que agora se passa no nível internacional, com a infeliz constatação de não termos ainda assegurado um futuro econômico e social condigno com os direitos e aspirações de nossos povos.

Ciência e Tecnologia como Fonte e Parte do Desenvolvimento

Assim é que, por mais que estejamos na fase de, antes de mais nada, arrumar a casa, política e institucionalmente, o desafio que enfrentamos ainda é, portanto, essencialmente econômico e social. Sob este aspecto, o discurso do desenvolvimento não está esvaziado e tende a readquirir todo o seu

sentido à luz de um novo modelo que vai se apoiar, preponderantemente, na adoção do paradigma do desenvolvimento científico e tecnológico como alavanca do desenvolvimento econômico e social e do respeito ao meio ambiente, este patrimônio de nossa herança natural comum, que devemos preservar diariamente, em benefício das gerações futuras.

Existe, no entanto, entre o discurso e a prática, um fosso. As contingências econômicas são, no momento, bastante desfavoráveis, no plano interno e externo, ao fortalecimento dos sistemas nacionais de ciência e tecnologia. Perdura, igualmente, a percepção errônea de que ciência e tecnologia são apenas instrumentos, ou seja elementos exógenos, externalidades, ao desenvolvimento, quando são, de fato, parte e fonte do próprio progresso humano.

Educação e Ciência & Tecnologia

Nunca é demais insistir, que, na base de todo atraso, está o esforço limitado que sempre fizemos no campo educacional.

No caso brasileiro, somos um país de universidades recentes. Esta é a raiz de parte dos males que nos afigem hoje, fortemente centrados em um sistema educacional insuficiente. Mas é verdade, também, que o privilégio de ter-se universidades não constitui garantia, por decorrência automática, do florescimento científico e educacional de uma nação. Nem todas as universidades foram expressões científicas em si ou receberam a missão de produzir conhecimento novo, na melhor tradição alemã do século XIX.

No Brasil, a ideologia colonizadora, que impedia a educação, seguida da resistência anticlerical maçônica e, posteriormente, do Positivismo, cerceou o desenvolvimento de Universidades Nacionais.

Mas, isto pode ter constituído uma vantagem contraditória.

A contrapartida deste boicote à universidade, foi o estímulo e a proteção a escolas técnicas profissionais de alto nível, que formaram as bases que seriam utilizadas em nosso processo de industrialização. Isto explica, em parte, como nós brasileiros tenhamos conseguido alcançar um certo nível de desenvolvimento, maior do que seria e se esperar, em razão de nosso secular descaso com a educação.

Sob este aspecto, o exemplo brasileiro pode ser interessante e dar margem a algum otimismo, porque, apesar de tudo, somos um modelo *sui generis* da criação de uma vasta rede de ensino, a partir da primeira universidade de base científica, que surge apenas em 1934 (USP, em São Paulo). Esta expansão ocorreu em um prazo muito curto de nossa história e foi amparada pelo desenvolvimento do ensino profissional anterior, o qual teve seguimento através de empreendimentos da iniciativa privada brasileira.

A história do ensino brasileiro é portanto de sucessos rápidos, mas igualmente uma história de distorções.

De um lado, construímos universidades sem termos generalizado uma educação básica de qualidade. De outro, fizemos universidades trazendo da docência do Segundo Grau os seus professores, pouquíssimos com conhecimento científico e treinamento adequado em pesquisa. Ficou evidente que não tínhamos maneiras de distribuir o ensino de forma equiparável em todo o território nacional, nem de criar as condições mínimas de qualidade fora dos grandes eixos urbanos. Apesar destes aspectos, contudo, criamos um sistema de pós-graduação que vai do muito bom ao razoável. Este esforço dos anos

60, 70 e 80 para formar recursos humanos deu ao Brasil um contingente de aproximadamente 100.000 pesquisadores, dos quais um pouco mais da metade mestres e doutores.

Cumpre continuar a expandir esta base, mas somente com o critério de seletividade e qualidade. Está na hora de uma grande mudança, a exemplo de outros países que introjetaram o conceito da qualidade — do fazer tudo bem feito — a tal ponto na sociedade, que hoje o utilizam como marketing.

Os Modelos Passados

Outro ponto comum central, neste processo coletivo de introspecção necessária, é o da crítica dos modelos passados, com base na substituição de importações.

O fato é que substituir importações não gera necessariamente tecnologias novas ou mais nobres, tendendo, na maior parte dos casos, a promover uma industrialização meramente ou parcamente adaptativa. O modelo exportador, nas condições latino-americanas, significou, por outro lado, a redução de nosso padrão de vida, limitando-se a poupança interna e a produtividade e, portanto, a própria competitividade internacional. Reservar mercados pôde, igualmente, implicar atrasos tecnológicos na produção.

Estes modelos corresponderam a opções estratégicas disponíveis à época e, muito provavelmente, historicamente necessárias. O erro talvez tenha sido persistir modelos por longo período, quando não havia mais condições para sua expansão, dado a sua evidente exaustão.

A própria dificuldade atual, aliás, de se encontrar outros modelos que possam substituí-los decorre de seu evidente sucesso durante extenso prazo.

Boa parte de nossos erros foram de perspectiva, assim como resultaram de incapacidade estruturais de adaptação e assimilação das inovações que ocorriam a nível mundial.

Caberia, aqui, talvez meditar também sobre fatores culturais que constituíram verdadeiras barreiras à assimilação da inovação, os quais estejam igualmente presentes na Península Ibérica.

Firma-se, hoje, cada vez mais, a idéia de que o crescimento econômico não é meramente acompanhado pela introdução de novos produtos e processos, mas é ditado por estas inovações, em contexto cultural apropriado.

O Papel Central da Inovação

Na verdade, na sociedade, como na natureza, as inovações só são percebidas de maneira espetacular muita a posteriori.

Um longo tempo pode mediar o ato da invenção e o da inovação propriamente dita, ou seja a sua utilização pelo mercado.

As inovações levam um certo tempo para emergir, são assimiladas e aplicadas por ondas e pacotes cílicos. Vistas com recuo, maravilha-nos o acerto, a presciência e mesmo a rapidez desta verdadeira seleção natural, que parece independente de fatores conjunturais ou de crises. Esta percepção *ex-post facto* da rapidez das mudanças tecnológicas esconde a evidência de que as sociedades e suas culturas, como as espécies naturais, são extremamente conservadoras. É óbvio que, em um primeiro momento, se chegue à conclusão de que o que funcionou bem no passado tem uma ótima probabilidade de funcionar bem no futuro. A conservação adaptativa constitui, com efeito, a estratégia de base de todo sistema

de seleção natural e encontra seu símile no funcionamento das sociedades e, logo, da atividade de Ciência e Tecnologia.

Prima facie, portanto, a inovação é conservadora, já que torna possível um *modus vivendi* tradicional no contexto de novas circunstâncias. Esta é uma percepção inicial válida que podemos ter do que nos é apresentado, pelos países pós-industriais, como novo paradigma, chama-se ele Nova Ordem Internacional ou revista-se ele dos aspectos paradoxais descritos acima, se considerarmos que a ciência e a tecnologia modernas não sanam, de *per se*, o abismo de desigualdades que impera a nível mundial e, talvez, até, o agravem.

Mas fica claro que este processo, se em um primeiro momento se reveste das características dos dizeres do Gattopardi (mudar para que tudo continue na mesma), a longo prazo obedece a uma lógica interna que não pode se limitar às estratégias oportunistas de alguns poucos.

Entretanto, estamos no limiar de um novo ciclo histórico que, na opinião de vários analistas, pode apresentar janelas de oportunidade particularmente favoráveis para os países em desenvolvimento, com vistas à sua adesão ao novo paradigma e à redução ou eliminação de seu diferencial tecnológico.

É evidente que muitas tecnologias estão caminhando a largos passos para a saturação de seus nichos e serão inexoravelmente substituídas por outras. Isto terá consequências insuspeitadas para a performance do novo paradigma e implicará estratégias mais sofisticadas no equacionamento das vantagens comparativas de cada país.

É evidente que teremos que enfrentar não somente nossas inícias internas, mas igualmente fazer face à tentativa de manutenção do *status quo* pelos atuais líderes da nova revolução tecnológica: as tecnologias modernas são caras e sujeitas, cada vez mais, a regimes internacionais de limitação a seu acesso.

O desafio que enfrentamos é pois, enorme, já que implica amplo esforço de persuasão, interna e externa, e de reversão, que afeta nossas sociedades como um todo. O novo paradigma científico e tecnológico é mais fechado do que o anterior: ele é intensivo em conhecimento científico recente; é mais complexo tecnologicamente — no momento em que se levantam barreiras de acesso às novas tecnologias — exige, para sua operação, ampla base de mão-de-obra qualificada, a qual deve ser desenvolvida não apenas em termos de formação, como no passado, mas igualmente em termos de educação.

Não existem mais *Deus ex machina* tecnológicos. A busca de um novo modelo, de desenvolvimento sustentável, pressupõe, pois, um novo tipo de interação entre capital e trabalho, entre governo e empresa, entre a sociedade como um todo e a inovação no seu sentido mais amplo.

Estamos todos engajados em um processo que pode ser definido como emparelhamento competitivo. Cumpre-nos realizar as melhores potencialidades, em mesclas judiciosas que dêem prioridade estratégica tanto aos fatores herdados (resultantes de dotações de recursos humanos e naturais), quanto aos fatores criados (resultantes de competências e uso do conhecimento), em cada região, cada país, cada espaço econômico regional. Não há, portanto, modelos exóticos a importar.

Estas formulações se encaixam perfeitamente dentro do estabelecido pela Declaração da Cimeira Ibero-Americana de Ciência e Tecnologia firmada em 6 de outubro de 1992, em Sevilha.

A Política de Ciência e Tecnologia

É do conhecimento de todos que, após a Segunda Guerra Mundial, por motivos estratégicos, numerosas nações do mundo implantaram ou esforçaram-se em implantar Sistemas de Ciência e Tecnologia. Estes sistemas, em regra geral, caracterizavam-se pelo pluralismo institucional e por vastas redes de pesquisa instaladas nas universidades. Por exemplo, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos criavam a National Science Foundation, o Brasil também criava o CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas), cuja atuação, iniciada em 1951, foi o ponto de partida para a instalação de um amplo sistema que inclui institutos de pesquisa, uma financiadora de projetos e outras agências e programas de cunho científico e tecnológico.

No caso brasileiro, e é aqui que a comparação com outras experiências pode ser frutífera, o sistema concebido para organizar e financiar a produção científica e tecnológica, em que pesem as semelhanças organizacionais e cronológicas com outros países, sempre encontrou grandes dificuldades para integrar, de forma mais ampla, a ciência e tecnologia ao processo de desenvolvimento do país. Os óbvios sucessos que pertencem às áreas de "cultura protegida", de alta tecnologia, são um caso à parte. Fomentou-se a pesquisa básica, sem realizar qualquer direcionamento estratégico deste processo. O CNPq dedicou-se intrínseca e quase que exclusivamente à promoção da ciência.

O processo de industrialização acelerada de nosso país, iniciado nos anos 50, gerou certamente um setor industrial relativamente forte, mas totalmente alienado da pesquisa e do desenvolvimento. Isto contribuiu fortemente, dada a reduzidíssima demanda de pesquisa ao conjunto acadêmico e técnico, à morosidade do setor científico, tecnológico e educacional do País.

De seu lado, o meio acadêmico e de pesquisas isolou-se, em processo de soberba alienação, que distingue ciência dita pura, da aplicação do conhecimento nos setores produtivos. Os dois lados nunca se entenderam porque, na prática, não sabiam se entender.

O estabelecimento, em 1974, de um Conselho Científico e Tecnológico (CCT) constituiu a primeira tentativa de criar um colegiado que formulasse a política nacional de ciência e tecnologia e que coordenasse o aparato institucional existente. Faltou, entretanto, ao CCT brasileiro, até hoje, apesar de sucessivas modificações, uma atuação substantiva como verdadeiro articulador e órgão de planejamento do desenvolvimento científico e tecnológico dentro (e no centro) das sucessivas políticas de desenvolvimento do País.

Em outras palavras, reencontra-se, aqui, em última análise, a consequência do vazio de considerar-se a ciência e tecnologia como fenômeno exógeno à base econômica. Um órgão deste tipo só pode atuar eficazmente se estiver no âmago do processo decisório governamental, em seu mais alto nível, para formular a política de ciência e tecnologia de forma integrada com a política de desenvolvimento de longo prazo.

Igualmente, sua atuação deve se respaldar não somente em estudos de alto nível realizados por especialistas das comunidade científica, acadêmica e do governo, mas também e principalmente, na participação dos próprios usuários de ciência e tecnologia, ou seja, através da representação, em seu âmbito, dos empreendedores.

Hoje, o processo de industrialização brasileiro, tal como iniciado na década de 50, já atingiu sua maturidade, o Brasil contando com um parque industrial razoavelmente completo,

o qual se lança agora na aventura da competição — da produtividade e da qualidade — em um ambiente cada vez mais exigente.

Há que trabalhar no avanço continuado da melhoria tecnológica, na aquisição das tecnologias portadoras do futuro. Para tanto, o papel de articulação do Governo com vistas ao estabelecimento de um consenso nacional em matéria de ciência e tecnologia é fundamental.

Os exemplos mundiais de competitividade mais bem sucedidos são, como os Senhores sabem, justamente os dos países que conseguiram direcionar fortemente seus sistemas de Ciência e Tecnologia para o emprego da inovação, entendida não somente como promissora tecnologia nova, mas igualmente como maneira nova de se transformar a atividade produtiva em uma atividade inteligente, ou seja, que possa capitalizar, além dos recursos naturais e da mão-de-obra, o que temos de mais precioso, o capital do conhecimento humano, organizado através da informação.

Resumindo, pode-se dizer que se definem duas vertentes mais usuais na política de ciência e tecnologia: a política para desenvolver ciência e tecnologia e a ciência e tecnologia nas políticas públicas.

Tivemos algum sucesso em determinados setores dentro dessa primeira vertente e ainda muito pouco na segunda.

O segredo certamente estará na integração dessas duas vertentes em um único esforço, para que a política de ciência e tecnologia seja formulada de maneira consentânea com a política de desenvolvimento de longo prazo, e vice-versa.

Vivemos, entretanto, uma conjuntura econômica difícil; mas isto não invalida a ideia, que se impõe cada vez mais, de que o desenvolvimento da ciência e tecnologia é parte e fonte do desenvolvimento no seu sentido mais amplo, o qual é necessariamente voltado, em nossos países, para gravíssimas preocupações relativas a situações emergenciais no campo social e econômico. (1)

Não é gratuita, certamente, a proposta constante da Declaração do Rio de Janeiro, formulada no recente Seminário sobre a "Avaliação da experiência com iniciativas de combate à pobreza na América Latina", de que devemos impulsionar a cooperação horizontal entre os países libero-americanos em matéria de ciência e tecnologia, com o objetivo de orientar parte importante dos esforços dispendidos nesta área, para a melhoria da capacidade produtiva e de recursos humanos para os grupos mais pobres.

Evitando-se, de qualquer forma, um debate sobre níveis de recursos e problemas orçamentários, assim como uma polêmica, estéril e ultrapassada, entre modelos rígidos que privilegiam uma ou outra orientação da política tecnológica pode-se dizer que, no caso brasileiro, o desenvolvimento do sistema de ciência e tecnologia muito depende, na presente conjuntura, de uma melhor organização institucional do sistema.

(1) É de se ressaltar, aqui, que mesmo certos programas dispendiosos, de alta tecnologia, que, por razões estratégicas, sempre fizeram parte da cultura protegida governamental (e que poderiam ser considerados eventualmente como luxuosos gadgets), produzem efeitos práticos que têm uma incidência positiva, direta e objetiva, na melhoria das condições de vida das populações. Um só exemplo precisa ser citado, o da previsão meteorológica e do gerenciamento hídrico, assim como da estimativa e controles de safra, por sensoriamento remoto.

**A Ação Recente do Governo Brasileiro
em Matéria de Ciência e Tecnologia**

A compreensão de que a ciência e a tecnologia, na sua abrangência, permeiam, necessariamente, todas as funções e atividades da sociedade — e logo do próprio Governo — fez com que o Presidente Itamar Franco decidisse criar instrumentos institucionais — leves e eficazes — e tomasse várias importantes iniciativas, nesses poucos meses iniciais de seu mandato, que reforçarão nosso sistema de ciência e tecnologia, seriamente afetado pelo legado lamentável de uma recente e devastadora ação de desmantelamento do Estado.

De maneira sintética, estas iniciativas podem ser enumерadas em cinco categorias:

primeiro

Proposta de recriação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, como espaço apropriado à reflexão estratégica que deverá informar a ação do País, através de seus mais diversos agentes sociais — empresários, cientistas, trabalhadores, tecnólogos e instituições.

segundo

Medidas alternativas destinadas a aumentar recursos, de forma a permitir maior esforço nacional em ciência e tecnologia, hoje limitado a cerca de 0,6% do PIB, através do apoio à criação de fundações de amparo à pesquisa em nível estadual e de instrumentos legais que propiciam a elevação da participação das empresas na área de pesquisa e desenvolvimento, hoje situada na derrisória faixa de 10% dos gastos nacionais em P&D.

terceiro

Modificação prioritária de recursos provenientes da desestatização de empresas públicas para a infra-estrutura de ciência e tecnologia e para projetos de importância estratégica que estão com atrasos em seu cronograma.

quarto

Resgate do prestígio e da auto-estima dos cientistas e encaminhamento da solução dos problemas dos pesquisadores do setor público, de forma a que se evite o êxodo de cérebros, assim como medidas administrativas no campo das bolsas de estudo.

quinto

Criação de mecanismos institucionais, através de projetos de lei submetidos ao Congresso Nacional, de repercussão tanto interna, quanto no plano externo, indispensáveis à prática de relações políticas, comerciais e estratégicas normais com terceiros países.

Cumpre concluir com uma visão de otimismo com relação ao futuro de nossos países. Todos acreditamos que o desafio do futuro poderá ser vencido, graças ao aperfeiçoamento do conhecimento humano, tarefa que não é nefelibata, nem tampouco crassamente material. A ciência não está com os Deuses no Olimpo ou nos pedestres instrumentos dos laboratórios e nas empresas: está na mente dos homens e é através da mente dos homens que nos transformaremos.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao Sr. Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr. e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento de hoje, gostaria de registrar a minha homenagem, o meu respeito e a minha mais profunda admiração a uma das mais antigas, mais atuantes e destacadas organizações existentes em nosso País. Refiro-me, Srs. Senadores, à Maçonaria brasileira, à milenar e mundialmente conhecida “Ordem dos Pedreiros Livres”, presente no Brasil há quase 200 anos, onde tem prestado serviço inestimável à nossa sociedade.

Na condição de “frater”, não poderia me esquecer que neste 20 de agosto é comemorado, em todo o Brasil, o “Dia do Maçom”.

Desnecessário lembrar aqui a relevância do papel desempenhado pela Maçonaria em acontecimentos marcantes da nossa história. A influência e os elevados ideais maçônicos contribuíram enormemente no processo de formação e consolidação da democracia brasileira.

Por isso mesmo, na data de hoje, quando se comemora o “Dia do Maçom”, quero deixar consignadas a minha homenagem aos irmãos maçons de todo o Brasil e, em especial, quero cumprimentar a Maçonaria brasileira, na figura do Grão-Mestre Kalil Chater, que assume hoje a Grande Loja Maçônica de Brasília.

Meus parabéns à Maçonaria brasileira. Meus cumprimentos a todos os irmãos maçons, que vêm contribuindo de forma exemplar para a definição de um Brasil mais justo e mais desenvolvido.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A edição de domingo último (15-8-93) do **Correio Brasileiro** traz, como de hábito, um excelente texto de Luiz Adolfo Pinheiro, Diretor de Redação daquele Jornal. Sob o título “Sinais de Guerra”, o jornalista apresenta uma correlação séria e concisa de fatos aparentemente isolados. Com lógica indiscutível, porém reúne-os em um diagnóstico que, de início, nos é conhecido. Acrecenta-lhe, entretanto, elementos dignos de reflexão mais profunda.

Por essas razões, quero trazer à consideração de Vossas Excelências dois daqueles parágrafos:

“...há duas nações convivendo dentro do Brasil. Uma, a mais visível e evidente, é a do establishment (...). É o Brasil do DDD e do DDI, dos aeroportos modernos, da juventude bonita e sadia (...). É o Brasil que tem onde morar, almoça e lancha todos os dias.

A outra nação é formada por milhões de pessoas que se subdividem em dois grupos: os que estão formalmente dentro da primeira, mas têm a cabeça totalmente desvinculada de seus valores morais; e os que vivem numa miséria tão grande que nem sequer tiveram chance ainda de tomar conhecimento desses valores. No primeiro subgrupo estão os ganguinhos da classe média, do tipo que mataram Marco Antônio — e poderão matar muitos mais; no segundo, estão os flagelados das secas e os meninos de rua (...). Este Brasil de miseráveis vê o outro Brasil pela televisão, em cores.”

Nobres Colegas, todos sabemos que à classe média cabe, segundo a Sociologia, a manutenção dos valores e virtudes básicas — como fraternidade, ajuda mútua, decência, justiça social, liberdade, respeito pela pessoa etc — que são as bases do funcionamento pacífico da ordem social.

Até poucos dias, o noticiário trazia à população os bando de menores carentes, de jovens abandonados, cuja miséria os impulsiona à agressão, ... à violência. ... Hoje,

ao lado desses, surgem os grupos de jovens da classe média; os cultores do físico em detrimento do cérebro; os que se inspiram no poder da força bruta; os que não foram orientados segundo a sábia máxima de Juvenal: **Mens sana in corpore sano**. São os egressos das academias.

Recordo-me, Senhores, com triste ironia, dos poetas da Inconfidência. Daqueles, como Thomáz Antônio Gonzaga e Cláudio Manoel da Costa, que entregaram suas vidas ao ideal da liberdade. Também pertenciam às chamadas "Academias". No passado, porém, essas instituições se voltaram para o aprimoramento das qualidades intelectuais.

Esperemos que o repúdio das diferentes categorias sociais e a severidade das punições possam conter as más tendências. Que aqueles que o jornalista Luiz Adolfo bem classifica de "marginais voluntários" sejam isolados do convívio normal. Que os responsáveis pela orientação dos jovens se recordem da formação moral; e que o exemplo deve sempre partir do grupo familiar.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao presenciar a tragédia do jovem Marco Antônio, vieram-me à lembrança três aspectos importantes, perfeitamente interligados.

Primeiro, algumas considerações de Karl Mannheim. Ao analisar as funções das gerações novas, aquele cientista social afirma que a juventude não se apresenta progressista nem conservadora, mas é uma potencialidade que está pronta para qualquer nova orientação da sociedade. Em outras palavras, "em linguagem sociológica, ser jovem significa, fundamentalmente, ser um homem marginal, em muitos aspectos; um estranho (...). Essa posição de estranho consiste, apenas, em uma potencialidade e (...) sua supressão ou sua moralização e integração dependem (...) da manipulação e dos controles das influências externas".

Uma sociedade dinâmica como a nossa, Srs. Senadores, não pode abrir mão desse potencial latente. É urgente canalizar essa imensa reserva vital, orientá-la, organizá-la, em suma, visando ao benefício dos próprios jovens e em enfoque mais abrangente, da comunidade e desta Nação.

Saúdo, portanto, o início dos estudos sobre a possibilidade de antecipação de responsabilidade criminal, dos 18 para os 16 anos, anunciado dia 17 de agosto, pelo senhor Ministro da Justiça, em programa televisado.

Em segundo lugar parece-me óbvio que precisamos encontrar uma forma de satisfazer a crescente exigência de justiça social. Só dessa maneira poderemos traçar rumos seguros para o nosso País.

O funcionamento do atual sistema econômico alarga, cada vez mais, o fosso das desigualdades sociais, gerando insatisfação e contínua tensão social.

Conforme o relatório "Pobreza e Distribuição de Renda na América Latina", do Banco Mundial, divulgado no primeiro semestre deste ano, a pobreza atinge 60 milhões de brasileiros; desses, mais de 30 milhões são indigentes. Dos 130 milhões de pessoas mais pobres da população latino-americana, 44% estão aqui em nosso País. O Brasil está entre os três países onde a pobreza mais cresceu nos últimos 10 anos. Os outros são o Panamá e o Peru.

Por esses dados, podemos concluir que o princípio da justiça social constitui uma pré-condição ao funcionamento do próprio sistema democrático.

Retornemos, entretanto, ao ensinamento de Mannheim. As modernas democracias confundiram neutralidade com tolerância, por vezes excessiva. Abandonamos "as crenças em nossos próprios objetivos: não mais admitimos que o pacífico

seja desejável; que a liberdade deva ser salvaguardada e que o controle democrático tenha que ser mantido. Nossa democracia, se tiver que sobreviver, deve tornar-se militante". Deve defender o correto processo de mudança social consentido e os valores e virtudes básicos aceitáveis pela civilização ocidental. Esses elementos fundamentais, segundo o sociólogo, devem ser inculcados na criança com todos os métodos educacionais disponíveis.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, vejamos o terceiro aspecto a que me referi anteriormente.

Vêm sendo desenvolvidas, no Distrito Federal, as etapas preliminares de um projeto que exemplifica a "democracia militante" preconizada por Karl Mannheim: a "Cidade da Criança". O projeto tem como responsável a Associação Assistencial Arimathéa, instituição coordenada pelo ilustre Deputado Distrital Peniel Pacheco.

A "Cidade da Criança", Srs. Senadores, deverá abrigar um total de 400 menores carentes, em 100 casas residenciais, sob o regime de famílias substitutas. Esse sistema de casalares apresenta as condições básicas existentes em qualquer família normal: os pais, que orientam e encaminham cada criança; a administração da casa, feita exclusivamente pela mãe; a convivência doméstica, fundamentada na compreensão, na fraternidade, no respeito às diferenças individuais e aos valores morais e religiosos.

O objetivo maior do projeto é educar cada criança como um ser útil, levando-o a tornar-se responsável e preparando-o para a vida. Para tanto, as atividades escolares serão desenvolvidas no turno matutino; no período da tarde, diversas outras atividades de cunho ocupacional deverão ser oferecidas, sob a forma de rodízio. Pretende-se, assim, levar em consideração as aptidões, a motivação e o interesse de cada criança.

Ainda no âmbito da escola, ocorrerão treinamentos em áreas como: marcenaria, carpintaria, artes gráficas, datilografia, jardinagem, horticultura, corte e costura, arte culinária etc. No perímetro da minicidade, as crianças terão contato com as tarefas realizadas nos postos médico e odontológico, nas agências bancárias e dos correios, na padaria e no mercado.

Os educandos, felizmente, ao lado do relacionamento familiar, da instrução, da iniciação profissional, receberão, também, assistência religiosa. A Igreja Evangélica procurará despertar nos menores o amor a Deus, ao próximo, à prática dos bons princípios, o amor à natureza e a prática da recreação sadias.

O gosto artístico, necessário ao desenvolvimento da sensibilidade do indivíduo, encontrará estímulo nas programações especiais, bandinhas, corais etc.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, da análise do projeto se conclui que a "Cidade da Criança", mesmo sendo uma entidade assistencial, não apresenta o caráter paternalista que costuma caracterizar as instituições benfeitoras. Lá, a valorização do trabalho será regra geral, por meio do engajamento dos membros nas atividades produtivas da própria comunidade.

As estratégias previstas deverão desenvolver as potencialidades individuais, canalizando-as e orientando-as, de forma positiva.

Pretende, ainda, o Deputado Peniel Pacheco ampliar o atendimento à infância e à adolescência desvalidas, pois consoante às informações da CODEPLAN, o Distrito Federal tem 280 mil menores carentes. "A maioria dessas crianças vai para a rua pedir dinheiro, roubar, usar drogas e se prostituir para sobreviver".

Acredito que o Deputado, meu ilustre companheiro de deais políticos e partidários, tenha encontrado uma forma de contribuir para a ordem social desejável, que Karl Manheim denomina "democracia militante". Na "Cidade da Criança", as desigualdades sociais deverão ser progressivamente reduzidas e a justiça social se fará presente. Ou, como diz o próprio Peniel Pacheco: "...amparo, proteção e carinho. Sem isso, nenhuma criança pode ser recuperada".

O Distrito Federal necessita de projetos como esse! O Brasil precisa reintegrar sua população jovem! Urge reduzir e, se possível, eliminar não só a carência econômica, mas também a carência afetiva! A carência escolar! A carência de futuro que desestimula as gerações jovens, que desnorteia os mais carentes e que começa a transtornar os filhos da classe média!

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, em países com dimensões geográficas e heterogeneidades regionais como as do Brasil, a manutenção da unidade nacional é uma das questões mais relevantes a ser considerada na definição do processo de desenvolvimento do País.

A experiência internacional e a experiência brasileira, em particular, mostram que o desenvolvimento econômico não ocorre de maneira uniforme por todo o território nacional. Por essa razão, é função essencial dos governos a redução das disparidades regionais de renda e de atividade econômica que se vão formando ao longo do processo de desenvolvimento.

Infelizmente, muitas vezes, a própria ação governamental, como indutora do crescimento econômico global, provoca o agravamento dessas diferenças. Uma retrospectiva da atuação do Governo brasileiro nas últimas três décadas permite verificar o quanto o Poder Executivo foi responsável pelo desequilíbrio hoje existente. O padrão de crescimento do Brasil, nos últimos anos, tem sofrido consequências de uma política econômica interna desigual, que afetou o bem-estar social e a renda da população. Provas disso são o aumento de 50% nos níveis de pobreza durante a década de 80 e a deterioração dos níveis de distribuição de renda do País.

Srs. Senadores, a Constituição de 1988 procurou modificar essa situação e estabeleceu como um de seus principais objetivos o resgate do processo e da prática do planejamento regional no Brasil, reconhecendo a conveniência da adoção de programas com vistas à eliminação das disparidades regionais, hoje flagrantes, em todos os setores.

Porém, passados quase cinco anos, as disparidades permanecem e o poder econômico continua concentrado nas Regiões Sul e Sudeste, cabendo um papel extremamente secundário ao Norte, ao Nordeste e ao Centro-Oeste do País. É quase unânime a opinião de que, se não forem tomadas medidas que permitam a reversão do processo de desigualdades regionais, a tendência é de que elas se acentuem nos próximos anos, com graves riscos para a Nação. Caso o País não alcance sua estabilidade macroeconômica, com a queda da inflação e o fim do processo recessivo, prevê-se o agravamento dessas desigualdades e até mesmo o aumento da concentração de renda, nesta década de 90.

Consciente da necessidade de o Estado brasileiro assumir um novo papel e de o planejamento governamental objetivar

o desenvolvimento regional equilibrado, para evitar a emergência de movimentos que afetem a integração política e econômica do País, ocupo, hoje, esta tribuna para falar sobre as gritantes diferenças que existem entre as regiões brasileiras, reveladas amplamente pelos dados estatísticos.

É do conhecimento de todos o enorme desequilíbrio espacial e social que se manifesta, no Brasil, entre regiões, entre Estados, entre meio rural e meio urbano, entre centro e periferia. Dados demográficos da PNAD de 1990 revelam que o Brasil é um país quase totalmente urbano com 76,7% de sua população vivendo nas cidades. O cruzamento perverso entre pobreza e êxodo rural faz convergir para as nossas grandes regiões metropolitanas um imenso contingente de pessoas, agravando substancialmente nossos problemas sociais.

A disparidade econômica do País se reflete em disparidades sociais que apontam na mesma direção: a expectativa de vida, a escolaridade, a mortalidade infantil e outros indicadores sociais desfrutam de melhor situação nas regiões de maior renda, com índices dignos de Primeiro Mundo. Esses mesmos indicadores nos colocam em pé de igualdade com países muito menos desenvolvidos do que o nosso, quando expressam a realidade das áreas mais carentes.

O quadro atual é preocupante. As três regiões menos desenvolvidas do País, a Norte, a Nordeste e a Centro-Oeste ocupam, juntas, 82,3% do território nacional e abrigam cerca de 40% da população brasileira, mas só participam com pouco mais de um quarto do PIB nacional. O mais grave é que essa situação se reflete, obrigatoriamente, na qualidade de vida de cada uma delas.

Dados mais precisos sobre a participação das regiões no Produto Interno Bruto, divulgados em maio deste ano, revelam bem os desníveis existentes entre elas: a Região Norte, com 5,9% da população, gera 3,49% do PIB, a Região Centro-Oeste, com 6,3% da população, gera 5,64%, a Região Nordeste, com 28,5% da população gera 13,21%, a Região Sul, com 15,7% gera 16,75%, enquanto a Região Sudeste, que concentra 43,6% da população, gera, sozinha, 60,91% de todo o PIB nacional.

Não bastasse essa desproporção, os investimentos realizados pela União também não correspondem à relação do percentual populacional que cada uma delas detém. A maioria das empresas estatais estão localizadas no Sul e no Sudeste do País, e os investimentos de maior porte também estão concentrados nessas duas regiões. Só a título de exemplo, com os recursos gastos nas usinas nucleares de Angra dos Reis poderiam ser implementados inúmeros projetos e programas elaborados pela SUDENE para a Região Nordeste, tais como o Plano de Desenvolvimento Regional Integrado, com 14 áreas-programa de horizonte para o ano 2000, o Programa de Fortalecimento da Infra-Estrutura Hídrica do Nordeste, o Programa de Saneamento do Nordeste, entre outros.

Para se ter apenas uma idéia da diferença do volume de investimentos nas diferentes regiões basta citar que, ao longo de 83 anos de existência, o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca — DNOCS, gastou US\$5.323.995.238,63 (cinco bilhões, trezentos e vinte e três milhões, novecentos e noventa e cinco mil, duzentos e trinta e oito dólares), segundo dados contabilizados até 1992, aí incluídos investimentos, custeio e atendimento emergencial. Com esses recursos, o DNOCS, além de construir cerca de 296 açudes públicos, 500 açudes em cooperação e mais de 25.000 poços, construiu, também, 177 sistemas de abastecimento de água, que atendem 2 milhões de pessoas, 8 pequenas

usinas hidrelétricas, com capacidade de 14.000 cv; 15.000km de rodovias, 69 campos de pousos, 795km de linhas de transmissão, perenizou 3.000km de rios, que possibilitam à iniciativa privada irrigar mais de 60.000ha; implantou 30.000ha de irrigação pública, com 4.500 pequenos irrigantes e 250 pequenas empresas instaladas, 55 núcleos habitacionais, onde existem 78 escolas, com 393 salas de aula, e estudam 13.000 alunos, 22 postos de saúde, 6 estações de piscicultura. Enquanto isso, foram gastos cerca de 17 bilhões de dólares na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, mais 3,5 bilhões de dólares no sistema associado de transmissão de Furnas, e cerca de 1 bilhão e 500 mil dólares só na construção da Ponte Rio-Niterói.

Embora seja difícil estabelecer comparações entre obras, em virtude de fatores específicos a cada uma delas, cabe constatar que obras de vulto, no Nordeste, praticamente não existem. A Usina Hidrelétrica de Tucuruí custou, na primeira etapa, 8 bilhões de dólares. A Usina Hidrelétrica de Xingó, que é a única obra de grande envergadura atualmente em curso na região, está exigindo o investimento de 3,2 bilhões de dólares, em sua primeira etapa, e de mais 500 milhões de dólares para a conclusão da segunda etapa. Vale lembrar, entretanto, que a construção de Xingó, considerada imprescindível, é a mais barata de todas as obras do setor elétrico atualmente em execução no País, e sua interrupção seria, além de economicamente calamitosa, social e politicamente insuportável.

Srs. Senadores, gostaria de ressaltar, entretanto, que as diferenças regionais são muito mais sociais do que geográficas. Se seguirmos a metodologia adotada pela Organização das Nações Unidas, desde 1990, que avalia o nível de desenvolvimento considerando não somente os dados econômicos, como a renda *per capita*, mas também o Índice de Desenvolvimento Humano — levando em conta fatores sociais como a expectativa de vida, o nível educacional médio da população, taxas de mortalidade infantil, analfabetismo, distribuição de renda, quantidade de hospitais, número de médicos e outros —, verificaremos que as disparidades sociais brasileiras não são apenas inter-regionais, são também intra-regionais, evidenciando os nítidos contrastes existentes entre as áreas mais prósperas e as mais carentes do País, das Regiões e dos Estados.

Se as desigualdades relativas são impressionantes, mais graves ainda são as desigualdades absolutas, Sr. Presidente. O último relatório da ONU acusou, entre outras coisas, que, no Brasil, 70% dos miseráveis e dos desempregados concentram-se nas Regiões Norte e Nordeste. As estatísticas da PNAD revelam a existência de 32 milhões de brasileiros pobres, sendo que 58% destes são considerados indigentes. O Nordeste, que tem 28,5% da população brasileira e continua a ser o mais vasto bolsão de pobreza do Hemisfério Ocidental, concentra, em seu território, 45% das famílias pobres do País. Na área rural nordestina, estão concentrados 55,2% dos pobres rurais do Brasil.

É inegável que a questão social brasileira assume proporções dramáticas na Região Nordeste. Os indicadores revelam que a média de vida dos nordestinos, por exemplo, é 11 anos menor do que a média nacional. A taxa de mortalidade infantil — utilizada tanto como um indicador de saúde quanto como um índice de desenvolvimento social —, que no Sudeste é de 33 por mil, e, no Brasil, está em torno de 45 por mil, é de 75 por mil, no Nordeste, sendo a região responsável por mais de 55% do total de óbitos infantis registrados no País em 1989. Lá, ainda permanecem elevadas tanto a morta-

lidade causada por doenças diarréicas quanto a mortalidade por desnutrição, que, juntas, são responsáveis por mais de 36% do total desses óbitos.

Srs. Senadores, esse indicador reflete não apenas a ocorrência de fenômenos biológicos em um grupo etário de alta vulnerabilidade, mas também aspectos relacionados às condições sócio-económicas que caracterizam a qualidade de vida de uma sociedade.

Dados como esses impõem uma conclusão: o perfil da saúde dos brasileiros, de qualquer faixa etária, é diretamente influenciado pelas condições do meio em que vivem e pela qualidade de vida que têm. Diferentemente das populações que habitam as regiões mais ricas e industrializadas do País, os habitantes das regiões pobres e das áreas rurais continuam a ser vítimas de doenças infecto-contagiosas e parasitárias, responsáveis por um grande número de óbitos. Na Região Norte, elas ocupam o 2º lugar dentre as causas conhecidas de óbito, na Região Nordeste o 3º, enquanto nas Regiões Sul e Sudeste situam-se apenas em 7º lugar. Apesar de, ao longo dos anos, ter havido um decréscimo no número de óbitos por doenças desse tipo, como a hanseníase, a hepatite, a malária, a esquistossomose, a doença de Chagas, a leishmaniose, a febre amarela, a tuberculose, e outras, é importante notar que elas ainda são importante causa de morbidade, demandando permanentes serviços de saúde. O controle de muitas doenças endêmicas, como a hanseníase e a tuberculose, por exemplo, dependem do funcionamento regular da rede de serviços de saúde, onde o diagnóstico e o tratamento são executados. O lamentável em tudo isso é que os óbitos causados por todas elas são, em sua grande maioria, perfeitamente evitável.

Essas doenças infecciosas e parasitárias ocupam o 4º lugar nas estatísticas de internação. Dados sobre as autorizações de internação hospitalar (AIH), por grupos de causas, publicados pela Fundação Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, em 1992, nos permitem verificar que as principais causas de internação pouco se modificaram de 1984 para cá. Em 1991, ocorreram 13.568.485 (treze milhões, quinhentas e sessenta e oito mil, quatrocentas e oitenta e cinco) internações pelo Serviço Único de Saúde — SUS. Este número equivale a cerca de 90 internações por 1.000 habitantes, ou a 9% da população.

Se os dados gerais sobre internação de 1991 forem analisados por microrregião geográfica, verifica-se que na Região Norte, para uma população de cerca de 9,5 milhões, ocorreram 550.930 internações, ou seja, 61 internações por 1.000 habitantes. Na Região Sudeste, 5,8 milhões de internações para uma população de quase 65 milhões, cerca de 89 internações por 1.000 habitantes. Na Região Sul, ocorreram, 2,4 milhões de internações para uma população de 22,5 milhões, ou seja 107 internações por 1.000 habitantes e na Região Centro-Oeste foram internadas 1,0 milhão de pessoas para uma população de cerca de 10,0 milhões de habitantes.

A percentagem do número de leitos por 1.000 habitantes nas Regiões Norte, Nordeste, e em boa parte da Centro-Oeste é considerada abaixo do parâmetro da Organização Mundial da Saúde, que estabelece 5 leitos para cada 1.000 pessoas. Os índices, nessas três regiões que ocupam 82,3% do território nacional, só se alteram nas capitais. Só a título de exemplo, estima-se que existam, nos nove estados da Região Nordeste, cerca de 110 mil leitos, enquanto só o Estado de São Paulo conta com mais de 130 mil leitos hospitalares.

Dentre os fatores sociais considerados mais importantes na maioria dos estudos sobre a saúde da população estão a oferta de serviços hospitalares e ambulatoriais, as deficiências nutricionais e as condições ambientais, sobretudo as condições de saneamento básico. Instalações sanitárias deficientes quanto ao escoamento de dejetos reduzem, em muito, os benefícios potenciais de um abastecimento de água potável e provocam a transmissão de doenças infecciosas e parasitárias.

Esse é um dos nossos problemas mais graves, Sr. Presidente, pois o quadro nacional de saneamento é vergonhoso e sua falta não se restringe às regiões mais carentes embora persistam muitas desigualdades. Segundo a publicação "Indicadores Sociais", do IPEA, a cobertura de abastecimento de água no Brasil atingia 75,6% da população urbana, em 1990, em relação à população total do País, revelando uma enorme diferença na cobertura da rede geral entre as áreas urbanas (90%) e rurais (16,0%). Além disso, a quantidade e a qualidade da água oferecida são insatisfatórias. Cerca de 23,3% dos municípios brasileiros ainda não têm água tratada, sendo que 32% deles contam apenas com desinfecção simples. Na área rural, o déficit em saneamento (água e esgoto) é da ordem de 90%. As informações disponíveis revelam ainda que boa parte da população desprovida de rede de distribuição de água está localizada nas pequenas cidades e no setor rural, especialmente nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O serviço de esgotamento sanitário no País apresenta níveis de cobertura muito mais crítico do que os de abastecimento de água, também com grandes desigualdades. Enquanto as regiões metropolitanas do Sudeste e do Sul têm coberturas globais adequadas (rede geral ou fossa séptica), da ordem de 63,65% para os domicílios com renda até dois salários, as regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife e Salvador apresentam percentagens extremamente baixas. A de Recife, por exemplo, possui apenas 28% do total de domicílios com esgotamento sanitário satisfatório e cerca de 32% dos domicílios sem nenhum tipo de esgotamento sanitário.

A situação é verdadeiramente alarmante. Estima-se que 70% da população do País não disponham de serviços adequados de esgotamento sanitário. Pouco mais de 50 municípios dispõem de estação de tratamento de esgoto. A gravidade desse déficit deve-se à ausência de sistemas adequados de disposição dos resíduos, o que possibilita a contaminação dos mananciais com o consequente aumento das doenças de veiculação hídrica.

A Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental corrobora esses índices assustadores, denunciando a não existência de tratamento de esgoto em 92% dos municípios brasileiros e a ausência de tratamento adequado para o lixo em 59% deles. Segundo ela, na Região Nordeste apenas 7 em cada 100 habitantes são atendidos por rede de esgotos, e as diarréias ocupam o primeiro lugar entre as doenças que mais matam. Nas outras regiões, inclusive na Sudeste, a situação também é precária: nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, respectivamente, apenas 41% e 50% dos imóveis estão ligados à rede de esgotos.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é necessário informar que o MBES, após a assinatura do Acordo Financeiro com o Banco Mundial, em dezembro de 1992, começou a operacionalizar o Projeto de Modernização do Setor de Saneamento, visando, em linhas gerais, eliminar ineficiência e maximizar os serviços de saneamento, com vistas a preparar

as instituições do setor para responder adequadamente à cobertura desses serviços.

O Projeto contempla duas linhas de ação complementares e interdependentes. Uma, que se refere ao componente institucional, conduzida pelo MBES, visa, principalmente, desenvolver estudos aplicados para a reestruturação do setor de saneamento.

A outra — o Programa de Investimentos e Modernização em três Companhias Estaduais, da Bahia, de Santa Catarina e do Mato Grosso do Sul — visa dotá-las, em um prazo máximo de 5 anos, de condições técnico-econômico-financeiros que assegurem uma política saudável de financiamento dos investimentos. Os resultados desse Programa deverão, também, complementar o componente institucional e financeiro do setor e servir de parâmetro para as demais companhias de saneamento do País.

Os recursos financiados pelo Banco Mundial são de 242 milhões de dólares para o componente de investimentos e 8 milhões para o componente institucional. As empresas objeto do projeto entrarão com a contrapartida de 242 milhões para o componente de investimentos.

O programa mais importante conduzido pelo Ministério do Bem-Estar Social é o PROSEGE. Esse programa só foi colocado em operação na gestão do atual Ministro, Jutahy Magalhães Júnior, após a superação de problemas herdados da gestão passada junto ao agente financeiro. É um programa que atenderá com redes coletoras de esgoto e tratamento, e que beneficiará 4,1 milhões de brasileiros, representando 5% da população carente desses serviços.

Presentemente, há 34 municípios com obras autorizadas e iniciadas, cujo valor equivale a 62,2 milhões de dólares americanos. Os municípios com obras autorizadas são: Acaraú, Camocim, Caucaia e Fortaleza no Ceará, Rio Branco no Acre, Macapá no Amapá, Itabuna na Bahia, Congonhas, Belo Horizonte, Betim, Coronel Fabriciano, Caratinga, Ibitiré e Pompéu em Minas Gerais, Campo Grande, Costa Rica, Miranda, Ponta Porá e Navarai no Mato Grosso do Sul, Várzea Grande em Mato Grosso, Campina Grande na Paraíba, Macaparana e Petrolina em Pernambuco, Arapongas no Paraná, Ji-Paraná em Rondônia, Boa Vista em Roraima, Canela, Porto Alegre e São Leopoldo no Rio Grande do Sul, Blumenau e Florianópolis em Santa Catarina, Aracajú em Sergipe, Dracena em São Paulo e Teresina no Piauí.

O PROSEGE prevê, até fevereiro de 1994, um total de 284 municípios com obras iniciadas, no valor total do programa, de 500 milhões de dólares, dos quais 350 milhões financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e 150 milhões de contrapartida dos agentes promotores.

Outro índice que desperta a atenção, dentre os vários indicadores sociais apresentados pela síntese estatística do IBGE, é o das precárias condições de habitação em nosso País, traduzido pelo fenômeno da favelização, concentrado nas periferias dos principais centros urbanos e também em vários municípios de médio porte. Atualmente, 2,9% dos domicílios brasileiros estão em favelas. Segundo o IBGE, existem, no Brasil, três mil, duzentas e vinte e uma favelas, ocupadas por mais de um milhão de famílias, algo entre cinco e seis milhões de pessoas. São Paulo é o Estado com o maior número: mil duzentas e cinqüenta e sete favelas. Desse total, quinhentas e noventa e quatro estão concentradas na periferia da capital, com cerca de cento e trinta e quatro mil e quinhentas moradias, representando 5% das habitações do Município, surpreendentemente, São Paulo superou, nas estatísticas, a cidade do Rio

de Janeiro, onde o número de conjuntos favelados não ultrapassa trezentos e noventa e quatro, muito embora as cerca de duzentas e três mil moradias no Rio representam 12,4% do total de habitações.

Proporcionalmente, Recife é a capital que reúne o maior número de favelas do País — duzentas e vinte e três — representando 42,2% dos cerca de trezentos e onze mil domicílios da capital pernambucana — índice, sem dúvida, estatístico.

Enquanto São Paulo e Rio de Janeiro permanecem liderando a atração dos fluxos migratórios do País, Recife e Salvador aparecem como pólos de convergência regional para os nordestinos que vão deixando a zona rural e as pequenas cidades do interior sob o impacto das adversidades naturais e sociais. As capitais do Nordeste abrigam, assim, etapas intermediárias do processo migratório brasileiro, concentrando todos os dramas sociais daí decorrentes.

No que diz respeito à favelização, pela primeira vez o Governo Federal, através do MBES, lança um programa em que a participação comunitária, o respeito ao meio-ambiente e a integração das ações de saneamento, promoção humana e habitação trazem cidadania e dignidade à pessoa humana, ao mesmo tempo em que se vislumbra uma intervenção clara de política e compensatória. Os Programas Habitar-Brasil e Morar-Município, em conjugação de esforços com estados e municípios, transferem recursos da União para populações com renda inferior a três salários, faixa de renda para a qual os sistemas de financiamento existentes não ofereciam sequer condições de acesso. Assim, as famílias beneficiadas revertem 5% do valor do salário mínimo para um Fundo Municipal ou Estadual, dando às comunidades a possibilidade de se autogerir pela continuidade das ações de produção de moradias sob o sistema de mutirão, dotadas de sistema de abastecimento d'água, de esgoto sanitário, limpeza pública e drenagem urbana (infra-estrutura geral) e equipamentos sociais básicos.

Convém ressaltar que já foram priorizadas treze localidades/municípios para atendimento de aproximadamente 12 mil famílias ou sessenta mil pessoas, com recursos da ordem de CR\$1,25 bilhões (1,25 bilhões de cruzeiros reais). A sempre esquecida Região Norte está tendo, sob a Administração Itamar Franco, o atendimento dos municípios de Rio Branco — AC e Manaus — AM, com urbanização de favelas beneficiando 2.052 famílias em projetos que alcançam a cifra de CR\$205.448.893,00, além da produção de 1.209 moradias em Porto Velho — RO e Palmas — TO, também dotadas de infra-estrutura básica, no valor de CR\$175.190.470,00. No Estado de São Paulo, campeão também em número de favelas, serão celebrados convênios com os municípios de Santos e Diadema. Entre aquele balneário e São Vicente, em aproximadamente 7.000 metros da Favela do Dique, espremem-se 2.171 famílias em condições absolutamente subumanas. Para a superação desse quadro, a União estará transferindo recursos da ordem de um quarto de bilhão de cruzeiros reais, numa ação integrada que inclui habitação, infra-estrutura básica e equipamentos sociais. Esse trabalho compreende capacitação profissional, educação sanitária e assistência técnica, com parte dos serviços sendo executados pela própria comunidade beneficiada, promovendo a sua integração social. Em Diadema, as ações de urbanização com esgotamento sanitário, infra-estrutura urbana e construção de 406 novas moradias beneficiarão 1.430 famílias, com dispêndio de CR\$97.712.864,00. Em Juiz de Fora — MG, 640 famílias da favela Vila Esperança sanitário, além de 408 unidades habitacionais, importando num total de CR\$69.006.658,00. Na Região Nordeste, a Bahia

e o Ceará, segundo o terceiro colocados na situação de indigência desenhada pela pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Mapa da Fome — IPEA), além do Rio Grande do Norte, também estão sendo atendidos em projetos com o mesmo escopo, que representam um total de CR\$390.776.429,00, beneficiando 4.100 famílias. O município de Viamão, no Rio Grande do Sul, terá 444 moradias dotadas de infra-estrutura, com recursos da União da ordem de CR\$95.211.308,00, beneficiando famílias situadas em área de risco.

O Programa Morar-Município pretende colaborar com a diminuição do fluxo migratório, através da dinamização da atividade econômica e da formação profissional proporcionadas pela construção de moradias dotadas de infra-estrutura e equipamentos sociais básicos. Cerca de 600 pequenos e médios municípios receberam, na última quinzena de julho, correspondência enviada pelo MBES, com todas as informações necessárias para a formalização de seus pedidos.

Recursos orçamentários da ordem de US\$112 milhões permitem atender aproximadamente 78 mil famílias ou 39 mil pessoas no presente exercício. Com a arrecadação prevista do IPMF, a ampliação desses programas permitirá o atendimento de vinte por cento dos cinco milhões de favelados, cerca de um milhão de pessoas, somente no ano de 1993.

O problema da subabitação nas favelas tem como resposta o Programa Habitar-Brasil, de âmbito nacional, formulado pelo Ministério do Bem-Estar Social, do qual participam, pela primeira vez, as suas Secretarias de Habitação, Promoção Humana e Saneamento, de forma integrada, objetivando urbanização de favelas com implantação de infra-estrutura de saneamento para promover a salubridade ambiental da população que nelas vivem. Esse Programa contará com recursos financeiros do orçamento das três Secretarias e com parte da arrecadação do IPMF destinado à habitação.

Formulado para beneficiar a população com renda familiar igual ou inferior a 3 salários mínimos e que não tenha capacidade financeira de resolver seu problema habitacional, sob quaisquer formas de financiamento existentes ou imaginadas pelo setor, o Programa atenderá, inicialmente, os seguintes municípios, que já apresentaram projetos: Natal (RN), Santos (SP), Nova Iguaçu (RJ), Palmas (TO), Juiz de Fora (MG), Rio Branco (AC), Porto Velho (RO), Viamão (RS), Jacobina (BA), Fortaleza (CE), Manaus (AM) e Maceió (AL), dos quais: Rio Brando, Palmas, Manaus, Jacobina. Juiz de Fora já estão recebendo recursos para a execução dos seus projetos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, além do saneamento básico, outro indicador social importante é o da escolaridade. Hoje, mais do que em qualquer outra época, a riqueza e a soberania das nações dependem de seu patrimônio educacional, científico e tecnológico. A educação é um setor prioritário em qualquer plano de desenvolvimento, pois sem a melhoria dos recursos humanos das regiões mais carentes toda proposta torna-se inviável.

A Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) registrou, em 1990, que 17,8% dos brasileiros de 10 anos ou mais são analfabetos. Esse indicador — melhor do que o de 1981, de 22,3% — esconde, entretanto, grandes disparidades regionais, responsáveis pelo artaso duradouro das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Enquanto nas Regiões Sudeste e Sul a taxa de analfabetos de 10 anos de idade ou mais é de 10,2% e 10,4%, respectivamente, ele atinge 35,8% no Nordeste. Esta Região abriga dentro de si uma disparidade

ainda mais grave, Senhores Senadores: os analfabetos da área urbana são 24,4%, enquanto os da área rural somam 52,0%. Na Região Norte, a situação de isolamento e abandono é tão grande que a PNAD nem apresenta estatísticas para a área rural.

Enquanto no Centro-Oeste os analfabetos de 10 a 14 anos constituem 10,7% da população, no Sudeste eles são apenas 4,2%, e no Sul, 3,0%, contra 33,0% no Nordeste. Srs. Senadores, peço atenção para esse número que exemplifica bem as nossas disparidades regionais: o número de adolescentes analfabetos no Nordeste é 11 vezes maior do que o da Região Sul.

E inegável que a educação anda mal no País como um todo, mas anda muito pior nas regiões mais pobres. A situação é tão grave que não posso deixar de deter-me mais demoradamente nas disparidades existentes nessa área.

O Nordeste, que é responsável pelo mais baixo nível de instruções do país, confunde até nas estatísticas! Consta que essa região possui 44,1% dos estabelecimentos de ensino fundamental do país, contra 23,2% da região Sudeste. Entretanto, enquanto o Nordeste responde por 30,2% das matrículas do 1º grau, o Sudeste detém 40,5% do total de alunos matriculados. O que parece mágica decorre de um fato bem simples: a Região Sudeste possui 43,6% do total de estabelecimentos de ensino fundamental com mais de cinco salas de aula, enquanto muitas escolas no Nordeste contam com uma única sala.

As disparidades, porém, não são apenas inter-regionais, são também supra-regionais, Sr. Presidente. Apenas 3,81% dos estabelecimentos da zona rural brasileira oferecem todas as séries do ensino fundamental. Cerca de 5 milhões de alunos da área rural freqüentam escolas onde podem cursar unicamente as 4 primeiras séries do 1º grau. Não é difícil concluir que, sendo essa área a de menor infra-estrutura básica e de piores condições sócio-econômicas, a maioria desses alunos está fadada ao fracasso escolar.

As taxas de evasão escolar também são bastante significativas. Na 1ª série do ensino fundamental, o Nordeste apresenta um índice de evasão de 30,9%, cerca de 15 vezes superior ao da Região Sudeste para a mesma série, que é de 2,1%. A evasão cria, em todo o país, problemas graves para as escolas. Para compensá-la, os estabelecimentos de ensino são obrigados a oferecer excesso de matrículas por ano, e essas matrículas em excesso chegam a 53,22% no Norte, 50,94% no Nordeste, 48,91% no Centro-Oeste, 41,93% no Sul e 35,34% no Sudeste.

O Nordeste e o Norte apresentam também os números mais desabonadores nas estatísticas de conclusão do 1º grau. Enquanto 14,72% dos alunos do Nordeste, e 14,91% de alunos do Norte concluem a 8ª série, no Centro-Oeste eles são 22,41%; no Sul 34,92%; e, no Sudeste, 48,44%.

Esses números que acabei de citar nos permitem constatar a dramática situação do país em termos de ensino. Na região mais bem aparelhada, na que oferece melhores condições sócio-culturais e econômicas, os alunos que concluem o 1º grau não chegam a 50%! No Nordeste, então, é muito pior, nem 15% dos alunos chegam a concluir o ensino fundamental!

Diante do progressivo estrangulamento a que são submetidos os alunos do 1º grau, não é de estranhar que, em todo o país, apenas 16,5% da população de 15 a 19 anos seja atendida pelo ensino de 2º grau. Também aqui os números revelam disparidades: em 1987, matricularam-se na 1ª série do 2º grau 146.374 alunos na Região Norte, 720.264 na Nor-

deste, 219.550 na Centro-Oeste, 495.847 na Sul, e 1.584.542 na Região Sudeste.

Pode-se constatar, portanto, que o 2º grau conserva a mesma defasagem que se verifica no ensino fundamental. Parece evidente que somente quando forem satisfeitas as necessidades das regiões menos aquinhoadas nesse nível de ensino, a demanda escolar forçará os órgãos públicos a aparelhar o 2º grau e, consequentemente, o ensino superior.

Disparidades regionais semelhantes às encontradas nesses níveis de ensino ocorrem também no ensino superior. Em 1985, foram oferecidos pelas faculdades e universidades na Região Norte apenas 115 cursos, contra 270 na Centro-Oeste, 685 na Região Nordeste, 849 na Região Sudeste. Além disso, enquanto os alunos aprovados nos cursos superiores na Região Norte representavam apenas 2,84% de todos os graduados do país, o percentual de aprovados atingia 6,67% na Região Centro-Oeste, 19,93% na Nordeste, 20,99% na Sul, e 52,56% na região Sudeste.

Srs. Senadores, a educação em todos os níveis está descomprometida com a realidade do País e de suas regiões. Não é possível adquirir condições de competitividade, em qualquer setor, sem elevar o nível educacional da população e sua capacitação tecnológica. São inúmeros os exemplos de países que conseguiram superar a marca do subdesenvolvimento, partindo do crescimento de seus indicadores educacionais e, consequentemente, de seus níveis científicos e tecnológicos. O Brasil não investiu o suficiente na formação de recursos humanos, necessária à implantação de um novo modelo econômico, e, por isso, não conseguiu incrementar a indispensável mudança de sua face produtiva.

Se quiser melhorar as estatísticas atuais, incompatíveis com a posição que ocupa no plano internacional, o Brasil precisará aparelhar-se adequadamente em termos de recursos humanos. Nossos níveis de escolaridade são absurdamente baixos para um País que se titula entre as mais poderosas economias do mundo. As perspectivas de desenvolvimento na área de Ciência e Tecnologia esbarram no reduzidíssimo número de pesquisadores aqui existentes e nas precárias condições de trabalho que lhes são oferecidas. Enquanto o Japão possui seis mil pesquisadores por milhão de habitantes, e a Coréia dois mil, o Brasil registra o índice de apenas quatrocentos pesquisadores por milhão de habitantes.

Srs. Senadores nosso País precisa encontrar um caminho que reverta o quadro atual, que mostra a difícil convivência, dentro da mesma nação, de umas poucas ilhas de prosperidade e grandes bolsões da miséria mais absurda e indigna.

A combinação entre estagnação econômica e a piora na distribuição da renda é trágica, quando se consideram os níveis de pobreza já existentes no país. O crescimento da renda per capita na década de 80, além de ter sido modesto, foi distribuído de forma muito desigual. Os dados sobre a renda per capita em dólares por região, divulgados em maio pelo IBGE, retratam perfeitamente as diferenças existentes entre elas: enquanto no Sudeste ela é de 3.546 dólares; no Sul, é de 2.772; no Centro-Oeste é de 2.187 dólares; no Norte e no Nordeste é de apenas 1.398 e 1.173 dólares, respectivamente.

As consequências desse processo atingiram intensamente toda a população, principalmente as crianças e adolescentes. Em 1990, mais da metade da população infanto-juvenil brasileira — 58,2% — era pobre. Os resultados nocivos desta situação de pobreza têm efeito direto sobre a vida das crianças

nos seus aspectos mais fundamentais: saúde, nutrição e educação.

O Brasil precisa desenvolver-se de forma harmônica e equilibrada. Lembro-me com freqüência das palavras do Presidente Franklin Roosevelt, durante a grande depressão: "Esta nação não sobreviverá, se for metade rica e metade falida". Essa frase do Presidente americano é extremamente adequada ao Brasil de hoje, onde surgem vozes dissonantes apregoando idéias separatistas. O desenvolvimento social e espacialmente integrado e equilibrado do País é o caminho que se impõe para o combate efetivo à miséria e às desigualdades. Só assim, nosso País poderá promover as transformações necessárias à modernização de sua sociedade e ao seu efetivo e ambicioso ingresso no mundo dos países desenvolvidos.

Inúmeras vezes já se denunciou que o problema do desequilíbrio econômico inter-regional no Brasil reside principalmente na falta de um planejamento estratégico que englobe toda a economia nacional. Há décadas, não se tem notícia de uma definição clara de estratégia de desenvolvimento a longo prazo.

As políticas regionais, no País, sempre tiveram um papel acessório. Na década de 80, a gigantesca crise macroeconômica existente fez com que o Brasil abandonasse o planejamento estratégico e adotasse uma ótica mais imediatista, passando a elaborar ações de curto prazo, a adotar políticas emergenciais. A pesquisadora Tânia Bacelar, em depoimento à Comissão Especial Mista sobre Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro afirmou que o Brasil não trata da questão regional e sim dos problemas regionais. Não existe planejamento algum, a longo prazo, que priorize o aproveitamento das potencialidades de cada uma das regiões brasileiras. Privilegiaram-se os problemas, em detrimento das potencialidades, e as políticas nacionais têm, sobre as regiões, efeitos maiores que as próprias políticas regionais.

Urge reconstruir um aparato institucional capaz de contribuir para o desenvolvimento equilibrado das diferentes regiões brasileiras, para que todas tenham a oportunidade de se desenvolver. Com esse objetivo, cabe à União promover o desenvolvimento das regiões menos favorecidas, com políticas de investimentos que levem em conta as potencialidades produtivas de cada uma delas e integrem efetivamente o sistema nacional e os sistemas regionais de planejamento.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo atual Governo, deve-se creditar ao Presidente Itamar Franco o mérito de recolocar a questão social no centro do debate sobre os problemas nacionais. É notória sua preocupação em vencer nosso desafio maior de resgatar a perversa dívida que o país tem com seu imenso contingente de cidadãos carentes e marginalizados.

A discriminação entre os diferentes Estados é muitas vezes supreendente. Como mencionei anteriormente, os desequilíbrios não são apenas inter-regionais, são também intra-regionais. Privilégios e distorções geram mais miséria a cada dia. O Presidente da República determinou claramente uma ação imediata e eficaz no combate à pobreza e à miséria, que se traduz no necessário combate à desigualdade. Estou convencido de que a nova estratégia para o Nordeste deve passar pelo desenvolvimento de setores dinâmicos, com condições de sustentabilidade econômica a curto prazo.

É preciso considerar os riscos e as disfunções das disparidades regionais, avaliando os fatores e os processos de estruturação desarmônica do espaço nacional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a solução dos problemas mais agudos de ordem social dependem sobretudo de decisões políticas. As questões regionais só podem ser equacionadas se forem inseridas numa estratégia global de desenvolvimento que leve em conta as dimensões econômica, social e política. Dentro de mais alguns meses, um dos nossos grandes desafios como revisores do texto constitucional será o de tentar minorar as graves desigualdades hoje existentes entre as diversas regiões brasileiras, para evitar a emergência de movimentos que afetam a integração política e econômica do país. As conclusões da Comissão Mista do Desequilíbrio Inter-Regional Brasileiro oferecerão, sem dúvida, diretrizes que nos ajudarão a adequar a Carta Magna às reais necessidades e aspirações do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Não há mais oradores inscritos.

Na presente sessão terminou o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

— Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1990 (nº 3.482/89, na Casa de origem), que introduz modificação no Código de Processo Civil; e

— Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1992 (nº 2.227/91, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 56 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 — Lei de Registros Públicos.

Os projetos não receberam emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de segunda-feira, às 14h30 min, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 156, DE 1992**(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "c", do
Regimento Interno)****(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado
nºs 243 e 268, de 1991, 6 e 130, de 1992)**

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992 (nº 1.670/89, na Casa de origem), que *dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal*, tendo

Pareceres

- da Comissão de **Constituição, Justiça e Cidadania**, sob nº 173, de 1993, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, e as Emendas nºs 2, 4 a 10, nos termos da Emenda nº 11 - CCJ (Substitutiva) que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 1 e 3; e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 243 e 268, de 1991, 6 e 130, de 1992, que tramitam em conjunto; e

- de Plenário, Relator: Senador José Fogaça, em substituição à Comissão de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável, nos termos de novo Substitutivo.

2

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 243, DE 1991**(Em regime de urgência nos termos do art. 336, "c", do
Regimento Interno)**

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, e Projetos de Lei do Senado nºs 268, de 1991, 6 e 130, de 1992)

Discussão, em turno suplementar, do Projeto de Lei do Senado nº 243, de 1991, de autoria da Senadora Marluce Pinto, que *altera dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de junho de 1971 - Lei Orgânica dos Partidos Políticos*, tendo

Pareceres

- da Comissão Diretora, sob nº 500, de 1992, oferecendo a redação do vencido;

- da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nº 173, de 1993, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, e as Emendas nºs 2, 4 a 10, nos termos da Emenda nº 11 - CCJ (Substitutiva) que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 1 e 3; e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 243 e 268, de 1991, 6 e 130, de 1992, que tramitam em conjunto; e

- de Plenário, Relator: "Senador José Fogaça, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos de novo Substitutivo.

3

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 268, DE 1991

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, e Projetos de Lei do Senado nºs 243, de 1991, 6 e 130, de 1992)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 1991, de autoria do Senador Dirceu Carneiro, que *revigora os arts. 72, 75, 76 e 77 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos)*, que "dispõem sobre perda do mandato por infidelidade partidária" tendo

Pareceres

- da Comissão de **Constituição, Justiça e Cidadania**, sob nº 173, de 1993, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, e as Emendas nºs 2, 4 a 10, nos termos da Emenda nº 11 - CCJ (Substitutiva) que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 1 e 3; e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 243 e 268, de 1991, 6 e 130, de 1992, que tramitam em conjunto; e

- de Plenário, Relator: Senador José Fogaça, em substituição à Comissão de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável, nos termos de novo Substitutivo.

4

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 6, DE 1992

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, e Projetos de Lei do Senado nºs 243 e 268, de 1991, e 130, de 1992)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 6, de 1992, de autoria do Senador Odacir Soares, que *introduz alterações na legislação eleitoral, e dá outras providências*, tendo

Pareceres

- da Comissão de **Constituição, Justiça e Cidadania**, sob nº 173, de 1993, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 156, de

1992, e as Emendas nºs 2, 4 a 10, nos termos da Emenda nº 11 - CCJ (Substitutiva) que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 1 e 3; e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 243 e 268, de 1991, 6 e 130, de 1992, que tramitam em conjunto; e

- de Plenário, Relator: Senador José Fogaça, em substituição à Comissão de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável, nos termos de novo Substitutivo.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 130, DE 1992

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, e Projetos de Lei do Senado nºs 243 e 268, de 1991, e 6, de 1992)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 1992, de autoria do Senador Marco Maciel, que *dispõe sobre o financiamento dos Partidos Políticos, e dá outras providências*, tendo

Pareceres

- da Comissão de **Constituição, Justiça e Cidadania**, sob nº 173, de 1993, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, e as Emendas nºs 2, 4 a 10, nos termos da Emenda nº 11 - CCJ (Substitutiva) que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 1 e 3; e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 243 e 268, de 1991, 6 e 130, de 1992, que tramitam em conjunto; e

- de Plenário, Relator: Senador José Fogaça, em substituição à Comissão de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável, nos termos de novo Substitutivo.

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 109, DE 1993
(Em regime de urgência nos termos do art. 336, "c", do
Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 1993 (nº 3.602/93, na Casa de origem), que *modifica a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que "regulamenta dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária".* (Dependendo de parecer)

7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 25, DE 1993
(Em regime de urgência nos termos do art. 336, "c", do
Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1993 (nº 298/93, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação ao art. 4º do Decreto Legislativo nº 92, de 1992.* (Dependendo de parecer)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12h30min.)

252, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.010/93.

Resolve

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 56, de 1993

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 10 do Ato do Presidente nº

Homologar, para fins do disposto no artigo 20 da Lei nº 8.112, de 1990, a avaliação de desempenho do(s) seguinte(s) servidor(es) em estágio probatório:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	MATRÍCULA	MÉDIA FINAL
ANGÉLICA MARIA LOUZADA VILELA	04.601	156
MARIA CRISTINA PEDRINA DE LIMA	04.599	188
MARIA DE FÁTIMA DA SILVA COSTA	04.598	188
MARIA NEVES DE OLIVEIRA E SILVA	04.600	188
SILVIA REGINA GIORDANI PEREIRA	04.597	188
WALDEREZ MARIA DUARTE DIAS	04.596	188
CIRENE VIEIRA NUNES BANDEIRA	04.605	183
MARCELA SANTANA CALDAS	04.603	183
RACHEL MACULAN SODRÉ	04.604	188

MESA	LIDERANÇA DO GOVERNO	LIDERANÇA DO PSB
Presidente Humberto Lucena – PMDB – PB	Líder Pedro Simon VICE-LÍDERES Jutahy Magalhães Élcio Alvaress	Líder José Paulo Bisol LIDERANÇA DO PTB
1º Vice-Presidente Chagas Rodrigues – PSDB PI	LIDERANÇA DO PMDB	Líder Jonas Pinheiro
2º Vice-Presidente Levy Dias – PPR – MS	Líder Mauro Benevides Vice-Líderes Cid Saboia de Carvalho Garibaldi Alves Filho José Fogaça	Vice-Líder Vamir Campelo
1º Secretário Júlio Campos – PFL – MT	Ronaldo Aragão Mansueto de Tavor Antonio Mariz Aluízio Bezerra Gilberto Miranda	LIDERANÇA DO PDT Líder Magno Bacelar
2º Secretário Nabor Júnior – PMDB – AC	LIDERANÇA DO PSDB	LIDERANÇA DO PRN Líder Ney Maranhão
3º Secretário Júnia Marise – PRN – MG	Líder Mário Covas Vice-Líderes Almir Gabriel Jutahy Magalhães	Vice-Líder Áureo Mello
4º Secretário Nelson Wedekin – PDT – SC	LIDERANÇA DO PFL	LIDERANÇA DO PP Líder Irapuan Costa Júnior
Suplentes de Secretário Lavoisier Maia – PDT – RN	Líder Marco Maciel Vice-Líderes Élcio Alvaress Odacir Soares	LIDERANÇA DO PPR Líder Epitácio Cafeteira
Lucídio Portella – PPR – PI Beni Veras – PSDB – CE		Vice-Líderes Carlos De'Carli Moisés Abrão Affonso Camargo
Carlos Patrocínio – PFL – TO		LIDERANÇA DO PT Líder Eduardo Suplicy

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E CIDADANIA _ CCJ**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Nelson Carneiro

Vice-Presidente: Maurício Corrêa

Titulares **Suplentes**

PMDB

Amir Lando
Antônio Mariz
Cid Sabóia de Carvalho
José Fogaça
Mansueto de Lavor
Nelson Carneiro
Pedro Simon
Alfredo Campos

Wilson Martins
Aluizio Bezerra
César Dias
Garibaldi Alves Filho
Divaldo Suruagy
Nabor Júnior
Ronaldo Aragão
João Calmon

PFL

Josaphat Marinho
Francisco Rollemberg
Carlos Patrocínio
Odacir Soares
Elcio Álvares

Henrique Almeida
Hydekel Freitas
Júlio Campos
Lourival Baptista
Meira Filho

PSDB

Eva Blay
Jutahy Magalhães
Beni Veras

Chagas Rodrigues
Teotônio Vilela Filho
Almir Gabriel

PTB

Luiz Alberto
Valmir Campelo

Vaga cedida p/ o PST (*)
Louremberg Nunes Rocha

PDT

Magno Bacelar

Pedro Teixeira

PRN

Júnia Marise

Áureo Mello

PDC

Amazonino Mendes

Moisés Abrão

PDS

Esperidião Amin

Jarbas Passarinho

PSB + PT

José Paulo Bisol

Eduardo Suplicy

PST

Enéas Faria (*)

Secretaria: Vera Lúcia Lacerda Nunes – Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ramal 4315

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS _ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Almir Gabriel

Vice-Presidente: Francisco Rollemberg

Titulares **Suplentes**

PMDB

Amir Lando
Antônio Mariz
César Dias
Cid Sabóia de Carvalho
Divaldo Suruagy
Garibaldi Alves Filho
Wilson Martins
João Calmon

Alfredo Campos
Flaviano Melo
Irapuan Costa Júnior
José Fogaça
Mansueto de Lavor
Nabor Júnior
Nelson Carneiro
Ronan Tito

Ronaldo Aragão
Onofre Quinan

Pedro Simon
Coutinho Jorge (*)

PFL

João Rocha
Guilherme Palmeira
Odacir Soares
Hydekel Freitas
Carlos Patrocínio
Francisco Rollemberg

Dario Pereira
Álvaro Pacheco
Bello Parga
Meira Filho
Lourival Baptista
Elcio Álvares

PSDB

Almir Gabriel
Beni Veras
Jutahy Magalhães

Mário Covas
Teotônio Vilela Filho
Eva Blay

PTB

Marluce Pinto
Vaga cedida p/ o PST (*)
Jonas Pinheiro

Valmir Campelo
Luiz Alberto
Levy Dias

PDT

Lavoisier Maia
Pedro Teixeira

Nelson Wedekin
Magno Bacelar

PRN

Ney Maranhão
Áureo Mello

Vago
Albano Franco

PDC

Epitácio Cafeteira

Amazonino Mendes

PDS

Iucídio Portella

João França

PSB + PT

Eduardo Suplicy

José Paulo Bisol

PST

Enéas Faria (*)

Secretário: Luiz Cláudio de Brito – Ramais 3515/16

Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.

Local: Sala das Comissões, Anexo das Comissões – Ramal 3652

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: Raimundo Lira

Vice-Presidente: Ruy Bacelar

Titulares

Suplentes

PMDB

(Vaga cedida para o PT)
Aluizio Bezerra
César Dias
Mansueto de Lavor
Nabor Júnior
José Fogaça
Ronan Tito
Ruy Bacelar
Ronaldo Aragão

Amir Lando
Antonio Mariz
Cid Sabóia de Carvalho
Divaldo Suruagy
Wilson Martins
João Calmon
Onofre Quinan
Pedro Simon
Humberto Lucena

PFL

Guilherme Palmeira
Meira Filho
Raimundo Lira
Henrique Almeida
Dario Pereira
João Rocha

Odacir Soares
Bello Parga
Júlio Campos
Álvaro Pacheco
Elcio Álvares
Josaphat Marinho

Mário Covas	PSDB	Fernando H. Cardoso (*)	PDS	Jarbas Passarinho	Lucídio Portella		
José Richa		Almir Gabriel		PSB + PT			
Beni Veras		Chagas Rodrigues		Vaga cedida para o PMDB (*)	Vago		
Affonso Camargo	PTB	Lourenberg Nunes Rocha		Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos			
Valmir Campelo		Jonas Pinheiro		Ramais: 3496 e 3497			
Levy Dias		Marluce Pinto		Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas			
Nelson Wedekin	PDT	Darcy Ribeiro		Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa –			
Lavoisier Maia		Pedro Teixeira		Anexo das Comissões – Ramal 3546			
Júnia Marise	PRN	Vago		(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações			
Albano Franco		Ney Maranhão		COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI			
Moisés Abrão	PDC	Gerson Camata		(23 Titulares e 23 Suplentes)			
Esperidião Amin	PDS	Jarbas Passarinho		Presidente: Júlio Campos			
Eduardo Suplicy	PT			Vice-Presidente: Mário Covas			
Secretário: Dirceu Vicira M. Filho				Titulares			
Ramais: 3515/3516/4354/3341.				Suplentes			
Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas				PMDB			
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa –				Flaviano Melo			
Ramal 4344				Amir Lando			
(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações							
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE							
(19 Titulares e 19 Suplentes)							
Presidente: Irapuan Costa Júnior							
Vice-Presidente: Lourival Baptista							
Titulares	Suplentes			Wilson Martins			
	PMDB			Irapuan Costa Júnior			
Aluizio Bezerra		Antonio Mariz		Nabor Júnior			
Irapuan Costa Júnior		Flaviano Melo		Onofre Quinan			
Nelson Carneiro		João Calmon		Divaldo Surugay			
Pedro Simon		José Fogaça		Ruy Bacelar			
Ronaldo Aragão		Nabor Júnior		Garibaldi Alves Filho			
Ronan Tito		Ruy Bacelar		PFL			
Humberto Lucena (*)				Dario Pereira			
	PFL			Henrique Almeida			
Marco Maciel		Francisco Rollemberg		Lourival Baptista			
Guilherme Palmeira		Josaphat Marinho		Júlio Campos			
Lourival Baptista		Raimundo Lira		Hydekel Freitas			
Álvaro Pacheco		Hydekel Freitas		PFL			
	PSDB			Teotônio Vilela Filho			
José Richa		Jutahy Magalhães		PMDB			
Chagas Rodrigues	PTB	Eva Blay		Mário Covas			
				Fernando H. Cardoso (*)			
Jonas Pinheiro		Levy Dias		PTB			
Marluce Pinto		Valmir Campelo		Marluce Pinto			
	PDT			Irapuan Costa Júnior			
Pedro Teixeira		Darcy Ribeiro		PDT			
Albano Franco	PRN	Júnia Marise		Pedro Teixeira			
	PDC			PRN			
Moisés Abrão		Epitácio Cafeteira		Ney Maranhão			
				PDC			
				Gerson Camata			
				PDS			
				João França			
				PSB + PT			
				Eduardo Suplicy			
				PST			
				Enéas Faria (*)			
				Secretário: Celso Antony Parente – Ramais 3515 e 3516			
				Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas			
				Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa –			
				Anexo das Comissões – Ramal 3286			
				(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações			

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 (27 Titulares e 27 Suplentes)
 Presidente: Lourenberg Nunes Rocha
 Vice-Presidente: Coutinho Jorge

Titulares

Alfredo Campos
 Juvêncio Dias
 Flaviano Melo
 Garibaldi Alves Filho
 João Calmon
 José Fogaça
 Mansueto de Lavor
 Humberto Lucena
 Amir Lando

Suplentes

PMDB

Aluizio Bezerra
 Cid Sabóia de Carvalho
 Irapuan Costa Júnior
 Nelson Carneiro
 Wilson Martins
 Ronaldo Aragão
 Ronan Tito
 Ruy Bacelar
 Vago

PFL

Josaphat Marinho
 João Rocha
 Meira Filho
 Alvaro Pacheco
 Júlio Campos
 Bello Parga

Dario Pereira
 Odacir Soares
 Francisco Rolemberg
 Guilherme Palmeira
 Carlos Patrônio
 Henrique Almeida

PSDB

Almir Gabriel
 Teotônio Vilhena Filho
 Eva Blay

Mário Covas
 Beni Veras
 José Richa

PTB

Lourenberg Nunes Rocha
 Jonas Pinheiro
 Levy Dias

PDT

Darcy Ribeiro
 Lavoisier Maia

PRN

Áureo Mello
 Júnia Marise

PDC

Amazonino Mendes

PDS

Jarbas Passarinho

Esperidião Amin

PST

Secretaria: Mônica Aguiar Inocente –
 Ramais 3496/3497/3321/3539

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa – Ramal 3121
 (*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

Luiz Alberto
 Marluce Pinto
 Vaga cedida p/ o PST (*)

Pedro Teixeira
 Nelson Wedekin

Ney Maranhão
 Albano Franco

Gerson Camata

Enéas Faria(*)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 1.143.568,56

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 1.143.568,56

J. avulso Cr\$ 8.168,35

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 107

(Julho a setembro de 1990)

Está circulando o nº 107 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

COLABORAÇÃO

Medidas provisórias – *Raul Machado Horta*

Os serviços de telecomunicações na Constituição Brasileira de 1988 – *Gaspar Vianna*

A Constituição de 1988 e o sistema financeiro nacional – *Arnaldo Wald*

A autonomia universitária e seus limites jurídicos – *Giuseppe da Costa*

A aposentadoria dos servidores na Constituição de 1988 – *Palhares Moreira Reis*

Direito urbanístico e limitações administrativas urbanísticas – *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

Controle parlamentar da administração – *Odebrech Medauar*

Observações sobre os Tribunais Regionais Federais – *Adhemar Ferreira Maciel*

O recurso especial e o Supremo Tribunal de Justiça – *Sávio de Figueiredo Teixeira*

Tribunal de Contas e Poder Judiciário – *Jarbas Maranhão*

Jurisdição e competência: nota sobre o sentido histórico-político da distinção – *Nelson Saldanha*

A atuação dos Procuradores da República no atual contexto de competência jurisdicional federal em tema de combate a entorpecentes – *Vitor Fernandes Gonçalves*

Conceito de "underselling ("dumping") dentro do Anteprojeto da nova Lei Antitruste – *Mário Roberto Villanova Nogueira*

Os direitos de autor e os que lhes são conexos sobre obras intelectuais criadas ou interpretadas sob o regime de prestação de serviços – *José Carlos Costa Netto*

Bem de família – *Zeno Veloso*

Fundamentos da arbitragem no Direito brasileiro e estrangeiro – *Jorge Barrientos Parra*

"Lobbies" e grupos de pressão como agentes de informação para o Poder Legislativo – *Yamil e Souza Dutra*

Desequilíbrios regionais no atendimento às demandas de educação – *Edivaldo M. Boaventura*

A biblioteca legislativa e seus objetivos – *Eduardo José Wense Dias*

Recepción de la sociedad unipersonal de responsabilidad limitada en el Proyecto de Unificación Civil y Comercial en Argentina. Protección de los acreedores – *Dr. Daniel E. Moeremans*

La influencia de la Jurisprudencia del Tribunal Europeo de los Derechos Humanos en la Jurisprudencia del Tribunal Constitucional Español – *Antonio M. Loza Navarrete*

PUBLICAÇÕES

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À Venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas – Senado
Federal – Anexo I, 22º andar –
Praça dos Três Poderes. CEP
70160-900 Brasília. DF. Telefó-
nes 311-3578 e 311-3579.

PREÇO DO EXEMPLAR

Cr\$ 1.000,00

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado – CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA N° 108

(outubro a dezembro de 1990)

Está circulando o nº 108 da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 330 páginas, contém as seguintes matérias:

Direito, Estado e Estado de Direito — *Inocêncio
Mártires Coelho*

As eleições de 1990 — *Ministro Sydney Sanches*
A disciplina constitucional das crises econômico-
financeiras — *Manoel Gonçalves Ferreira
Filho*

A reforma monetária e a retenção dos ativos
líquidos no Plano Brasil Novo — *Diogo de
Figueiredo Moreira Neto*

Novas funções e estrutura do Poder Judiciário
na Constituição de 1988: uma introdução
— *Silvio Dobrowolski*

O mandado de injunção, os direitos sociais e a
justiça constitucional — *Paulo Lopo Saraiva*

Norma constitucional e eficácia (ângulos traba-
lhistas) — *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*

Controle da Administração Pública pelo Tribunal
de Contas — *Odette Medauar*

Meio ambiente e proteção penal — *René Ariel
Dotti*

A Constituição Federal de 1988 e as infrações
penais militares — *Álvaro Lazzarini*

Administração na Constituição — *Sebastião Bap-
tista Affonso*

Servidores públicos — regime único — *Eurípe-
des Carvalho Pimenta*

Da exigibilidade de limites de idade e da eleição
de critérios de desempate fundados em
idade, em concurso público de provas ou
de provas e títulos para preenchimento de

cargo ou emprego público — *José Leone
Cordeiro Leite*

Princípios básicos da administração pública —
Jarbas Maranhão

Auto-regulação e mercado de opções — *Arnaldo
Wald*

Os contratos de adesão e o sancionamento de
cláusulas abusivas — *Carlos Alberto Bittar*

A Carta e o crime — *N. P. Teixeira dos Santos*

O direito da personalidade como direito natural
geral. Corrente naturalista clássica — *Iduna
E. Weinert*

Pesquisas em seres humanos — *Antonio Cha-
ves*

Prolegómenos para la reflexión penal-criminoló-
gica sobre el derecho a culminar la vida
con dignidad (la eutanasia) — *Antonio Be-
ristain*

Kirchmann e a negação do caráter científico da
ciência do Direito — *Elza Roxane Álvares
Saldanha*

As chamadas prescrições "negativa" e "posi-
tiva" no Direito Civil Brasileiro e Português.
semelhanças e diferenças — *Luiz R. Nunes
Padilla*

A constitucionalização da autonomia universitá-
ria — *Edivaldo M. Boaventura*

Um projeto de desenvolvimento sócio-econômi-
co integrado para a Região Oeste do Paraná
— *Rossini Corrêa e Nelton Friedrich*

À venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas —
Senado Federal, Anexo I, 22º andar —
Praça dos Três Poderes,
CEP 70160 — Brasília, DF —
Telefones: 311-3578 e 311-3579

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Assinatura para 1991
(nº 109 a 112):

Cr\$ 4.500,00

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

JANEIRO A MARÇO 1991
ANO 28 — NÚMERO 109

Em circulação com estas matérias:

HOMENAGEM

Luiz Viana Filho — *Edivaldo M. Boaventura*

Afonso Arinos — *Jarbas Maranhão*

COLABORAÇÃO

A reforma monetária cruzeiro — *Letacio Jansen*

O planejamento na economia brasileira — *Clovis V. do Couto e Silva*

Os valores e a Constituição de 1988 — *Eduardo Silva Costa*

A Constituição Brasileira de 1988: subsídios para os comparatistas — *Ana Lucia de Lyra Tavares*

Inovações constitucionais — *Silveira Neto*

O pluralismo jurídico na Constituição de 1988 — *Silvio Dobrowolski*

A segurança pública na Constituição — *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

A Constituição Federal de 1988 e o mandado de segurança contra ato judicial — *Alvaro Lazzarini*

A propósito da extradição: a impossibilidade do STF apreciar o mérito no processo de extradição. *Indisponibilidade do controle jurisdicional na extradição* — *Negi Calixto*

Cinco temas controvertidos do Direito Penal — *Edilson Pereira Nobre Júnior*

O Direito Internacional e os Direitos dos Povos — *Pedro Pinto Leite*

O "status" jurídico dos países sem litoral e as regras da Convenção de Montego Bay so-

bre o Direito do Mar — *Georgenor de Souza Franco Filho*

Sobre o Direito Natural na Revolução Francesa — *Marcela Varejão*

"Ermächtigung": proposta de leitura da hermenêutica na Teoria Pura do Direito — *Glads-ton Mamede*

Direito Romano em Gramsci — *Ronaldo Poletti*

A filiação ilegítima e a constituição de 1988 — *Clayton Reis*

Solidariedade e fiança — *Arnaldo Wald*

Proteção jurídica das embalagens — *Carlos Alberto Bittar*

Contratos estipulados por computador: declaración de voluntad. Forma y momento de su perfeccionamiento — *Daniel E. Moermann y Carlos E. Saltor*

A Ação Civil Pública no Estatuto da Criança e do Adolescente — *Hugo Nigro Mazzilli*

Recurso adesivo e ordem constitucional: são compatíveis? — *José Pitas*

A arte e o obsceno — *Everardo da Cunha Luna*

A PMCE, os servidores militares e a Carta Estadual/89 — *Adaúto Rodrigues de Oliveira Leite*

O Conselho Constitucional Francês: ator da lei, mas nunca seu autor! — *Paulo Rodrigues Vieira*

Os Direitos Fundamentais na Lei Fundamental de Bonn — *Luís Afonso Heck*

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado — CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA N° 110

(abril a junho de 1991)

Está circulando o n° 110 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Editões Técnicas do Senado Federal.

Este número contém as seguintes matérias:

Assinatura para 1991 (n° 109 a 112).

Cr\$ 4.500,00

Audiácia e avaliação da execução - Rosane Machado Souza
Sobremárcia do Poder Judiciário - Antônio de Pádua Ribeiro
O Poder Normativo da Justiça do Trabalho - Pedro Emílio Ribeiro de Vilhena
A Escola Judicial - Sílvio de Figueiredo Tristão
Da constitucionalidade do bloqueio de valores - Adriano Parício de Paula
O Programa Brasileiro de Privatização de Empre- sas Estatais - Marcos Junqueira Vilhena Souto
Treatmento jurídico dispensado no Brasil ao capi- tal estrangeiro - Werner R. Faria
Agricultura e inflação sob o capitalismo paritário - Mauro Márcio Oliveira
A paz e o pôr: notas sobre o vandalfismo - José Artur Ribeiro
Dos momentos decisivos na vida de Rui Barbosa - Rubem Nogueira
PESQUISA - Direito Cooperativo	
Lei inglesa de proteção ao consumidor, 1961
Lei inglesa de segurança do consumidor, 1978
Emenda à lei inglesa de segurança do consumidor, 1986
Obras publicadas pela Subsecretaria de Editões Técnicas

A revista na Subsecretaria de Editões Técnicas - Senado Federal, Asa Sul, 1, 22º andar - Praça dos Três
Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones: 311-3578 e 311-3579
Os pedidos devem ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Editões Técnicas do Se-
nado Federal ou vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal - CGA 470775.